RS e SC Cr$ 7,00 — Outros Estados Cr$ 10,00

coojornal

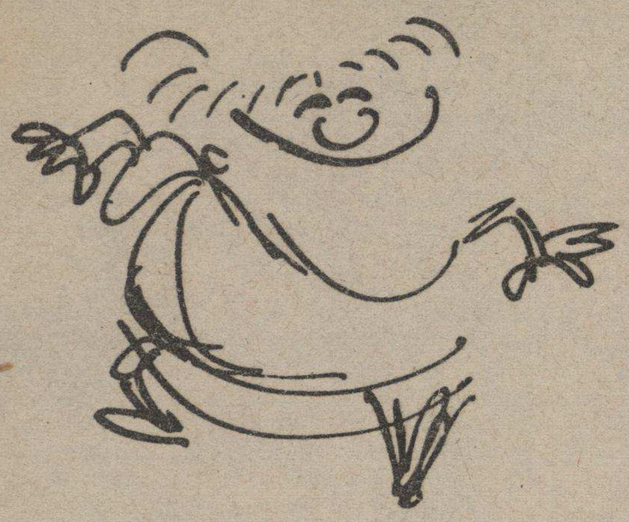
ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

Porto Alegre, Ano II, nº 19 — Agosto de 197

DEGOLA, A PENA DE MORTE DOS GAÚCHOS

TEIXEIRINHA: COMO FATURAR UMA TRAGÉDIA

ENTREVISTA COM HENFIL!



PROCURA-SE UM NOVO ÉRICO VERÍSSIMO

Florestan Fernandes

OS ESTUDANTES NÃO FALAM POR SI MESMOS

GETÚLIO VARGAS

As lições que ele deixou — A opinião de sua filha Alzira Vargas — Dois capangas falam da famosa guarda pessoal — O que a história diz de Getúlio — Belinha, a filha de Gregório Fortunato — Como Gregório foi morto na cadeia — O ex-cozinheiro revela: "Vargas temia ser envenenado!"

Fraude do adubo: todos são culpados

coojornal

Este jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira cooperativa de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 315 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembléia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembléia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e qualidade de suas publicações próprias e de 18 outras publicações que faz para terceiros.

Editor
Elmar Bones da Costa
Redação
Jacqueline Joner, Jorge Polydoro, José Antônio Vieira da Cunha, Osmar Trindade, Rosvita Saueressig (**editores**), André Pereira, Carlos Rafael Guimarães, Elaine Lerner, Jorge Freitas, Luiz Cláudio Cunha, Marcelo Oscar Lopes, Marco Antonio Schuster, Maria Angélica de Moraes, Najar Tubino, Ricardo Schmit, Vera Teresa Costa (**repórteres e redatores**), Luís Recena Grassi e Severino Góes (**Brasília**), Gilberto Pauletti (**Rio**), Jorge Escosteguy, Geraldo Hasse e Patrício Renato (**São Paulo**), Hélio Teixeira (**Curitiba**), Paolo Marconi (**Salvador**), Gleizer Neves (**Belo Horizonte**), José Maria de Andrade (**Recife**), Maria da Graça Seligman e Luiz Lanzetta (**Florianópolis**), Eneida Serrano e Luís Abreu (**fotografia**), Juvenal da Luz, Luís Carlos Ferré (**arte**), Jorge Gallina, Lilian Bem David (**diagramação**), Francisco Alba (**coordenação técnica**), Dejair Boeira, Maria Isabel Timm, Beti Stifelman, Paulo França (**revisão**), Nilson Figueiredo, Carlão Rios (**produção**), Paulo Sá, Atil Vineton, Luiz Gustavo Machado, Jorge Patrício (**montagem**), Hélio Pinho, Ivan Carlos Franco, Julio Cesar Romano (**composição**).
Gerência
Eládio Dios V. da Cunha
Comercial
Gabriel Matias e Leonardo Dourado
Circulação e Assinaturas
Carlos Alberto Wagner, Gilberto Taurino Ribeiro, Sérgio Gigante
Números atrasados
À venda somente a partir da edição nº 10. Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca. Pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de Coojornal.
Endereço
Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre, RS — CEP 90.000
Fones 218984 e 240951 — Telex (051) 1605
Registro nº 33170/Livro A1
COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.

ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (Presidente), Osmar Trindade (Vice-Presidente), Marcelo Oscar Lopes (Secretário), Luís Cláudio Cunha, Jorge Olavo de Carvalho Leite, José Guaraci Fraga, Carlos Karnas, Antônio Oliveira, Maria da Graça Seligman, Assis Hoffmann, Emanuel Gomes de Mattos, Carlos Henrique Bastos, Edgar Vasques (Conselheiros de Administração), João Borges de Souza, Tomás Irineo Pereira, Alberto André, Agnese Schiffino, Sérgio Becker, Antônio Gonzales, Carlos Mosmann, Luiz Carlos Felizardo, Euclides Torres, Leo Tavejnhanski (Conselheiros Fiscais), Jorge Polydoro (Diretor-Superintendente), Adélia Yates Porto da Silva, Ademar Vargas de Freitas, Affonso Ritter, Angela Riccordi, Antônio Britto Filho, Antônio Dreon, Arthur Monteiro, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Urbim, Celso Rosa, Claiton Selistre, Clarice Aquistapace da Silva, Caco Barcelos, Danilo Ucha, Delmar Marques, Fernando Albrecht, Elmar Bones da Costa, Erni Quaresma, Floriano Soares, Gládis Ibarra, Imara Stallbaum, Jandira Maria César, José Antônio Ribeiro, Félix Valente, Julieta Nunes Pereira, Licínio de Azevedo, Luiz Carlos Merten, Luiz Francisco Terra Júnior, Luiz Fonseca, Maria Angélica de Moraes, Maria Wagner, Marina Wodtke Abu-Jamra, Mário Marcos de Souza, Marques Leonam Borges da Cunha, Nirce Levin, Otacílio Grivot, Paulo de Tarso Riccordi, Paulo Gerson A. de Oliveira, Pedro Maciel, Regina Vasquez, Renato Pinto da Silva, Ricardo Chaves, Rosvita Saueressig Laux, Sérgio Moita, Silmar Müller, Walter Molina, Hermelindo Macedo, Clóvis de Oliveira Malta, Omar de Barros Filho, João Carlos Ferreira da Silva, Lenora Vargas, Leonid Streliaev, Divino Fonseca, J. B. Scalco, Eva Maria Caparelli, Maristela Bairros, Luiz Rache Vitello Fº, Telmo Zanini, Iara Bendati, Afonso Licks, Rogério Mendelski, Carlos Rodrigues, Victor Hugo Sperb, Jaime Klintowitz, Sílvio Ferreira, Ana Amélia de Lemos, José Onofre, Alberto Blum, Flávio Dutra, Jorge Martins Freitas, Renan Antunes de Oliveira, Mário Eugênio da Rocha, João Batista Aveline, Dorival Pacheco, José Lauro Dieckmann, Gerson Schirmer, Rejane Baeta, Fernando Goulart, Paulo Burd, Gomercindo Coitinho, Carlos Salzano, Laila Pinheiro, Marinória Schilling Osório, Hélio Gama, Geraldo Hasse, Gilberto Pauletti, Jorge Escosteguy, Luiz Oscar Matzenbacher, Olyr Zavaschi, Ademir Fontoura, Flavio Porcello, Virson Holderbaum, Carlos Fehlberg, Jussara Pereira Coelho, Luiz Paulo de Pilla Vares, Paulo Roberto Maciel, Luiz Afonso Franz, Andre Pereira, Eugênio Bortolon, Mário Luiz Madureira, Roberto Manera, Cláudio Levitan, José Antônio Simch da Silva, Maria da Graça Guindani, Sérgio Caparelli, Lauro José de Quadros, Maria Inês Burger Marques, José Antônio Pinheiro Machado, Olívio Lamas, Silvia Costa, Judith Martins Costa, Sérgio Toniello, José Abu-Jamra, Francisco Dias Lopes, Lilian Bem David, Nilson Figueiredo, Roberto Alves D'Azevedo, José Erasmo Nascentes, Beatriz Polydoro, Hipólito Pereira, Fernando Rômulo Bueno, Edgar Lisboa, Antônio Carlos Mafalda, Valdir Barbosa Paz, Sérgio Arnoud, Ivan Pinheiro Machado, Maroni João da Silva, Luiz Augusto Rebés de Abreu, Vera Regina Monteiro, Amauri Mari de Melo, Paulo Macedo, Marco Antônio Schuster, Neuza Tasca, Otília Maria Goulart, Roberto Appel, Ivo Egon Stigger, Elaine Lerner, Alda Suzete Rosa Souza, Carla Irigaray, Tânia Barros, Tânia Jamardo Faillace, Santa Irene Rosa, Paulo Denis Pereira, Ayrton Kanitz, Pedro Macedo, Terezinha Tellini Figueredo, Iaraporan Müller, Zélia Leal, Luiz Alberto Arteche, Neuza Maria Ribeiro, Edgar Planella, Marcos Antônio Baggio, Edna Della Nina, Armindo Antônio Ranzolin, Vilmo Medeiros, Paulo Poli, André Jockyman, Jayme Copstein, Raul Rübenich, Cintia Maria Nahra Leal, Leonardo Berlese Dourado, Edson Gomes Chaves Fº, João Paulo Lacerda, Luiz Fernando Lima da Silva, Verlaine Maria Silveira, Adroaldo Bauer Spindola Correa, Vera D. Barcellos, Sibyla Loureiro, Humberto Andreatta, Maria Eneida Serrano, Jacqueline Joner, Ronaldo Westermann, Luiz Carlos Mello, Alfonso Abraham, Wladymir Ungaretti, Danilo Miralles, Gabriel Matias, José Luiz Chiarelli, Fernando Dibe Pinto, Floriano Correa, Milton Saldanha Machado, Miriam Tereza Chagas de Moura, Paulo Antônio Fogaça, Severino de Araújo Góes, Fernando Guedes, Neltair Rebés Abreu, Maria da Graça da Silva, Walmaro Paz, Ana Elusa Sperb Rech, Milton Wels, Maria Helena Brancher, Maria Luisa Paim Teixeira, Júlio Tadeu Sortica, Ana Maria Lopes de Almeida, Edson Luiz Kozminski, Najar Tubino, Marise de Martini Fetter, Luiz Antônio Kozminski, Jurandir Silveira, Alfredo Fedrizzi, Carlos Roberto Dorneles, Ricardo Schmitt, Carmem Maria Laviaguerra, Nelson Baibich, Francisco Daniel L. da Silva, Orlando Carlos Brasil, Vera Teresa Costa, Juarez Fonseca, Carlos Gilberto X. da Rocha, Jorge Gallina, Maria Eloir da Silveira, Renato Kern, Vera Suzana Kern, Valmório Oliveira Rios, Evaldo José Gonçalves, Helton Ricardo Barreto, Higino Cosme Barros, José Enedir Francisco, José Roberto Garcez, Luiz Telmo Emerim, Valdir da Silva, Norberto Hoffmann, Sérgio Batsow, Cândido Augusto Cruz, Francisco Juska Filho, Carlos Rafael Guimarães, Gilberto Ribas dos Santos, Carlos Frederico Menz, Eduardo Serrano San Martin, Ilza Maria Tourinho Girardi, Eugenio de Faria Neves, Carlos Eduardo Athanazio, Renato Canini, Wilmar de Oliveira Marques, Acari Amorim, Waldoar Teixeira, José A. Souza Pinto Netto, Pedro Sosa Pereira, Ênio Roberto Nugent da Rocha, Ana Maria Smidt, Eduardo Soares Guimarães, Alberto Magno Filgueiras, Antônio Carlos Rosito, Iara Terezinha Schilling Pereira, Fernando Fuentes Lindote, Fernando Saes, Miriam Costa Correa, Nestor Fedrizzi, Odilon Abreu, Laerte Martins, Silvio Correa, Luis Carlos Ferreira, Anibal Bendati, Arthur Xavier de Oliveira Filho, Carlos Roberto Silveira, Carlos Alfredo Smich da Silva, Olides Canton, Roberto Augusto Thomé, Rogério Raupp Ruschel, Luiz Fernando Veríssimo, José Luiz Goulart Prévidi, Maria Elaine Alves Borges, Eduardo Rômulo Bueno, Guaracy de Souza Cunha, Marco Túlio de Rose, Mauro César Silveira, Mauro Pacheco Toralles, Luiz Ricardo Lanzetta, Alice Inês de Verney Lorenzi, Ana Maria Barros Pinto, Lotário Neuberger e Ubirajara Silva Prates, Antônio Canabarro Trois Filho, Bernadete dos Santos Viana, Carlos Alexandre Gruber de Castro, Cristina Baptista Pereira, Eloisa Beatriz Enck Gonçalves, Jane Elisabete Peters, José Ribeiro Fontes, Mário Alberto Nascimento, Patrício D'Ávila Garcez Bentes, Paulo Antônio Coelho de Barros, Raul Zoratto Sanvicente, Riomar Bêssio da Trindade, Rômulo Kraft, Vera Maria Bosak, Raul Quevedo, Ricardo Bolsoni, Mirta Vieira Coelho, Juvenal B. da Luz Neto e Juan Carlos Gômez.

Associado à
AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Caro leitor,

As grandes tragédias encerram grandes lições, já disse alguém. Uma das coisas que se pode aprender com a tragédia getuliana é que não bastam a força nem as boas intenções de um homem ou de um grupo para governar um país, governar no sentido de obter o exercício tranqüilo da autoridade.

Getúlio é levado ao poder em 1930 por uma revolução que deseja moralizar a vida política e modernizar o país. É um período conturbado, com o país dividido, as correntes de opinião desencontradas. É um desses momentos em que a força encontra condições de se impor.

A influência das idéias corporativistas, da necessidade de um poder centralizado para organizar a economia, a mística da técnica e do planejamento em detrimento da política criam o clima que Getúlio vai se aproveitar para implantar a sua ditadura, em 37.

Mas, como dizia Tayllerand, o conselheiro político de Napoleão, tentando explicar-lhe por que era possível subjugar alguns povos mas não "governar" esses povos, "pode-se fazer tudo com as baionetas, menos uma coisa: sentar em cima delas".

Então, a força repressiva do seu Estado Novo é capaz de garantir Getúlio no poder por quase 15 anos mas sem alcançar esse estágio do exercício normal do poder.

E cai porque o exercício permanente da força é desgastante para todos, para quem a exerce e para quem a suporta.

No seu segundo governo, esse homem carismático eleito pelo voto popular procura nas massas o respaldo para a realização de seu programa do qual sobressai um forte cunho nacionalista. Mas quatro anos é pouco tempo para desfazer os quadros autoritários, afeitos aos desmandos e à arbitrariedade. E as massas, que durante 15 anos ele cuidou de manter submissas e paternizadas, não têm consistência política. Entram no processo como massa de manobra.

Seus inimigos, então, o devoram. Foi a tragédia que todos conhecemos e por trás dela há o risco de uma ainda maior: o de não aprendermos nada com esse passado e ficarmos indefinidamente repetindo os mesmos erros.

● ● ●

Estamos com a Democracia, assim, com D maiúsculo, não tenham dúvidas. Tanto que há exatamente três anos, quando começamos a discutir a formação de uma empresa para editar este jornal que vocês estão lendo agora e outras publicações, chegamos à idéia de criar uma cooperativa.

Foram três anos de árdua luta, vale o chavão. No primeiro ano não foram poucas as oportunidades que tivemos para desistir — mas insistimos. E cá estamos: a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre representa hoje a fonte de renda primeira (e muitas vezes única) de mais de 80 pessoas, que trabalham em suas 18 publicações.

Continuam surgindo novas dificuldades ao nosso trabalho, mas agora não pensamos mais em desistir. Somos orgulhosos, sim, do que construímos exclusivamente com o nosso trabalho de cada dia. E contam-se aí mais de mil dias!

Houve quem reivindicasse este espaço para distribuir agradecimentos generalizantes. Não é necessário. Cada pessoa, entidade, amigo que nos incentivou até agora sabe medir a gratidão que está acumulada aqui.

O EDITOR

É preciso entender

Senhor Editor:
Quero primeiramente congratular-me com esse jornal pela magnífica reportagem sobre os 4.682 cassados, que saiu em julho. Li-a de um fôlego só! E é justamente esta reportagem que gostaria de comentar.

Sou estudante universitário, curso Medicina, e nutro um real interesse, diria até mesmo paixão, por matérias de cunho político e social. Entretanto, e apesar desse ávido interesse, há situações que não consigo entender, devido às poucas informações existentes — nem sempre precisas — e por minha própria ignorância.

Por exemplo: embora tendo um conhecimento bastante bom sobre o "nosso momento atual", do qual participo e julgo, isso não posso dizer de fatos relativamente recentes de nossa história... O movimento de 64 é um dos que eu não pude — e ainda não posso — compreender e julgar.

Ao ler a reportagem, acrescentei várias parcelas em minha bagagem de conhecimentos sobre o fato que, no entanto, continua muito pobre. Penso que me seria útil o livro *Os Cassados*, de Hamilton Almeida Filho, que possivelmente será publicado breve. Gostaria que me fosse facilitado os contatos necessários para adquirir tal texto, se publicado e não distribuído.

Lúcio Almeida Castagno, Pelotas, RS.

Nota da Redação: *O livro será publicado. Aguarde*

Com admiração

Prezado Editor:
Quero expressar, mais uma vez, nossa admiração pelo trabalho que vem sendo desenvolvido pela Cooperativa, merecendo destaque as edições do *Coojornal*, hoje sem dúvida um dos órgãos mais expressivos da imprensa alternativa do nosso país.

Alberto André, presidente da Associação Riograndense de Imprensa, Porto Alegre.

Lambe-Lambe vem aí

Prezados amigos:
Somos um grupo de fotógrafos, poetas, artistas gráficos que lançará o jornal *Lambe-Lambe*, dedicado a fotografia, comunicação visual e outros assuntos (textos, história em quadrinhos, fotonovela, etc.) e por isso estamos expondo aqui as idéias iniciais para a estruturação, produção e lançamento do jornal.

Queremos que todos os amigos enviem trabalhos, para que o jornal desde o número 1 fuja de uma pauta simplesmente regionalista. Com a adesão e colaboração dos interessados aí de Porto Alegre e interior, o nosso painel ficaria mais variado e verdadeiro, mostrando o que se está fazendo de fotografia no Brasil.

O *Lambe-Lambe* terá uma tiragem inicial de 5 mil exemplares e será lançado em setembro no Rio de Janeiro, São Paulo (interior) e outras capitais. Esperamos que todos nos escrevam ou entrem em contato conosco, inclusive para nos ajudar a distribuir o jornal na faculdade ou entre amigos. Nosso endereço é rua Santa Alexandrina, 343, Casa 3, fone 234-3051, Rio Comprido, RJ, CEP 20.000.

Sérgio Lewy, Rio Comprido, RJ.

Via telex

Caros amigos:
Via telex aí vai meu recado: sou leitor assíduo e aluno do *Coojornal*.

Tarso de Castro, São Paulo, SP.

Acima da média

Prezados Senhores:
Expresso minha satisfação pelo trabalho que este jornal vem efetivando em dias tão difíceis para muitos, mormente a imprensa, neste país. Tomei conhecimento do *Coojornal* apenas no nº 17, comprovando o esforço para o esclarecimento e a informação que a imprensa alternativa vem nos prestando. É lamentável que isso seja um privilégio e não um direito de acesso para a população de mais de 100 milhões, que não inculcou no seu cotidiano a leitura de jornais.

Podemos deliberar ou tomar posições sobre quaisquer assuntos com informações e conceitos bem formados, o que não quer dizer ser necessário ter um QI acima da média para perceber a alta galopante do custo de vida ou das acrobacias ridículas para fixar os níveis da inflação, e mais... o nosso dinheiro a serviço de grandes grupos em estado pré-falimentar e correspondente insolvência...

Nós, brasileiros, precisamos nos conscientizar dos grandes problemas nacionais. E os jornais, sem tanta dependência de "Grupos", têm a alternativa de informar sem parcialidade ou deturpações.

Luiza Guimarães, secretária, São Paulo, Capital.

Eles continuam

Prezados Colegas:
Temos o prazer de comunicar a vocês a fundação da Sociedade de Imprensa Estrangeira em São Paulo, que congrega correspondentes que trabalham neste estado. A organização da SIESP teve como principal objetivo facilitar a busca de melhores informações através de entrevistas e visitas a lugares de interesse e contatos com autoridades e entidades, de São Paulo e do país.

Pertencem à SIESP correspondentes de jornais, revistas, rádio, televisão e agências de notícias da Europa, Estados Unidos, Canadá e América Latina.

Jan Rocha, Denise Fon e Steve Yolen, do Comitê Executivo, São Paulo, SP.

Lembrem os cadetes

Prezado Editor:
O processo de intimidação e tentativa de lavagem cerebral, adotado pela polícia política contra os valorosos líderes estudantis, intimidando-os, constante e sistematicamente, conforme se observa, a pretexto de prestarem declarações, nos faz voltar os ponteiros do relógio para aqueles dias sombrios do IPM instaurado contra os briosos cadetes da Escola Militar do Realengo, que pegaram em armas, lutaram e derramaram sangue contra os desmandos do governo de Epitácio Pessoa, a 5 de julho de 1922.

Naquela ocasião, os beleguins de *Tio Pita* ofereciam aos jovens rebeldes estas duas indignas opções: os que confessassem ter tomado parte na revolta, *inconscientemente*, voltariam à Escola Militar e nada mais lhes aconteceria; mas, aos que confessassem o contrário, isto é, que se revoltaram *conscientemente*, seriam desligados da Escola e processados.

Para decepção dos déspotas da época, porém, a maioria das respostas — 588 cadetes! — foi pronta e altiva: "Pegamos em armas conscientemente".

Tal como se portaram os cadetes de 5 de julho de 1922, os estudantes de hoje também vêm se portando com altivez e dignidade. Os valorosos e dignos homens do Brasil de amanhã representam o consolo desta nação sofrida.

Luiz Ignacio Domingues, Coelho da Rocha, RJ

Com sutileza

Caros colegas:
Sou um anônimo leitor, daqueles que busca um jornal para tentar compreender os absurdos que vejo todos os dias. Não sei se é masoquismo, mas é preciso saber o que se passa quando se busca algo melhor. E ficar embananado é obrigação.

Em épocas ou sistemas onde as coisas não podem ser ditas diretamente, a gente pratica a difícil arte de buscar as entrelinhas, uma maneira de formar, através da informação, alguma energia capaz de influenciar na complexa correção dos nossos males. E esta arte pressupõe tentativas, erros, força de caráter.

Bernardo Bera, São Paulo, Capital

Água no tanque

Prezados Senhores:

Pedindo permissão para entrar nesse debate do álcool-motor e outros possíveis combustíveis substitutos da gasolina e diesel, quero apresentar esta minha contribuição: o uso do acetileno como combustível nos motores a explosão.

O acetileno é um hidrocarboneto insaturado obtido facilmente da reação do carbureto de cálcio CaC_2 com água. O carbureto de cálcio é um sólido obtido em fornos elétricos com a reação da cal sobre carvão ou coque em altas temperaturas.

Para se obter uma tonelada de cálcio são necessários 3.000 kwh, o que é uma energia considerável. Apesar disso, considerando-se que a cal (CaO) é barata e nacional, o carvão idem, e aproveitando-se a capacidade ociosa das hidrelétricas, o uso do acetileno como combustível resultará mais barato que o álcool ou gasolina.

Para se amenizar as altas temperaturas nos cilindros, há dois processos: 1º — injetar no carburador, simultaneamente com o ar, água pulverizada; 2º — gotejar água nos canos de escapamento, obtendo-se a sua dissociação em oxigênio e hidrogênio em seguida introduzidos no carburador como combustível auxiliar (o hidrogênio é um combustível maravilhoso). Essa segunda solução provoca uma realimentação positiva do processo, pois quando o oxigênio e o hidrogênio se recombinam no cilindro, explodindo e formando vapor, eles liberam o calor que tiraram dos canos de escapamento. No primeiro processo, o calor liberado pela reação de oxidação do acetileno transforma a água pulverizada em vapor alta pressão que ajuda a impelir o pistão para baixo.

Eu proponho aos proprietários de oficinas que tenham bicos de solda oxi-acetileno, a experiência: 1º — desliguem o acesso de gasolina ao carburador do motor; 2º — introduzir o bico de solda na boca do carburador e abrir apenas o registro de acetileno. Dar a partida. Para uma determinada vazão de acetileno, o motor deve funcionar. Esta idéia é apenas piloto; deverá ser estudada por algumas universidades a sua otimização. Futuramente, em vez de se encher o tanque com gasolina, o encheremos com água e adicionaremos algumas pastilhas de carbureto de cálcio. Estará abastecido o veículo.

Engenheiro Pedro Giannotti, presidente da Cooperativa de T.abalho dos Arquitetos, Geólogos e Engenheiros de São Paulo, SP.

Elo nacionalista

Colegas:

Parabéns pelo seu *Coojornal* — uma das coisas mais bem feitas na imprensa brasileira de que tomei conhecimento nestes últimos tempos. Gostei tanto que já estou me tornando assinante. Vocês — não fossem da terra de Érico Veríssimo — têm a visão e o sentido universalista das coisas: o *Coojornal* tem todas as condições para transformar-se num grande elo nacionalista, a cobrir todo o território brasileiro.

Cícero de Vassimon, diretor de Relações Sociais da Ordem dos Velhos Jornalistas, Seção de São Paulo, SP.

Um trem, oxente!

Amigos:

Tanto que vi falar do *Coojornal*, e tanto que eu estou longe das "capitais", que precisou haver em Porto Alegre um congresso de coração para um coraçãologista daqui lembrar de trazer um pra mim. Naquela base: "Você sabia que existia? Poxa, como é bom..."

Olha sempre achei que jornalista gaúcho é bom, e até nem parece brasileiro. Mas eu não esperava que vocês tivessem condições de fazer algo tão profissional, com tantas páginas, com tantas fontes (inclusive tipográficas...) com tanta força e com tanta coragem (e não digo coragem de desafiar ninguém não; é coragem de enfrentar 32 páginas com essa qualidade).

Estou agora numa "cidade média" de São Paulo, chamada São José do Rio Preto, a qual, entre outras glórias, tem a de ter um carteiro que se tornou herói em Porto Alegre: Rubens Minelli.

Estou fazendo um jornal diário, chamado "Dia e Noite" que tem tido um bom ibope por aqui. O jornal conseguiu em seis meses, bicar uma faixa do mercado jornalístico da cidade: assim uns 75 por cento. E há outros quatro jornais diários. Tem equipamento off-set e fica sendo na minha carreira caipira a segunda off-setada que eu dou; a primeira foi em Ribeirão Preto, também lá off-setando primeiro.

Já me acostumei a ganhar pouco e a não brilhar nas rodinhas cariocopaulicéicas. Mas, oxente, fico excitado quando vejo um trem como esse que vocês estão fazendo!

José Hamilton Ribeiro, São Paulo

Onde o luxo do L?

Senhor Editor:

Já que não acredito na eficiência da tal Associação de Proteção ao Consumidor de Porto Alegre (neste país não há nada com força suficiente para proteger o consumidor), dirijo-me ao *Coojornal* para relatar uma experiência ocorrida com este associado (da Coojornal, não da Associação).

No dia 1º de dezembro do ano passado comprei um carro. Foi um VW 1300-L (esse L aí quer dizer luxo e ainda não vi nada disso no meu carro) adquirido na Panambra. Até sair com o carro, tudo bem. Tratamento atencioso, mesmo porque o vendedor é meu amigo particular.

Saí da Panambra sorrindo, contente. Afinal, quem não ficaria assim na compra do primeiro carro zero. Mas foi só botar as rodas na rua e percebi que uma coisa essencial num carro, como a caixa de câmbio, não estava funcionando direito. Aí fiquei uns três ou quatro dias até encontrar tempo para voltar à revendedora: os caras deram um jeito rapidamente e as marchas passaram a ser feitas sem esforço.

Cinco dias depois, outra surpresa: o carro ficou sem freio. Nada mesmo; o pé ia até o fundo e o 1300-L — veja só, luxo — não parava de jeito nenhum. Só usando o freio de mão. Bom, essa função do freio durou alguns meses: eu largava o carro avisando que, embora ele até parasse quando era isso que eu queria, o freio não funcionava como eu pensava que devia acontecer com os carros novos (é o meu primeiro zero km, mas eu já havia experimentado alguns carros novos). A história do freio ainda não terminou, apesar das inúmeras visitas à Panambra, sempre com a mesma queixa e sempre com o mesmo resultado, isto é, o freio continua ruim.

Mas não é só o freio que, apesar das queixas e visitas quase semanais, continua ruim. Depois de uma viagem, a porta do lado esquerdo afrouxou e a Panambra arrumou (?): agora, ela continua frouxa, pois, uma semana depois do conserto (?), a porta voltou ao estado anterior, fecha e tranca bem, mas entra um vento danado quando o carro está em movimento.

O pior mesmo é o motor que não tem força, apesar das 1.300 cilindradas cúbicas anunciadas nas propagandas e no próprio nome que identifica o modelo no VW. Desde que comprei este carro — uma coisa que não aconselharia a ninguém — o motor falha e engasga com freqüência. Não foi por falta de tentativas de conserto que ele ainda não está bom. Durante a garantia dos 10 mil quilômetros, fiz seguramente mais de seis visitas à Panambra, além da revisão dos mil quilômetros e dos 10 mil, mas não adiantou nada. O motor continua engasgando, falhando e, qualquer dia, ainda levo uma porrada de outro carro se esquecer que o meu precisa de uns dez metros até andar regularmente (antes disso, ele só engasga e dá estouros no escapamento).

Os amigos aconselham a mandar num mecânico e vou precisar fazer isso, mas não pode ser na Panambra, porque a revendedora já teve várias chances e não houve jeito de acertar (ou, quem sabe, eles estavam esperando acabar a garantia para consertar o defeito? Não acredito). Tem que ser um mecânico particular, desses que procuram tirar os defeitos do carro para arranjar freguesia certa. Ainda existe gente desse tipo, acho eu.

Agora, no início de julho, pela primeira vez desde que comprei o carro, precisei trocar um pneu e aí tive outra prova de como anda a indústria nacional. O macaco levantou o carro até determinada altura, o suficiente para retirar o pneu furado. Mas ficou baixo demais para entrar o estepe. Então, tentei levantar mais um pouco e percebi que o macaco não só não levantava mais nada — embora houvesse sobra na haste principal — como também não baixava. Solução de brasileiro: murchei o estepe até acertar os parafusos da roda e andei devagar até o posto mais próximo. Antes disso, no entanto, não foi fácil botar a roda no chão: o macaco simplesmente tinha quebrado na sua primeira utilização. Um dente das duas engrenagens tinha quebrado e, por isso, uma tarefa que duraria no máximo um minuto, ficou em 15 porque fui obrigado a girar o negócio com o dedo. E haja dedo.

Para esclarecer bem: essa carta não foi escrita só para denunciar o meu caso mas para mostrar que aquelas propagandas da televisão em que aparece um coroa em Nova Iorque, Paris e não sei mais onde vendo as pessoas comprarem produtos brasileiros não deve ser levada muito a sério. Aqueles comerciais falam em sapatos e tecidos e o texto alerta para o fato de que o brasileiro tem uma grande tendência a valorizar os produtos estrangeiros em prejuízo dos nacionais. Não duvido que essa tendência deva ser combatida mas é preciso ficar claro que o consumidor brasileiro compra produtos ruins e que não há nada que o proteja.

Pedro Fernando Garcia de Macedo, Porto Alegre.

Alma caridosa

Meus caros amigos:

Me pergunto quem terá sido a "alma caridosa" que se lembrou de minha existência e teve a gentileza de me enviar os dois últimos exemplares do *Coojornal*. E se existe uma crítica que eu deva fazer é: por que não me enviaram o *Coojornal* desde o primieor número!!! É muito bom ver que os jornalistas gaúchos têm uma chance de aproveitar seus talentos, sem pressões editoriais, econômicas, publicitárias etc... a lista seria longa. Vivendo em Paris, a gente aprende o que é jornalismo, menos pelos cursos, mais pela vivência num país onde existem jornais, revistas e publicações de todos os tipos, gêneros e tendências. A imprensa francesa não é perfeita, nem maravilhosa, mas apresenta uma tal variedade de experiências que mesmo os erros ou limitações são uma forma de aprendizagem. E eles estão prontos a renovar, tentar, descobrir. E quando isto se passa numa cidade que é o centro de decisões mundiais tudo isto é muito enriquecedor, em todos os sentidos. Portanto não se acanhem e mandem pedir o que quiserem, será uma grande satisfação para mim cooperar com vocês. Admiro muito as pessoas que não se contentam em lamentar-se da injustiça e da inadequação de certas situações, e que tomam a iniciativa de lutar contra isso, de uma forma positiva, criadora. Parabéns pelo trabalho de vocês.

Um grande abraço da **Berenice, Paris, França**

Maragato

Senhor Redator:

Li na edição de julho de 1977, pg. 31, o trecho de "Flores, o caudilho", onde o biografado cita episódio de um júri em Bagé, quando foi acusar os três irmãos Madureira. Em 1967, parando num hotel de Dom Pedrito, conheci o Tula Madureira, que me contou: "O Sr. conhece o edifício do Foro, de Bagé? É devassado desde o meio da rua. Bueno, no dia do júri, um índio taura, nosso companheiro maragato, passava de um lado para outro, num cavalo redomão, em frente ao Foro, de modo que via tudo. Quando o Dr. Flores da Cunha, apontando com o dedo em nossa direção, disse que não era possível aceitar a morte de um homem só porque chamou o outro de filho da p..., o nosso amigo gritou pelas grades do Foro: Então tu é filho da p..., Flores'. E deu de rédeas no cavalo, pra ponto mais seguro". O finado Tula, irmão do mais famoso Bola Madureira, disse-me que o motivo de haverem "feito o tope", no mesmo dia, na vítima, foi por haver dado um tapa em seu mano mais novo; e, quando o caçula chegou chorando, para contar a afronta, o Tula e o Bola o consolaram: "Ele te deu um tapa? Amanhã ele já não dará tapa em mais ninguém..." *Em Tempo*: No seu inseparável amor à verdade, o autobiografado registra as circunstâncias: "... não obtive ganho de causa, pois havia uma grande preparação sentimental e política... (*Coojornal* Julho/77, pág. 31)."

José Gomes Barreto, Santa Maria

Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda.

coojornal

Aos leitores

Na semana de 18 a 22 de julho, pessoas que se identificaram como agentes da Polícia Federal no Rio Grande do Sul visitaram anunciantes da edição de julho do Coojornal, *órgão mensal editado por esta Cooperativa, para recomendar-lhes que não voltassem a veicular anúncios no jornal sob pena de dificuldades futuras.*

A gravidade do fato, que constitui uma ameaça à liberdade de informação e à própria iniciativa privada, levou a Direção da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda. a manter contatos com os órgãos de segurança no estado.

O encontro ocorreu no dia 27 de julho e nele a Superintendência da Polícia Federal no Rio Grande do Sul admitiu ter ordenado uma investigação sobre o jornal, que incluiu as visitas aos anunciantes, devido a uma reportagem sobre a cassação de direitos políticos no País. Foi negado, no entanto, qualquer tipo de coação exercido sobre os anunciantes, embora estes tenham levado ao nosso conhecimento as pressões sofridas.

Ainda em relação a este fato, a Direção da Cooperativa dos Jornalistas manteve contatos em Brasília com a assessoria da Presidência da República no Palácio do Planalto.

Na primeira audiência, no dia 4 de agosto, a Assessoria tomou conhecimento dos fatos referidos acima, que desconhecia, e prometeu empenhar-se no esclarecimento do assunto. No dia seguinte, em nova audiência no Palácio do Planalto, a assessoria do Presidente da República informou ter entrado em contato com a Direção Geral do Departamento de Polícia Federal, do Ministério da Justiça, que garantiu não existir nenhuma ação oficial contra o Coojornal, *razão por que desconhecia completamente qualquer pressão.*

Ao final da audiência, a Assessoria reiterou a inexistência de qualquer procedimento oficial contra o jornal e solicitou que fosse imediatamente informada se fatos desta natureza voltassem a ocorrer envolvendo o Coojornal *ou seus anunciantes.*

Assim, entendemos ter esclarecido os lamentáveis incidentes verificados na segunda quinzena de julho, e aproveitamos para manifestar nossos agradecimentos a solidariedade e apoio recebidos de anunciantes, agências de publicidade, colegas e entidades de profissão e do cooperativismo, empresas, entidades de classe e leitores.

A DIRETORIA

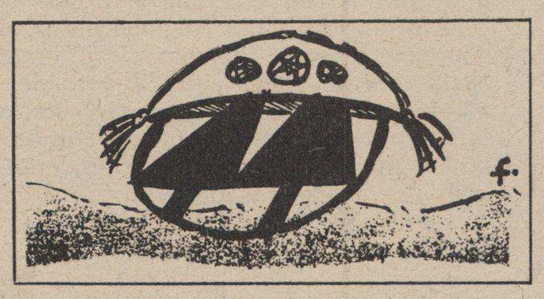
Horror psicológico

Amigos:

Estou enviando para vocês um exemplar de meu livro *Mariela Morta*, publicado pela Complemento Editorial. Não é preciso dizer que estou precisando de uma divulgação, não é? O livro será distribuído, em breve, nas principais livrarias de São Paulo e do Rio e o pessoal de outros estados poderá obtê-lo pelo reembolso postal (Rua Alfredo Albertini, 84 — ap. 23, Santos, SP, CEP 11.100). É uma edição pobre, de 1.500 exemplares. A Complemento também é uma editora pobre, perdida no interior de São Paulo, mas que já editou um livro de poesias do Antonio Romane, jornalista da Editora Abril, e pretende lançar outros escritores jovens.

Adelto Gonçalves, Santos, SP.

Nota da Redação: *Jornalista há cinco anos, o autor nasceu num bairro da zona portuária de Santos, em outubro de 1951. Tem um romance inédito, Os Vira-Latas da Madrugada, feito das lembranças do cais. A maioria das nove novelas reunidas em Mariela Morta foi escrita quando tinha entre 20 e 22 anos. A contracapa do livro diz que "são novelas obsessivas, de um estranho horror psicológico".*



Duro, não impossível

Pessoal,

O *Coojornal* começa a chegar aqui pelo Recife. Por aqui, ainda somos pequenos mas a disposição é a mesma. Somos um grupo de jornalistas, trabalhando de forma cooperativada, embora regidos, juridicamente, por uma sociedade por cotas limitadas. Nosso objetivo é o mesmo de vocês. Discutir a realidade a partir do lugar onde estamos. Iniciamos nossas atividades com os Cadernos do Nordeste. Trata-se de uma publicação trimestral abordando temas monográficos. O primeiro número — Nordeste, Trustes e Cartéis — está sendo reimpresso. Fizemos uma tiragem muito pequena e se acabou logo. No final deste mês (julho) sairá o segundo caderno, sobre Frei Damião, um missionário capuchinho que há 40 anos percorre a região pregando e arrebatando multidões. O terceiro será: 1877-1977: Cem Anos de Seca.

Paralelamente, estamos produzindo um livro, para ser lançado nos próximos dois meses, que será: *Hermilo Borba Filho: Vivo*. É uma montagem de depoimentos do escritor, acompanhada de biografia e minucioso levantamento bibliográfico, além de ilustrações feitas pelos seus amigos pintores e desenhistas.

No mais, a luta tem sido essa. Implantar uma editora aqui no Nordeste, com mais trabalho que capital, com dificuldades de distribuição e divulgação, é duro — mas, temos certeza, não é impossível.

Aceitem um abraço dos amigos de Pernambuco,

Ivan Maurício, Ricardo de Almeida e Marcos Cirano, Recife

Movimento

Recebemos do jornal Movimento a seguinte carta:

Dos colaboradores do Jornal *MOVIMENTO* a seus leitores

No final de abril *Movimento* realizou as duas reuniões anuais em que elege seu editor geral e seus diretores; no dia 29, os dois conselhos diretores do jornal, formados por jornalistas e personalidades democráticas do país, reuniram-se para um balanço das atividades do jornal, a escolha do editor geral e a definição da linha editorial a ser seguida; no dia 30, a Assembléia Geral dos acionistas de Edição S/A, a empresa que faz *Movimento*, reuniu-se na sede do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo para eleger os seus três diretores.

Foram as eleições mais debatidas e preparadas de toda a história da equipe de *Movimento*; através de reuniões preliminares em São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Salvador, Brasília e Campinas, as atividades do jornal e da empresa foram discutidas demoradamente por mais de 500 pessoas, envolvendo portanto grande parte de seus 400 acionistas e cerca de 300 colaboradores, redatores, pesquisadores, vendedores e outros funcionários. Em conseqüência, porém, de divergências surgidas ao longo dessas discussões, 38 companheiros que se uniram em torno da proposta perdedora na reunião do dia 29 decidiram afastar-se do jornal. E por discordarem da proposta da maioria, retiraram-se da Assembléia Geral, no dia seguinte.

Nós, abaixo assinados, nos opusemos ao afastamento desses companheiros. E por estarmos empenhados no fortalecimento de *Movimento*, por vermos em *Movimento* um importante instrumento das lutas mais gerais do povo brasileiro, queremos nos manifestar publicamente em defesa de sua unidade, em defesa do seu programa e do aprofundamento de sua discussão. Duas são as principais razões que nos levam a considerar a saída desses companheiros precipitada e prejudicial:

1— *Movimento* colocou-se, explicitamente, desde seu início, como um jornal de luta. *Movimento* surgiu porque se dispôs, desde seu número zero, a estar ao lado dos cidadãos brasileiros na sua luta: por liberdades democráticas, contra a exploração do país por interesses estrangeiros, pela melhoria de vida da população, pela divulgação dos reais valores artísticos e culturais de nosso povo, pela exploração planejada de nossos recursos naturais em benefício da coletividade. O valor essencial de *Movimento* decorre dos pontos de vista que defende e divulga; qualquer divergência profunda dentro dele tem, obrigatoriamente, portanto, que se referir ao conteúdo do jornal, à maneira através da qual ele põe em execução o seu programa básico.

Os companheiros que se afastaram, através de carta publicada pelos jornais — e que infelizmente *Movimento* não pode divulgar, dado o regime de funcionamento a que é submetido por força maior — dizem que não estão de acordo com a linha editorial do jornal expressa através de sua seção de "Ensaios Populares". Mas não consideramos suficiente este motivo. Os Ensaios constituem mais de meia centena de textos, publicados ao longo de dois anos, a respeito de um número amplo de assuntos. *Quais são as divergências que os companheiros têm em relação a eles?* Alguns tinham de fato manifestado discordância em relação à maneira pela qual os Ensaios tratam as correntes de oposição liberais; outros haviam criticado a insistência desses textos na defesa da independência nacional; outros ainda tinham objeções às tentativas específicas que o jornal utilizou para aproximar-se dos setores mais populares. Mas sempre foram críticas ouvidas isoladamente; não se aprofundaram nas discussões que precederam o dia 29; mais ainda, *nunca foram apresentadas como razões centrais das divergências*. Seria apressado ou mesmo injusto dizer que os 38 companheiros que perderam a votação estão contra este ou aquele ponto da linha editorial seguida pelo jornal, nesta ou naquela de suas várias seções. E, se as divergências políticas ainda não estão explicitadas, por que se afastar do jornal?

Por outro lado, todos os que estão firmemente decididos a apoiar *Movimento*, não precisam e nem podem constituir um bloco com opiniões prontas e acabadas a respeito de tudo. Se temos certeza de que os pontos básicos do programa de *Movimento* estão certos — se temos certeza de que o povo brasileiro precisa de liberdade, de que é preciso acabar com a exploração a que o país é submetido pelos grandes monopólios internacionais, se nos dispomos a colocar a nossa colaboração em *Movimento* a serviço da melhoria da qualidade de vida do povo trabalhador — também temos muitas dúvidas sobre como conduzir a luta do jornal por estes objetivos e temos o maior interesse em debatê-las e aprofundá-las.

Dos companheiros que saíram, dois faziam parte de uma comissão de 3 conselheiros, encarregada de preparar um debate interno dos "Ensaios Populares". A mesma comissão havia aprovado a divulgação ampla dos Ensaios para que a oposição democrática brasileira participasse de sua discussão. *Movimento* distribuirá amplamente uma edição especial desses artigos a fim de que os grupos organizados da oposição e todas as pessoas e personalidades democráticas possam discuti-los. As discussões em torno da saída de alguns de nossos colaboradores é um motivo a mais para que este debate se aprofunde.

As divergências dentro de um jornal como *Movimento* serão tanto mais prejudiciais quanto mais se concentrem em torno de questões pessoais ou de forma; e tanto mais úteis quanto mais se refiram ao conteúdo essencial do jornal. A saída dos companheiros, da forma como está se processando, não contribuirá apenas para nos confundir, pela falta de uma discussão de conteúdo, mais paciente e profunda?

2 — Consideramos que todas as limitações de *Movimento* ainda não invalidam a conclusão essencial de que, *dentro do país e no seu gênero, ele constitui a mais ampla e a mais avançada tentativa de democratização da imprensa*. Não colocamos as questões formais de democracia em primeiro plano; mas estamos convictos de que a única forma de conduzir a luta geral e essencial do jornal por seus *objetivos democráticos* é através de *métodos democráticos* de organização e direção. E o que nos diz a experiência do jornal a esse respeito? Até a reunião do dia 29, o Conselho de Redação do jornal, órgão soberano em relação aos editores do jornal e à diretoria da empresa, aceito por todos como a instância superior de decisões, tinha resolvido *praticamente por consenso*, todas as graves questões que tinham surgido em dois anos de trabalho coletivo.

E não foram decisões simples: uma delas, que nas empresas comuns ocorre sem debate, tomada em torno do afastamento de um companheiro de trabalho, após ameaças de demissões e divisões profundas, custou ao jornal em torno de 100 horas de reuniões e terminou com grande unidade interna. "Tudo foi esclarecido de uma tal maneira que não resta lugar a qualquer dúvida; entre nós, uma vez esclarecida a crise, por assim dizer, restabeleceu-se o clima de confiança indispensável para que o jornal aprimore a vida democrática interna, condição por sua vez indispensável para que, sendo um jornal popular por seu conteúdo, ele se popularize, ampliando a faixa de leitores e penetrando qualitativamente nos setores populares fundamentais", escrevia a respeito da conclusão dessa crise um dos conselheiros que hoje se afasta por divergir da solução encontrada no dia 29. Por que, então, não encarar a nova crise com a mesma paciência e o mesmo otimismo?

Se no geral, é justa e bem encaminhada a experiência de construção da democracia do jornal, é também natural e evidente que ela tem defeitos e limitações; o jornal tem dois anos de vida sob dificuldades extraordinárias; o número de seus colaboradores cresceu muito, no país e no exterior; o seu programa é o mesmo de seu número zero e foram inúmeros os acontecimentos políticos de relevância nestes últimos dois anos — todos esses pontos ao mesmo tempo dificultam e exigem a discussão interna. Todas as decisões aprovadas no dia 29, mas não aceitas pelos que se afastam, mostram que havia um consenso geral quanto à necessidade de mais debate e mais democracia no jornal. Os conselheiros decidiram:

— adiar a eleição definitiva de uma nova diretoria por seis meses para que pudesse haver um amplo debate interno; (e isso quando todos, mesmo os defensores da proposta perdedora, estavam de acordo que os atuais diretores deviam ser mantidos nos seus cargos);

— criar uma comissão ampla para aprovar os editoriais do jornal;

— eliminar o caráter editorial dos Ensaios Populares, transformando-os numa seção assinada pelo editor;

— criar duas comissões com poderes legislativos máximos, acima da diretoria e do editor, só subordinada aos Conselhos, para deflagrar, no jornal e fora dele, um amplo debate para aprovação e renovação de seus estatutos e de seu programa;

— tornar a indicação dos editores de seção e chefes de departamento do jornal sujeita a aprovação pelo Conselho (até então eles eram nomeados livremente pelo editor geral e pelos diretores da empresa);

— formar uma diretoria de unidade que procurasse trabalhar por consenso.

Os companheiros que se afastaram não aceitaram participar nem da diretoria, nem de qualquer das comissões. Mas, por que não aproveitar esse período de debates e ao longo dele desenvolver todos os esforços possíveis pela unidade?

Alguns dos companheiros que se afastam afirmaram que continuarão a escrever para *Movimento*. Os abaixo assinados renovam seu interesse por essas colaborações. Renovam também o convite feito por mais de uma centena de acionistas do jornal, presentes à Assembléia do dia 30, no sentido de que os companheiros discutam dentro do jornal as divergências. Renovam ainda sua firme convicção de que é possível superar todos os inevitáveis incidentes pessoais havidos nesse processo. Devemos lutar pela unidade através da discussão fraterna e profunda das questões essenciais que o jornal *Movimento* tem levantado e defendido.

Em nome do esclarecimento da oposição democrática brasileira;

— da luta pelas liberdades democráticas;

— da luta contra a exploração do país por interesses estrangeiros; e

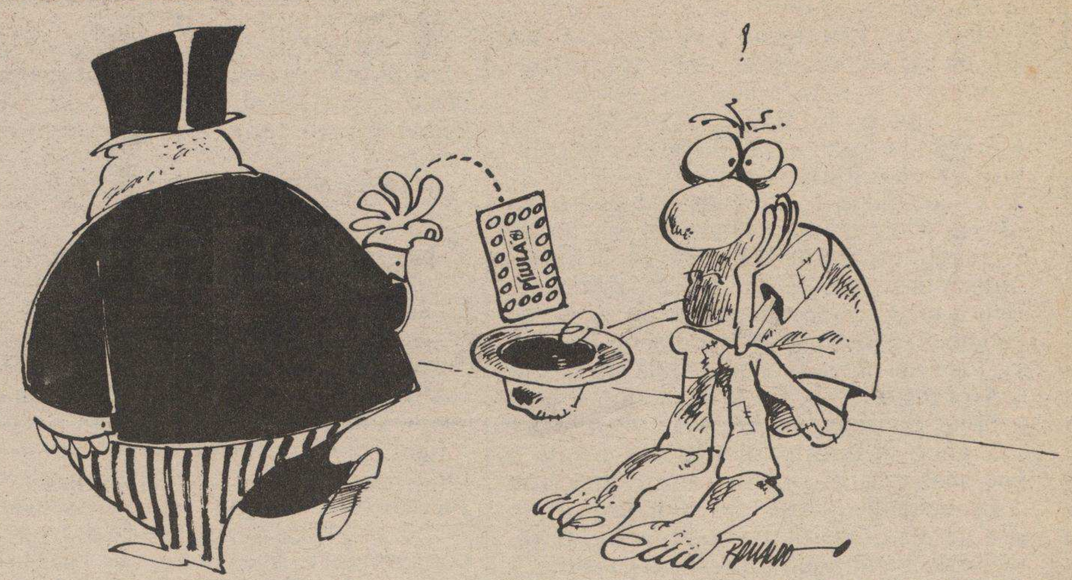
— da luta pela elevação do padrão de vida material e espiritual de nosso povo trabalhador.

Assinam esta carta:

Antônio Carlos Ferreira, Ramundo Rodrigues Pereira, Francisco Marsiglia, Sérgio Buarque e mais 165 nomes da redação, administração e vendas em S.P. e sucursais.

FERRÉ

RONALDO



Rancho Queimado

Gauchada boa:

Há muito tempo eu estava para lhes escrever. Mas quando não era falta de oportunidade era até mesmo de dinheiro. Não sabia como me desculpar por não haver ainda feito uma assinatura do *Coojornal* (dispenso a adjetivação "vibrante" ou qualquer outra por considerar desnecessário; basta o nome *Coojornal* que resume tudo aquilo que se espera de uma imprensa independente).

Na edição nº 16 vocês publicaram uma matéria a respeito da Dicesc (Companhia de Comunicações e Divulgação do Estado de Santa Catarina) com o título "Era peso demais para um elefante", que retrata fielmente a preocupação do dr. Antônio: manter as aparências. O complexo de Édipo e o narcisismo são a tática e a estratégia do atual governo catarinense. E nem Freud, como secretário de Estado, traria soluções a curto ou médio prazos. Para vocês terem uma idéia da situação crítica vivida pela administração do dr. Antônio Carlos Konder Reis, nem a subchefia da Casa Civil para Assuntos de Imprensa (órgão que substituiu a Dicesc) tinha dinheiro para adquirir o *Coojornal* que apresentava a matéria. Tomaram o meu emprestado para tirar uma cópia xerox...

Recorrer a quem, para denúncias desta espécie Ao *Coojornal*, pô!

Foi árdua e incansável a nossa luta para que a Dicesc (um DIP sofisticado) fosse extinta. A Dicesc e a Secretaria de Imprensa. Esta, criada exclusivamente para silenciar Adolfo Zigelli, um dos poucos jornalistas lúcidos e sem ter que dar satisfações a governos: sempre esteve ao lado do povão, fazendo denúncias, encoranjando-o através de um trabalho profícuo e incessante. Trabalho que o levou à estafa e a uma cirurgia de emergência , obrigando-o a valer-se de um "marca-passo" para prosseguir seu trabalho jornalístico.

Isso, até o dia em que o dr. Antônio, donatário das terras de Santana, achou por bem criar o "fruto proibido : Secretaria Especial para Assuntos de Imprensa. E o Deus de Fernando Pessoa o chamou para sempre. Mas Zigelli não morreu! Está em cada pedra da Praça XV, nas ante-salas dos órgãos públicos, nas esquinas, nos bares, nas praias. Foi uma vítima do poder, da corrupção espiritual e material de um governo inseguro que se vale de todos os artifícios para silenciar a imprensa, anestesiá-la ou amedrontar fracos e inexperientes repórteres.

Mas os diferentes graus de percepção instintiva e olfativa contribuem para que os homens não sejam iguais. Costuma-se dizer que todo homem tem um preço. Não creio. Hoje lhes estou escrevendo do município de Rancho Queimado, de uma fazendola onde me entregó ao trabalho braçal, cuidando do gado, plantando e fazendo jornalismo sem que deixe de ser levado a sério (apesar de muitos me considerarem um "revoltado", como dizem o presidente regional do MDB, um certo sr. Dejandir, e seu secretário, Saulo Vieira). Talvez seja "um revoltado" por ser mais fiel aos meus princípios que muitos oposicionistas de fachada, como o sr. Laerte Vieira que, por ocasião do fechamento do Congresso, foi um dos primeiros, ao lado do sr. Tancredo Neves, a correr aos guichês para retirar o seu rico dinheiro que recebe para defender a democracia dos seus bolsos! Talvez seja "revoltado" porque não admito o comportamento servil dos nossos oposicionistas que, ao toque da (o) Alvorada se dirigem ao Congresso de onde haviam saído corridos ao toque de "recolher".

Meus bons gaúchos, estou lhes dizendo tudo isto para justificar as razões maiores desta carta: é que dia desses o sr. Saulo Vieira, secretário-geral do MDB, percebendo 40 mil cruzeiros para defender a "A justa redistribuição de riquezas e as minorias sofredoras" teve a ousadia de dizer que o dr. Antônio, através da Dicesc, me havia oferecido um emprego mas que eu recusava porque "não havia chegado ao preço exigido". Se a calúnia partisse de um dos fâmulos do dr. Antônio, eu acataria, pois desde a "mordomia paraguaia", consentida pelo governo, tudo é possível acontecer nas terras de Santana. Mas a calúnia partiu dos lábios de um secretário-geral do MDB!

Talvez o Sérgio Lopes, editor do *O Estado de Santa Catarina* esteja certo quando diz que o gaúcho é o terceiro partido. Em assim sendo, o que dizer do MDB catarinense entregue às mãos de uma escola "dejandirista"? Se ainda existe oposição em Santa Catarina temos que agradecer às cidades de Lajes, Joinville e Blumenau, onde todos os líderes oposicionistas querem ver na rua da amargura "o italiano Dejandir", um misto de humorista de televisão com político de beira de cais, um Toca-Tomé, como bem o retratou o jornalista Silveira Júnior.

Quando da realização do simpósio O Homem e a Liberdade, aqui em Santa Catarina, um gaúcho quis levantar o debate em torno dos presos políticos. O sr. Dejandir quase se borrou nas calças. Até hoje a maior preocupação do presidente regional do MDB é manter em dia os seus negócios imobiliários, principalmente em obscuras transações com a Emedaux, uma empresa em estado delicado (leia-se falência) mas que foi socorrida pelo dr. Antônio, donatário das terras de (já decoraram?) que adquiriu a Emedaux um edifício inteiro para sediar a Dicesc. Mas Deus é grande: o nome do edifício é Santa Edwiges, padroeira dos endividados e necessitados...

Hoje, um dos jornalistas mais visados é este modesto agricultor (por força das circunstâncias). Ao MDB não interessa a minha pureza de princípios e conformismo que todo brasileiro tem para com a sua pátria: a redemocratização. E ao governo, a minha independência e quixotesca luta são um vírus altamente transmissível.

Diante disso tudo, a quem recorrer?

Ao Rio Grande do Sul, pô!

A este Rio Grande dum Gladstone, dum Érico Veríssimo!

A este Rio Grande da Erexim que me matou fome, sede com vinhos e massas, além de amizade sincera dos Rossini, dos Alleguieri, Formiguieri e tantos italianos diferentes do Djandir, *el mafioso*. Recorrer a este Rio Grande cujas terras roxas de Cruz Alta, Três de Maio, Criciumal, Santa Rosa e tantas outras cidades molhei com o meu suor e lágrimas, quando resolvi deixar o país.

Mas retornei de Los Libres, após um porre homérico, em Uruguaiana. Retornei porque aqui é o meu lugar, o meu país. E não será a presença do "terror metálico" nem dum Antônio ou dum Dejandir que me fará abandonar novamente o Brasil. Amo-o e não mais o deixarei! Nem que para isso me veja forçado a continuar nas minhas funções de capataz da Fazenda Cisne Branco, em troca de cama e comida, já que meus parcos vencimentos como jornalista (mil cruzeiros) pouco ou quase nada servem para comprar alguns livros e viajar até a capital para passar horas agradáveis ao lado de minha noiva.

Espero que compreendam o meu desabafo, mas estou bastante aborrecido com as acusações de velhos companheiros de partido. Nem por isto deixarei de combater as velhas e corruptas oligarquias. Comenta-se que o futuro governador catarinense será um militar. Dos males, o menor. Acredito mais num militarismo-nacionalista do que em oligarquias "revolucionárias". E espero mesmo que a Revolução volte um dia a tomar o seu lugar na história política do país, pairando acima dos partidos políticos sem aderir a nenhum deles. Pois Arena e MDB são partidos artificiais, criados por decreto. E nenhum dos dois pode ser considerado o "partido da Revolução". Menos ainda a Arena! Pois Castello Branco queria uma revolução cujo prazo não implicasse usurpação, mas que tivesse "a sua continuidade pelo voto". E a Arena é cúmplice na usurpação do Poder! A Arena cúmplice, e o MDB conivente!

Ameaçados, arenistas e emedebistas se unem para defender a democracia de seus próprios bolsos! Ameaçados, arenistas e emedebistas se unem para denunciar como "subversivos e agitadores" todos aqueles que têm "fome e sede de justiça". Mas o tempo tudo vence. Voltemos nossos olhos para Portugal e Espanha na esperança de que um "socialismo-cristão", como já profetizava Eça de Queirós, venha ser a salvação da humanidade.

Era isso.

Espero que o trabalho de vocês sirva de exemplo à atrelada e comprometida imprensa catarinense (boa parte dela!).

Sérgio Lima, Rancho Queimado, SC.

RONALDO

VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE COOPERATIVISMO

FORTALEZA – 14 A 17 DE SETEMBRO DE 1977

CENTRO de CONVENÇÕES

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO CEARÁ

CREDIREAL TURISMO S/A DO BANCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS S/A

SECRETARIA GERAL: AV. IPIRANGA, 1248 - 2º ANDAR - CONJUNTOS 206/211

TELEFONES: 228-6182 e 228-8704 - SÃO PAULO

Perdão, Leitores

Por Luiz Cláudio Cunha

O maior (quem sabe) ou mais importante (talvez) tabu da imprensa brasileira — a volta aos quartéis — foi derrubado no dia 30 de julho justamente por um ilustre e insuspeito militar, o coronel Jarbas Passarinho, ex-ministro do Trabalho e da Educação e atual senador pela Arena do Pará. Assinando o principal editorial da página três da Folha de São Paulo, Passarinho disse que "não há a determinação de manter os militares indefinidamente no poder", advertindo: "Cabe aos militares, é claro, dar o exemplo de que não são e não querem ser vistos, mais tarde, pela análise dos historiadores isentos, como usurpadores do poder civil... As Forças Armadas só se engrandecem na medida em que retornarem à sua velha vocação histórica de intervir para sanear e devolver o poder àqueles que devem ter sido educados e treinados para o metier".

É verdade que, uma semana depois, o mesmo Passarinho explicou que sua proposta vale a partir de 1984 — data aliás muito sugestiva. Em todo o caso, sua primeira declaração produziu efeitos imediatos. No dia 3 de agosto, na seção de cartas do Jornal do Brasil, irrompeu o brigadeiro Gabriel Grun Moss, com todo o peso de sua autoridade como ex-ministro da Aeronáutica no breve período de governo de Jânio Quadros e personagem principal — ao lado do marechal Odilo Denys e do almirante Sílvio Heck — da crise em torno da posse do vice-presidente João Goulart, em setembro de 61. Na condição de "revolucionário de primeira hora" que vê "chegada a hora da verdade", Grun Moss afirmou: "O país necessita retornar ao pleno Estado de Direito". Neste mesmo dia, em Brasília, ao sair de uma audiência com Geisel, Passarinho dizia que "antevê e espera" o momento em que o poder "retorne ao campo civil, com o papel dos militares reduzido", pois "estamos chegando a esse ponto de maturação, quando a intervenção militar saneadora se esgota e há o retorno às bases".

O interessante é que, a cada nova declaração, mais repórteres desabavam sobre os entrevistados que, tranqüilamente, confirmavam e até ampliavam suas afirmações. "A revolução de 64, treze anos após, já se impôs e não há mais motivos para que os militares continuem no poder", disse Grun Moss nos jornais do dia 4. "O país precisa voltar à democracia, à liberdade". Um dia antes, em Salvador, outro militar e revolucionário, o general Juracy Magalhães, na festa de seus 72 anos de vida, dizia que o aperfeiçoamento democrático no Brasil "é um ideal que ainda não vi concretizado e que continua sendo o maior objetivo de minha vida".

A discussão mais antiga de outro velho tabu — a sucessão presidencial — nas páginas dos jornais, mostra que algumas coisas estão mudando no âmago do poder, que parece estar exaurindo as forças e a unidade da instituição militar. Como explica o professor de Ciências Políticas Francisco Weffort, da USP, na revista Isto É do dia 3 último, citando o autor inglês Finer, os militares são levados a abandonar o poder, num determinado momento, quando a atuação política cria tantas divisões entre eles que a unidade da instituição fica comprometida. "Essas divisões — normais para políticos — são evitadas enquanto exista um ponto de coesão, que pode ser, por exemplo, o combate ao comunismo. Mas, quando esse ponto desaparece — quando não há uma razão —, como unir se a política divide?".

"A verdade e só a verdade liberta" — esta frase foi repetida muitas vezes por homens de consciência aberta e ampla. Na boca de um militar, como o brigadeiro Grun Moss, ela ganha em significado. Brigadeiro só levanta vôo sob excelentes condições de navegabilidade, céu limpo, sem nuvens. Brigadeiro sabe.

●●●

E a tese da relatividade, ao que parece varre hoje todas as democracias sul-americanas ("modernas", "fortes", "vigiadas", "autênticas" ou "excepcionais"), com exceção daquelas velhas, ultrapassadas e raras democracias onde qualquer eleitor pode eleger diretamente o presidente da República. O Jornal do Brasil de 31 de julho mostra, com a ajuda de um mapa, que o calendário político da América do Sul não prevê nada de importante antes de 1978.

Apenas quatro países não possuem projeto político definido: Paraguai, governado há 23 anos pelo general Stroessner, Uruguai, Argentina e Brasil. A Colômbia e a Venezuela ainda insistem em realizar, a cada quatro anos, eleições diretas para presidente, estando prevista para 78 a escolha dos sucessores de Lopez Michelsen e Andrés Perez. E, para conturbar ainda mais a tranqüilidade destes dois países, participam das eleições partidos de todas as tendências políticas. Na Guiana e no Suriname, os regimes parlamentaristas recorrem também com freqüência ao voto direto.

O regime militar do Equador prometeu um plebiscito geral para 78, visando a redemocratização, e o Peru e a Bolívia prevêem para 80 a realização destas pouco hodiernas "eleições gerais diretas". O Chile e a Argentina, apesar das campanhas difamatórias com fins inconfessáveis, desde o exterior, já se preparam para conviver de novo com a democracia, através de eleição direta para presidente. É verdade que não há muita pressa: 1991, por aí, parece ser um bom ano para a eleição de um civil como presidente de argentinos e chilenos, segundo as previsões dos militares.

Quanto ao Brasil, embora estejam previstas eleições indiretas para governadores e para presidente em 78, não existe ainda nenhum projeto político capaz de tranqüilizar os militares e estimular os civis, proeza que alguns consideram até mesmo impossível. Mas não é o que pensa, por exemplo, o civil Tarso Dutra, um autêntico democrata relativo que concilia sua posição como senador eleito diretamente com a de ex-ministro defensor do decreto 477. Em julho, ele foi o primeiro político de importância nacional a acenar com uma data, no futuro vago, adequada para a retomada (?) do processo democrático: "1980 é o ano", sentenciou o senador, candidato a uma vaga por eleição indireta ("biônica") ao Senado. Uma data que nos deixa relativamente tranqüilos, não?

●●●

O jornalista gaúcho Flávio Tavares, correspondente em Buenos Aires dos jornais Excelsior (do México) e O Estado de S. Paulo, foi preso pelas autoridades uruguaias, em Montevidéu, no dia 14 de julho. Tavares, que atuou muitos anos na extinta Última Hora de Porto Alegre e que em 1969 saiu banido do país, por motivos políticos, rumo ao México, foi acusado pelo governo do Uruguai de "atos de espionagem". Ninguém entendeu. Além do mais, os militares da Banda Oriental não se dignaram a dar maiores esclarecimentos, apesar da onda mundial que se ergueu em protesto pela prisão.

Aqui em Porto Alegre, só o Diário de Notícias e a Zero Hora continuam noticiando o "caso Tavares" com a importância que merece a prisão de um jornalista brasileiro e gaúcho no exterior. Na Caldas Júnior, os três jornais da empresa (Correio do Povo, Folha da Tarde e Folha da Manhã) foram advertidos pela direção que o citado jornalista não era "amigo da casa" e o noticiário, portanto, deveria ser o mais discreto possível. Limitam-se, assim, a editar algumas linhas dos telegramas (poucos) enviados pelas agências internacionais, silenciando sobre qualquer movimentação pró-Tavares dentro do Brasil. Os protestos dos sindicatos dos jornalistas gaúchos e paulistas, assim como as declarações da mãe e do primo de Tavares, residentes em Porto Alegre, só foram noticiados pela Caldas Júnior quando, chegando a Buenos Aires, Cidade do México e Montevidéu, voltaram pelos teletipos das agências.

●●●

O presidente Ernesto Geisel, em fins de junho, esclareceu gentilmente a milhares de telespectadores franceses: "Vivemos numa democracia relativa".

Esclarecimentos mais empolgantes sobre o regime brasileiro brotaram, no mês seguinte, em Porto Alegre, numa solenidade de juramento à bandeira prestado por novos reservistas. Numa cerimônia "muito bonita", segundo o jornal gaúcho Folha da Tarde, dois mil jovens ouviram, na manhã de 29 de julho, uma edificante explanação, de improviso, do coronel Délio Mascarenhas de Oliveira, chefe da 8ª Circunscrição do Serviço Militar. Disse o coronel: "Os senhores são livres e estão, agora, transformados em cidadãos que muito haverão de progredir. Nossa democracia garante todos os direitos aos senhores. Nosso país é livre".

Convencido de que "nós somos livres e possuímos todas as manifestações de liberdade de expressão", o coronel Oliveira assegurou, triunfal: "Democracia maior do que a nossa não existe". Corre, assim, o risco de desacato às palavras de seu superior, o general e presidente Ernesto Geisel. Ou então desacata as outras democracias — menos ou nada relativas.

Foto Standar Propaganda

Behs: pela censura e pelo otimismo

●●●

O sinal da TV Guaíba, canal 2, está no ar desde julho, mas a dúvida continua: e a programação, qual será? "Este é o maior mistério da televisão brasileira", diz Cláudio Petraglia, diretor de programação da TV Bandeirantes, emissora paulista que junto com a Globo do Rio, domina o mercado nacional de distribuição de programas. E o mistério é tão grande que, há pouco, correu o boato de que a Guaíba tinha convencido a Globo a romper o contrato com a TV Gaúcha, que cobre 85% do Rio Grande do Sul com sua rede de 7 emissoras e retransmissoras pelo interior do estado.

Tanto a Globo como a Bandeirantes desmentiram qualquer acerto com a Guaíba. Mas, no plano regional, a futura programação do canal 2 começa a se definir. Está certo, já, um programa semanal de debates dirigido pelo publicitário Ernani Behs, diretor do conselho de administração da Massey-Ferguson do Brasil e vice-presidente nacional da Standard, Ogilvy & Mather Publicidade. Behs promete, agora, um programa de debates com cientistas sociais, com música brasileira, reportagens e esporte amador — especialmente golfe, tênis e hipismo. Tudo isso com a característica básica de seus programas: otimismo generalizado, mostrando "o lado bom das coisas, assuntos leves e transparentes".

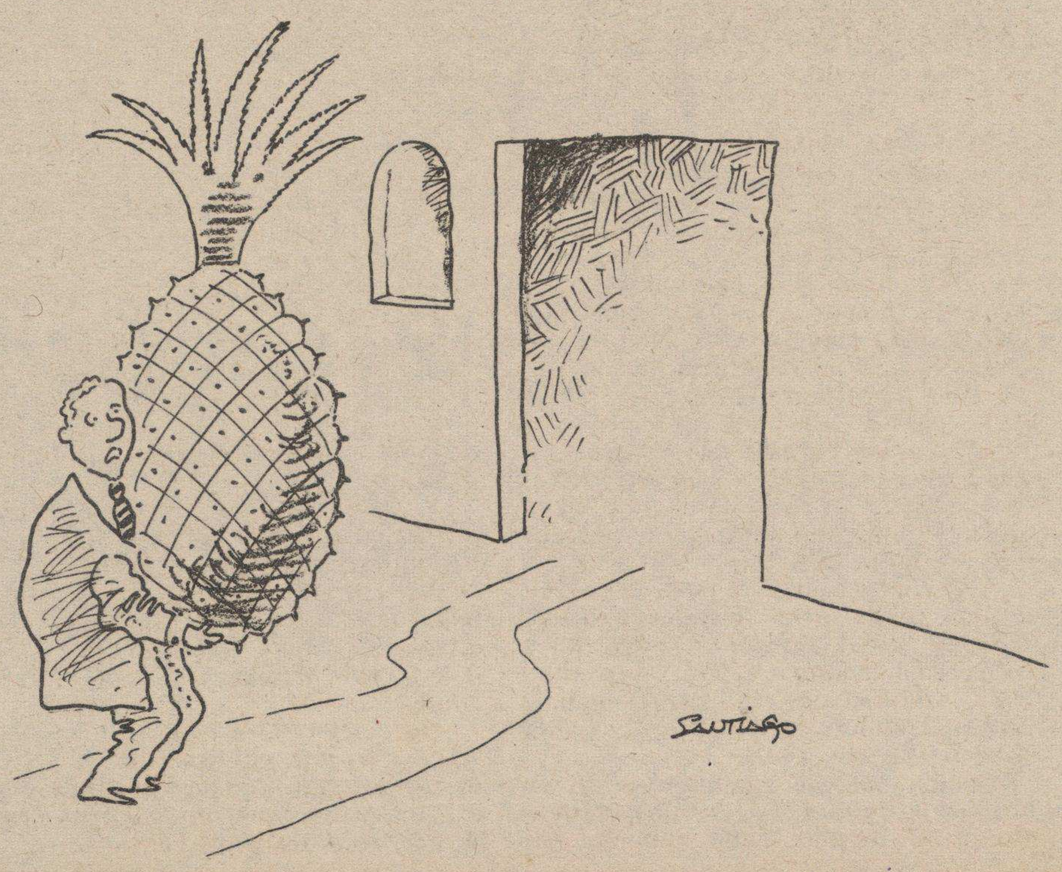
Natural, portanto, que Behs não esteja preocupado com a censura, normalmente tão atenta aos programas deste tipo na tevê. Afinal, Ernani Behs, aos 54 anos de idade e 36 de jornalismo, nunca foi censurado, por uma simples razão: "Sou a favor da censura", admitiu ele à repórter Elaine Lerner, do Coojornal. **"A grande massa não tem condições de ver tudo, de distinguir as coisas. Devemos primeiro ensinar as pessoas, mostrar o que não choca, o que é permitido. Por que mostrar o aspecto negativo?" Behs reclama que "os jornais têm apenas 1% de notícias com elogios, quando deveria ser o contrário, pois a família brasileira precisa receber boas notícias".**

Como se vê, o futuro programa de Ernani Behs é a primeira boa notícia que recebemos da TV Guaíba. Boa notícia para nós e para a censura.

●●●

Eu fiz as contas agora e, se elas estiverem certas, até o fim do ano estarei devendo 300 dólares ao mundo. Eu e cada um dos 110 milhões de brasileiros responsáveis pela dívida externa do país, que chegará a 33 bilhões de dólares em dezembro, conforme as contas do Banco Mundial (que sabe fazer cálculos bem melhor do que eu).

O Brasil é feito por nós, tá certo. Mas a dívida externa é feita por eles. Por isso, aviso: EU NÃO PAGO. Desistam.



A libertação da Guiné num livro-reportagem

Licínio de Azevedo, de 26 anos, e Maria da Paz Rodrigues, de 22 anos, jornalistas, passaram seis meses em Guiné-Bissau, trabalhando no único jornal do país, o *No Pintcha* (grito usado pelos guerrilheiros, que significa *em frente*), de propriedade do governo. Voltaram em março, e no dia 4 de agosto, no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, lançaram o livro "Diário da Libertação-Guiné-Bissau da Nova África", o segundo editado pela Editora Versus.

O livro com 128 páginas e mais de 20 fotos, vendido a Cr$ 50,00 foi dividido em duas partes. A primeira é uma grande reportagem sobre o país, que segundo Licínio de Azevedo introduz o leitor sensivelmente no mundo da Guiné-Bissau. A parte final do livro é um apanhado de relatos, a descrição da luta de libertação, através de pequenos relatos dos africanos.

O sociólogo Florestan Fernandes, autor do prefácio, define assim o "Diário da Libertação": "Nem uma reportagem, nem um ensaio sociológico, nem uma propaganda dirigida. Um diálogo com os agentes ativos e passivos do drama, que tem algo de novela, de cinema novo, de poesia e de relato pedagógico. O ponto de partida é a realidade concreta, as indagações simples. O ponto de chegada, que paira no ar e perpassa todas as indagações, são os dilemas centrais de uma África que se esfacela em busca de sua própria saída".

Mulheres eram as Amazonas!

As feministas brasileiras devem reconhecimento e um tributo especial às **Amazonas**, mulheres que foram precursoras do movimento de libertação feminina no País. Esta é a opinião de Fernando Sampaio, historiador e arqueólogo gaúcho, autor de um livro lançado recentemente para provar que as lendárias mulheres guerreiras realmente existiram. O livro chama-se **As Amazonas — A Derrota do Matriarcado Pelos Filhos do Sol,** editado pela Aquarius, de Porto Alegre.

Segundo Sampaio, as chamadas Amazonas eram na verdade grupos de índias, as Icamiabas — como eram conhecidas —, habitavam às margens dos rios Nhamundá e Trombetas, na Amazônia, e tinham tribos de homens como escravos. Eram mulheres guerreiras que defendiam sua liberdade à custa de duras lutas, travadas de igual para igual, contra os outros indígenas.

Foram reconhecidas pelo conquistador espanhol Francisco Orellana e combateram seus soldados em 1541. Mas, nesta época já estavam sendo exterminadas, mudando-se para o monte Ycamiaba, na Serra Acaraí, no interior de Roraima, próximo à fronteira da República Cooperativa da Guiana.

Fiéis a princípios rígidos, só se utilizavam dos homens para a procriação e apenas uma vez por ano. Nos demais 364 dias guerreavam contra eles. Mas na data em que celebravam "A vitória sobre os homens", as índias cumpriam um belo ritual. No dia de lua cheia se banhavam no lago Iaci-uaruá (Espelho da Lua) para se purificarem. Depois, recebiam os machos numa festa com músicas, bebidas e comida farta. Aos escolhidos ofereciam um amuleto, muiraquitã, de pedra nefrítica, representando uma perereca, símbolo da fertilidade feminina.

Dessa união, as meninas que nasciam eram conservadas e os meninos mortos ou entregues na festa do próximo ano aos pais. Quando uma das mulheres ficava velha, elas matavam e enterravam. Diz Fernando que eram "belíssimas, morenas, cabelos compridos e pele clara. Não eram louras, como afirma a lenda e não queimavam um dos seios para poder caçar melhor, apenas usavam uma faixa escondendo-o".

O seu poder terminou quando uma das chefes foi seduzida e posteriormente morta por Coaraci Raia, o Filho do Sol. É claro que isto é lenda, mas o que aconteceu na verdade é que as amazonas foram vencidas por tribos indígenas que não perdoaram a sua independência e como bons antropófagos, comeram as derrotadas.

Fernando Sampaio, o autor

Disso tudo ficou a comprovação de que existiu no Brasil o matriarcado puro. Friedrich Engels, na Origem da Propriedade Privada, da Família e do Estado diz que "a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo foi quando o homem também apoderou-se da direção da casa, a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução".

Marina Wodtke

Zé Carioca estava esquecendo Walt Disney

E Zé Carioca está de volta a São Paulo. Isto é, volta a ser desenhado em São Paulo, ele que nos últimos sete anos ganhava vida nos traços do gaúcho Renato Canini, 41 anos, *destituído* do cargo por insistir em dar um tom mais pessoal aos quadrinhos, o que vai contra a orientação da linha Walt Disney, comercializada no Brasil pela Editora Abril.

Em 1971 Canini editava a Revista Recreio, também da Abril, em São Paulo. Estava desistindo de morar fora de Porto Alegre quando recebeu a oportunidade que esperava. Poderia desenhar as histórias do papagaio metido a malandro em sua casa. E foi o que fez, embora algumas dificuldades, como o fato de conhecer muito pouco o Rio de Janeiro. Por isso usava até cartão-postal para dar autenticidade aos desenhos.

O cenário realmente sempre fora a maior dificuldade desta historieta. Zé Carioca aparecera pela primeira vez no filme *Você já foi à Bahia?*, ao lado de Pato Donald e Pachito Pistolas, um mexicano que completava o trio. Zé Carioca, como Pachito, eram concessões ditadas pela política de boa vizinhança dos EUA com a América Latina. Era um personagem inspirado na figura de José do Patrocínio, integrante do conjunto Bando da Lua, que acompanhava a cantora Carmem Miranda.

Canini e Zé Carioca separados pelo rigor da linha Disney

Suas primeiras tiras surgiram no Brasil no começo da década de 40 e eram um simples jogo de montagem: sobre argumentos de histórias do Pato Donald e seus sobrinhos colavam a figura do malandro de bom coração, alérgico ao trabalho.

Como o Pato Donald não tinha nada a ver com o malandro carioca, cartunistas norte-americanos sofriam para desenhar o Zé. Mas estes também não sabiam nada sobre este país tropical, e assim era comum desenharem assistentes de uma pelada de futebol usando largos chapéus mexicanos e fumando grossos charutos.

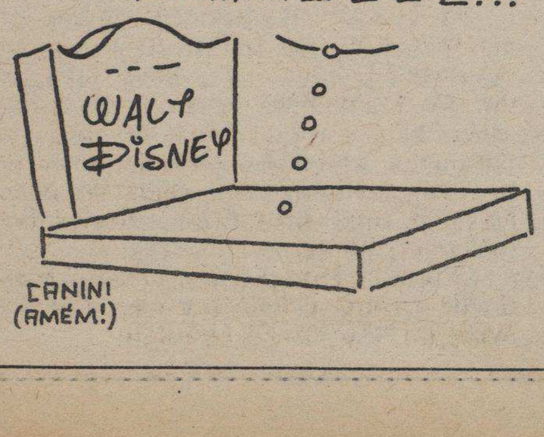
O exotismo acabou só na década de 60, quando passou a ser desenhado sucessivamente pelos brasileiros Jorge Kato, Izomar Guilherme, Valdir Igara (hoje diretor editorial das publicações infanto-juvenis da Editora Abril), Carlos Guilherme Herrero e Renato Canini.

Canini começou a mudar o estilo das histórias ao destacar detalhes de fantasias e de rostos: mesmo numa multidão não havia um perfil igual a outro. "Ando na rua e vejo gente diferente, bastante expressiva", justifica ele. Na verdade, a linha Disney exigia sempre os mesmos traços para os coadjuvantes, como se o vilão fosse sempre o mesmo tipo encontrado em todas as histórias.

Depois de alguns puxões de orelha, Canini foi finalmente afastado em abril deste ano, perdendo os Cr$ 500,00 que recebia por página (em média oito quadrinhos) e os 220 mil leitores mensais da revistinha.

Canini resume numa "boa experiência" o trabalho com Zé Carioca, que lhe exigia três horas por dia para desenhar as tiras. "Valeu a pena entrar no mundo de Disney e tentar fazer alguma coisa diferente", mas, ao mesmo tempo, "perdi bastante tempo, que poderia ocupar para realizar outras coisas".

De qualquer maneira, o desenhista gaúcho, nascido em Paraí, não se afastará da Editora Abril. Voltará à Revista Recreio, e manterá a página do seu personagem *Doutor Fraud*, da revista Pancada.



A infância, como num circo de horror

Infância dos Mortos é o título do último romance-reportagem de José Louzeiro lançado pela editora Record. Infância dos Mortos é a infância de Dito, Fumaça, Pichote, Alfinete, Manguito e outros menores abandonados que correm alucinados pelas páginas do livro como num circo de horror: eles correm e deixam com cada leitor a vergonha coletiva pelos 15 milhões de menores abandonados.

Em Porto Alegre, viram ressuscitar o termo pivete. Em São Paulo, se vestiram de trombadinhas. E em todo lugar assistiram a miséria e a injustiça social sofrer uma violência semântica: então eles são vagabundos, vadios...

E Louzeiro, frase por frase, vergonha por vergonha, vai tecendo o fio desse pano de fundo da realidade brasileira, salpicando-o aqui e ali não com a tinta mas com o sangue verdadeiro do Pichote em busca dos amigos explorados pelos adultos no tráfico de drogas, da infância violentada nos cárceres, nos *suadouros* como forma de sobrevivência.

— Não deixe pivete ficar roubando no cemitério. Um deles, pelo menos, não vai mais criar problema.

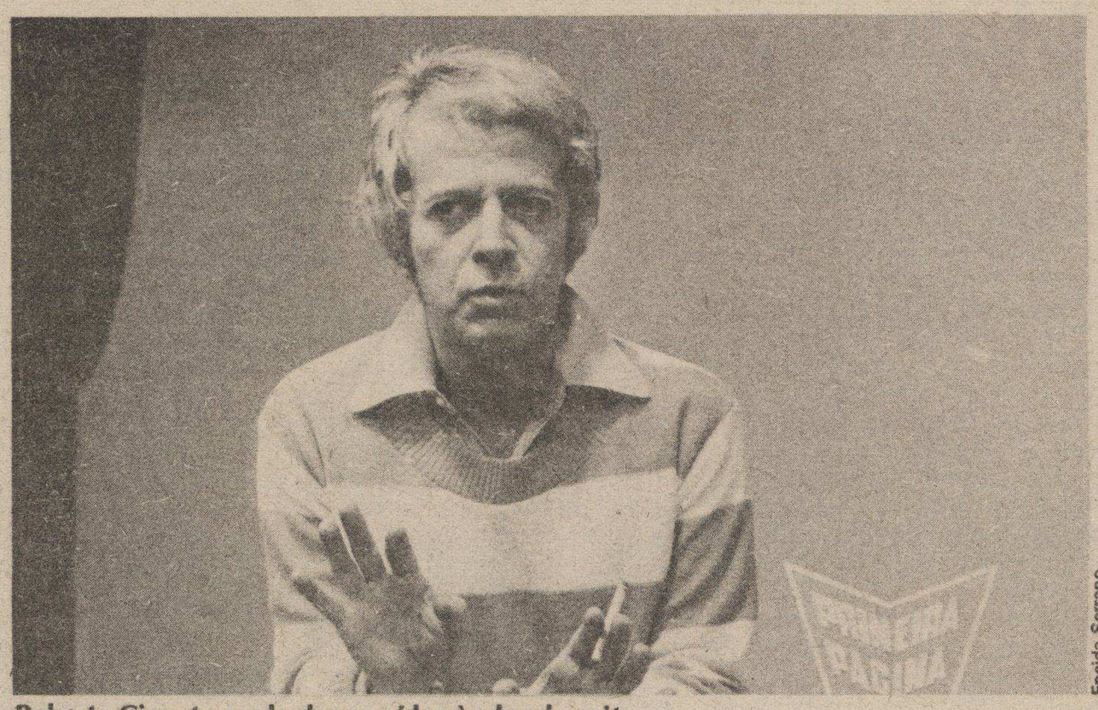
E, para não deixar criar problemas Negão e Galego *apagam* os 12 anos de Pichote. Para não criar problemas, os patronatos de menores estouram de tão cheios. Mas nada resolve: Infância dos Mortos deixa a impressão de que não existe o problema do menor abandonado porque o problema está no adulto, na sociedade que o oprime.

Louzeiro sabe dizer isso e o diz bem. Como o fez em Lúcio Flávio, o Passageiro da Agonia, agora reeditado, como o fez em Aracelli, Meu Amor, também da Record, igual que em Acusado de Homicídio, Edições Nosso Tempo.

Mais uma vez, é o romance-reportagem, frases cruas sobre uma realidade que pouco a pouco vai envolvendo o leitor que se pergunta se esta realidade não é muito distante, que até parece ficção. E é isso que pretende Louzeiro: desmistificar a tendência que existe em cada vergonha de transformar em ficção a realidade ao lado. José Louzeiro, Infância dos Mortos, 225 páginas.

Sérgio Caparelli

A árvore tira o sol do menino? Degole a criança.



Roberto Gigante: pedradas no vídeo às dez da noite

Eneida Serrano

Confundido com um parente, alto funcionário do Banco do Brasil, o homem na tevê responde: "Se eu tivesse um cargo destes não ficava aqui dizendo bobagens". O homem é Roberto Gigante, o mais novo sucesso da televisão no Rio Grande do Sul. Segundo ele, "a classe alta tem medo, a média me maldiz e a baixa me adora". Quando entra no ar, cinco minutos diários no noticioso Primeira Página, da Televisão Piratini de Porto Alegre, Gigante pode reclamar do baixo salário que recebe, dos fãs que lhe mandam pelo menos dez cartas por dia ou de sua recente prisão numa boate.

"Se a senhora acha que a árvore do vizinho está tirando o sol do seu filho, então degole a criança. Afinal, numa época em que todo mundo defende a ecologia, a senhora não vai querer que o vizinho derrube a árvore", responde ele a uma carta que recebeu. Na verdade Gigante é um problema para os produtores do programa, não tanto pelas queixas contra o salário mensal de Cr$ 3.500,00 que recebe pelo seu quadro "Pedrada" ou pelos bate-bocas que tem no ar com o contra-regra, o Arnaldo, mas pelo fato de que é capaz de arrumar as malas e viajar para o Rio sem avisar ninguém.

As opiniões sobre este pelotense são as mais diversas. Vão desde a de que é "um maluco imoral" até "um novo gênio, o Chacrinha dos Pampas". Sua "carreira artística" começou quando um produtor de teatro carioca, Ivan Yaff, resolveu lhe fazer uma proposta "estranha". Era largar a família e ir para o Rio. "Me levava, conseguia uma bolsa em Paris e me dava o prêmio de revelação do ano, se eu dormisse com ele. Achei o preço alto demais, era um velho caindo aos pedaços". Afinal foi para o Rio, mas para ser secretário de uma fábrica americana de rolamentos. A experiência durou seis meses, depois Gigante foi manequim e em 1973 estreou no teatro ao lado de Maria Fernanda, em "Santa Joana". Mas no dia da estréia caiu do palco. A experiência com o teatro acabou quando o diretor de "Os Filhos Terríveis", cujo nome não lembra, lhe deu o texto da peça e "logo foi agarrando minha mão. Descobri que para ser alguma coisa na vida, a gente tem de passar pela cama de dois ou três. E eu me recuso a deitar com alguém quando não tenho vontade".

Resolveu voltar para o Rio Grande. Foi a grande atração da sociedade porto-alegrense, "até que as portas começaram a se fechar para mim. Aí comecei a escrever para o Diário de Notícias — 1975 — onde era um "colunista social diferente, pois não falava do óbvio". Com a "mudança que todos esperavam" da TV Piratini, foi colocado "a título de experiência" na Primeira Página, para falar de sociedade e arte. Mas o quadro evoluiu e hoje é capaz de fazer um programa inteiro em francês, sem que ninguém entenda nada.

A elevação dos índices de audiência acompanhou as surpresas, cada vez maiores, reservadas aos telespectadores. Recentemente Gigante foi preso no interior da Boate Butikim, estava sem a carteira de trabalho. Foi solto meia hora depois, porque, segundo diz, é "meio carismático", mesmo entre "os do submundo". Apesar disso, quase levou um tapa por insistir em fumar dentro da Delegacia de Polícia Metropolitana. Depois esperou até as cinco horas da madrugada para descobrir o nome do delegado que o prendera. Na noite seguinte nem um pedido do Secretário de Segurança, Moura Jardim, foi capaz de impedir que ele comentasse o incidente: "Ameaçaram me dar um cacete. Mas cacete eu já tenho desde pequeno, se me derem outro, fico com dois", o resultado foram três dias de suspensão.

Coisas deste tipo não são novidade para Roberto Gigante. No Festival de Cinema de Gramado deste ano, ele deu mais autógrafos do que "as atrizes estrelinhas, que se comportaram como freitas". A ponto de ter provocado o produtor de "Dona Flor", Luis Carlos Barreto, a pedir seu afastamento do Festival. No final de um coquetel no Hotel Serrador jogou-se na piscina junto com a atriz Sandra Barsotti. E como ela não atendesse ao pedido dos fotógrafos para que se despisse, foi o Gigante que acabou tirando o calção de cinco estrelas que usava. "Foi um sucesso", explica. Ele agora pretende escrever um livro de contos e continuar na tevê, talvez num canal de maior audiência, como insinua quando diz que a família Sirotsky (proprietária da TV Gaúcha) o assiste todos os dias.

Um homem morto na sala do diretor da GM

Os funcionários do Departamento Jurídico da General Motors do Brasil dificilmente poderão esquecer o dia 12 de junho deste ano. Naquela data, na sala de um diretor,o então proprietário da Casa Netto de Automóveis S/A — o mais antigo concessionário da GM em Santos (SP) — Orlando Monteiro Netto, tirou um revólver da pasta e estourou um tiro na cabeça. Trinta dias depois, exatamente na data da missa mandada rezar pelas diversas associações de revendedores de veículos, o filho do suicida, José Lauro Barbosa Netto, decidiu mostrar a carta deixada por seu pai.

Na carta endereçada ao presidente da General Motors, J. J. Sanchez, o morto dizia, entre outras coisas, que estava profundamente desiludido com a GM pelo fato dos funcionários da empresa não estarem conseguindo distingui-lo de "um comerciante aventureiro, sem levar em consideração os anos que se dedicara à venda única dos seus produtos". Orlando Monteiro Netto afirmava, ainda, que, "diante da insistência da GM em tomar todos os seus bens, oferecia à empresa aquele que considerava o seu maior bem: a vida".

As propriedades tomadas pela companhia são o prédio onde funciona a concessionária e um terreno de oito mil metros quadrados na entrada de Santos, conforme explicou José Lauro. Ele disse ainda que seu pai havia passado seus bens à GM em troca de um financiamento feito pela montadora, que ficou com a opção de compra desses imóveis até o final deste ano pelo valor do financiamento, mais a correção monetária. E até que conseguisse readquiri-los, o concessionário ficaria pagando aluguel à montadora, estipulado em 1% do valor do imóvel.

Conforme José Lauro Barbosa Netto, foi justamente esse item da opção que levou seu pai ao suicídio: "Ele havia resolvido vender a concessão e não negociar mais os produtos da GM. Mas todos os interessados desistiam quando ficavam sabendo que o imóvel estava em nome da empresa". A GM, no entanto, nega essa informação e o diretor-executivo da companhia, André Beer, declarou: "Bastaria que nos levassem um comprador e tudo seria resolvido. Mas isso não aconteceu".

A verdade, porém, é que provavelmente Orlando Barbosa Netto estivesse apavorado com os negócios, principalmente agora que a venda de automóveis passa por uma crise aguda. A participação da GM no mercado nacional, por exemplo, caiu de 20,3% em junho de 1976, para 15,5% este ano. Especificamente quanto à venda de automóveis, essa queda foi ainda mais acentuada: de 19,7% em junho de 1976, passou para 12,9% este ano. Em função disso a empresa já anunciou uma nova diversificação na sua linha de produtos, abrangendo não só o setor de automóveis como o de caminhões e pretende ainda entrar no mercado de ônibus.

"Aí, o Costa e Silva telefonou para um encontro em Brasília"

Por que o atual ministro da Educação Ney Braga, que lançou Paulo Pimentel na política e deu apoio para fazê-lo governador do Paraná em 1965, não se entende mais com seu antigo discípulo? No mês passado, ao receber o repórter Hélio Teixeira para falar sobre os infortúnios de suas emissoras de televisão e seus jornais, Paulo Pimentel resolveu responder a essa pergunta e, talvez, contribuir um pouco para a história política do país.

"Quando eu assumi o governo do Paraná, o Ney quis ser meu tutor e eu não aceitei", resumiu Pimentel. Depois contou como começaram as divergências que ainda continuam hoje. Em 1966, Paulo Pimentel, que era governador,manteve um encontro com Ney Braga, que era ministro da Agricultura do governo Castello Branco, no Jardim Botânico, no Rio. Ney Braga manifestou interesse em ver seu nome lançado à primeira sucessão presidencial pós-64. Alguns dias depois, em Curitiba, Pimentel viu-se envolvido no lançamento de outra candidatura e abandonou Ney Braga: recebeu a visita dos generais Arthur Candal da Fonseca e Henrique Assumpção Cardozo e do brigadeiro que comandava a outra unidade das Forças Armadas no Paraná, ambos apoiando a candidatura do ministro do Exército, Arthur da Costa e Silva, à sucessão de Castello.

"Em seguida o Costa e Silva me telefonou marcando um encontro em Brasília", contou Pimentel. Ao aeroporto de Curitiba Pimentel foi acompanhado pelos generais e o brigadeiro, segundo relata."Colocaram até batedores na frente do meu carro e fui recepcionado pela oficialidade, onde ouvi marcha antes de embarcar".

No aeroporto de Brasília encontrou dois oficiais "de alta patente", um ligado ao Ministério do Exército e outro à presidência da República. "Eu escolhi a companhia do assessor da Presidência e fui falar com o Castello. Ele me passou um pito, me fez perder a hora da audiência com o Costa e Silva". No encontro com o ministro do Exército, Pimentel foi recebido pelo general Garrastazu Médici, do SNI. "Saí de lá dando apoio à candidatura de Costa e Silva. Quando cheguei a Curitiba fui recebido pelos mesmos militares e fui o primeiro governador a lançar Costa e Silva à presidência". Por essa razão, sustenta Pimentel, "o Ney (Braga) e o Golbery (do Couto e Silva) nunca me perdoaram".

No confronto das contas, Paulo Pimentel considera que Ney Braga está em dívida e fala de fatos de 1969. "O general Portella, chefe da Casa Militar,com o apoio do Médici, queria cassar o Ney, por causa de um processo da firma Aranha S/A, da família Braga, que apresentava irregularidades junto ao DER (Departamento de Estradas de Rodagem). Eu conversei com eles e o Ney não foi cassado, isso ele me deve".

Contra as suntuosidades do Banco do Brasil

Os rumos da propaganda brasileira deveriam ser o único tema da reunião-almoço da ADVB de Porto Alegre, no dia 27 de julho. Mas o convidado especial, Pedro Meinrath, diretor do Grupo Visão, no final da palestra deixou a propaganda de lado e enveredou pelos caminhos que levam contra a estatização.

No ato seguinte, o presidente da ADVB, Renato Jaeger, reforçou a posição, ao encerrar a reunião. Investiu contra "as verdadeiras suntuosidades, que algumas empresas e organismos estatais estão construindo no Brasil. em contraste com as dificuldades por que passa a empresa privada nacional". E logo adiante citou como exemplo as sedes do Banco do Brasil — "em cidadezinhas do interior, verdadeiros monumentos de mármore" — e o prédio da Receita Federal em Porto Alegre. Renato Jaeger encerrou o breve improviso aplaudido pelos 200 empresários e executivos presentes, mas salientando que "isso contraria a política do presidente Geisel, que tem pautado seu governo pela austeridade que alguns subalternos teimam em não seguir".

Parabéns a vocês pelos nossos 20 anos.

Parabéns a quem acreditou desde o princípio.

No valor do cooperativismo. Nas vantagens da união e no esforço comum pelo bem de todos.

E no futuro da COTRIJUÍ.

Parabéns a quem nos incentivou. Brigou por nós. A quem sempre nos ajudou. Graças a isto, construímos e operamos o maior terminal graneleiro da América Latina. Estamos nos expandindo inclusive no Amazonas, onde, a convite do Governo Federal, realizamos uma programação de colonização de proporções amazônicas.

Ao longo destes 20 anos, a confiança de vocês foi a força impulsionadora para que nos transformássemos numa das maiores cooperativas agrícolas do Brasil.

VINTE ANOS COTRIJUI

COTRIJUI
cooperativa regional tritícola serrana ltda.

Procura-se um Érico Veríssimo

Seus livros já venderam 3,4 milhões de exemplares e esse é o drama da Editora Globo: como achar outro?

Como substituir um escritor que em 40 anos escreveu 42 livros e vendeu mais de três milhões de exemplares dessa obra? Este o problema que a Editora Globo, de Porto Alegre, começa a viver, dois anos depois da morte de Érico Veríssimo. Mas seus diretores preferem não falar claramente disso: "O Érico continua existindo e seus livros ainda estão vendendo", argumenta o diretor editorial José Otávio Bertaso. "E muito bem", completa seu primo, Fernando José, o diretor comercial.

Ano passado, a Globo assinalou o primeiro aniversário da morte do seu principal escritor lançando uma série paradidática com obras suas. Encartou nos livros fichas de leitura para alunos e professores e deu bons resultados. *As Aventuras de Tibicuera,* por exemplo, que antes vendia de 20 a 30 mil exemplares por ano, vendeu 150 mil depois disso. A mesma vendagem prevista para *Clarissa*, uma das obras mais antigas de Érico Veríssimo. E os demais livros, respeitando a expectativa dos editores, deverão vender de 80 mil a 100 mil exemplares. Ajudou muito, confessa José Otávio, uma promoção que instituiu prêmios aos alunos que escrevessem monografias sobre o escritor gaúcho.

A Globo editou 40 obras de Érico Veríssimo, num total de três milhões, 400 mil e 500 exemplares. Apenas dois livros do autor não foram editados pela editora dos Bertaso:*Brazilian Literature; An Outline,* foi editado nos Estados Unidos, em 1945, e *As Mãos de Meu Filho,* em 1942, pela Edições Meredianos — uma espécie de editora fantasma da Globo, que existia para que alguma coisa escapasse da feroz censura do Estado Novo.

Das 384 edições de livros de Érico Veríssimo, restam "uns três mil" de cada uma das últimas, no chamado "estoque permanente de reposição". Isto não é motivo forte para buscar outro autor com semelhantes possibilidades de venda? "O objetivo da Globo é a busca de autores que possam ter do público uma aceitação e um reconhecimento de sua obra, que faça com que esses livros sejam conhecidos, recomendados e que apareçam para ficar definitivamente como obras clássicas", responde Fernando José Bertaso. Mas não encerra o assunto: "Seria uma felicidade muito grande, não só do ponto de vista comercial como do cultural. Mas não existe a preocupação de confronto com a imagem de Érico Veríssimo. Muito difícil este enfoque assim como no futebol: sai um craque e se contrata outro".

E será difícil substituir Érico. Das obras da Globo, 80% são livros didáticos , de nível universitário e obras técnicas, "o forte" dos 400 títulos que a editora mantém no mercado bibliográfico. Dos 20% de participação das obras literárias no faturamento global, Érico Veríssimo representa cerca de 17%. Algo em torno de Cr$ 2 milhões e 400 mil por ano.

Leonid Streliaev

Érico: dois anos depois da morte, ainda vendendo muito livro

Tarde para saber

Moisés Vellinho e Mário Quintana são citados por Fernando José e José Otávio Bertaso como "bons autores da casa". Mas José Otávio admite que, de todos os romancistas gaúchos, o que tem maiores possibilidades de ser o autor número um da editora é Josué Guimarães, que publicou pela Globo os *Tambores Silenciosos*, (*Coojornal nº 13*) vencedor do Concurso Érico Veríssimo de Literatura, promovido

Um político, mas longe dos extremos

Por Adalberto P. Molla

"Não aceito nenhum sistema de governo que não se baseie no respeito à dignidade da pessoa humana e dos direitos civis. Acho que não pode haver literatura digna desse nome em um ambiente de opressão e censura governamental ou de qualquer outra natureza".

Assim falava Érico Veríssimo, em vida, sempre que lhe pediam que se definisse politicamente; e, graças à importância de sua obra, assim continuará a falar pela boca de seus personagens (para desagrado de muitos), enquanto suas obras forem lidas.

Mas apesar do tom inequívoco de suas palavras contra toda forma de opressão que avilte o ser humano, Veríssimo foi tido durante boa parte de sua existência como um escritor de classe média (no que isso tem de pejorativo), sem ideologia política definida. A direita considerava-o um comunista camuflado; a esquerda achava suas críticas insuficientes e exigia que ele se tornasse mais contundente.

Agora — como tantas vezes ocorre entre nós —, depois de sua morte, surge uma voz em sua defesa, para nos mostrar que ele sempre teve uma posição coerente, embora esta não coincidisse com os interesses dos que pretendiam usar suas idéias como bandeira de um ou de outro partido.

O francês Daniel Fresnot realizou seu estudo sobre Érico Veríssimo entre 1974 e 1975, apresentando-o como tese de mestrado na Universidade de Paris III. Esse trabalho acaba de ser publicado no Brasil (Edições do Graal Ltda.), sob o título "O Pensamento Político de Érico Veríssimo".

No início da obra, Fresnot se detém sobre algumas passagens da infância e da juventude do escritor, mas apenas o necessário para nos lembrar que Veríssimo conviveu desde cedo com a prepotência e a arbitrariedade. Durante os anos que passou em Cruz Alta, sua cidade natal, o escritor assistiu a cenas de violência que jamais esqueceria, descritas em "Solo de Clarineta", o primeiro volume de suas memórias.

A ascensão do fascismo, nos anos 30, provocou em Veríssimo uma inequívoca tomada de posição. Em 1935, foi o primeiro a assinar um manifesto contra os fascistas não só da Alemanha e da Itália, mas também do Brasil. Acabou fichado no Dops como comunista.

Enquanto Mário, Oswald e Drummond de Andrade, como tantos outros, se empenhavam na ação política, Veríssimo preferiu testemunhar e acusar as injustiças, as desigualdades econômicas e os crimes dos poderosos, sem, no entanto, se engajar em qualquer grupo ou partido. Um traço de caráter do escritor, segundo Fresnot, "é preferir a contemplação à ação, característica que sempre o acompanhou desde menino, embora mais tarde a força de seu raciocínio leve, por natureza, o individualista contemplativo que era, a uma certa ação política".

Veríssimo acredita que a participação do escritor deve se dar apenas através de sua obra, porque a adesão a um partido político seria um "suicídio". Referindo-se a seus protestos apaixonados contra o avanço do fascismo na Europa, as violências praticadas pela Inglaterra em Chipre,as incontáveis perseguições aos judeus,Veríssimo salienta:"O escritor que agora vos fala (numa conferência) coloca acima das conveniências político-partidárias,acima de doutrinas filosóficas,econômicas ou sociais,a causa da dignidade do homem, de seu direito a uma vida decente, produtiva e bela, de seu privilégio de escolher livremente a própria realização e os próprios governantes, e de dizer o que pensa, isento de qualquer tipo de opressão física ou psicológica".

"Não aceito a idéia totalitária de que os fins justificam os meios. Odeio todas as formas de ditadura, inclusive as chamadas benignas ou paternalistas. A causa daqueles que lutam pela liberdade será sempre a minha causa."

Um liberal ingênuo?

Tal posição, de cunho nitidamente liberal, não podia deixar de irritar a extrema-direita e a extrema-esquerda. Para os primeiros, o liberal é um sonhador ingênuo, que acredita na utopia e defende idéias incompatíveis com a realidade; para os segundos, o liberal não passa de um burguês atormentado por sua consciência, que protesta contra as injustiças sociais mas não tem suficiente coragem para abandonar seus "valores de classe". Os esquerdistas justificam sua ideologia com o fato concreto de que a tomada do poder e a transformação social não são tarefas de homens isolados, por mais lúcidos e justos que sejam. A revolução é uma tarefa coletiva.

Se essas afirmações têm razão de ser no que diz respeito aos liberais ingênuos, não se aplicam ao nosso escritor. Na verdade, Érico Veríssimo teria sido mais o que os americanos chamam de *left-liberal,* um liberal de esquerda.

"Seu engajamento — diz Daniel Fresnot — é escrever de acordo com sua consciência, com seus sentimentos políticos. É denunciar a censura, mas não atuando num partido político que corresponda a seus ideais. É apoiar o candidato Brossard, mas não enquanto membro do Movimento Democrático Brasileiro. E, acima de tudo, tentar convencer mais do que impor."

O escritor se considerava dentro do campo do humanismo socialista, mas "voluntariamente e não como prisioneiro". Ele era um socialista e não um homem do centro, porque, segundo suas próprias palavras, "o centro é quase sempre o conformismo, a indiferença, o imobilismo".

Érico aceitava as idéias de Marx, mas fazia sérias restrições a Lenin e, principalmente, a Stalin, que teriam deturpado suas teorias. "Como resultado dessa deturpação — afirma Veríssimo —, na Rússia soviética stalinista criou-se uma nova classe de privilegiados, uma burocracia desumana e inumana, e um novo tipo de alienação das massas".

No entender do escritor, a dialética marxista é inseparável de seu humanismo. "Segundo Marx — diz ele —, uma sociedade não pode ser livre se todos os indivíduos que a compõem não forem também livres."

Por ocasião da intervenção soviética em Budapeste, em 1956, Veríssimo proferiu um discurso, no qual hipotecou sua solidariedade ao povo húngaro, "brutalmente agredido", e protestou contra a "criminosa violência soviética". Mas também deixou clara sua repulsa pelo aspecto feudalista, fascista e racista do antigo regime húngaro.

Por outro lado, apesar de ter acreditado,em sua juventude,no *American way of life,* Veríssimo não deixou de repudiar os crimes cometidos pelos Estados Unidos no Vietnã, na Coréia e na América Latina.

A situação brasileira

Daniel Fresnot chama-nos a atenção para o fato de que, desde a renúncia de Getúlio Vargas até março de 1964, Érico Veríssimo se manteve numa certa reserva. "O homem público em Érico — diz Fresnot — parece não se manifestar muito em época de normalidade política."

Em 1971, Érico publica "Incidente em Antares", no qual aborda a realidade brasileira. Apesar de imaginária, Antares constitui um verdadeiro protótipo das cidades do interior do Brasil. "A cidade de Antares — escreve Fresnot — é um microcosmo altamente representativo do macrocosmo brasileiro. Em *Antares*, o autor usou do microscópio para descobrir e estudar as personagens, instituições, mentalidades, leis gerais existentes e aplicáveis a todo o seu país. E aqui reside o impacto político do livro, pois o que parte de Antares é um estupendo anseio de liberdade."

Érico Veríssimo nos apresenta o cidadão médio de Antares como um homem preocupado com as aparências, conformado com sua própria sorte.

Numa sexta-feira, dia 13, a máscara dessa vida aparentemente correta e sem incidentes cai do rosto da cidade e surge a verdadeira face dos respeitáveis e ilustres cidadãos. Os coveiros entram em greve e sete defuntos permanecem insepultos. Voltam então para a cidade e se instalam, já em estado de putrefação, na praça da matriz, de onde passam a denunciar toda a podridão que existe entre os vivos.

Érico talvez não tenha sido tão agressivo e contundente quanto desejariam muitos de seus críticos. Mas, como afirma o próprio Daniel Fresnot, sua independência de espírito, sua coragem e firmeza de caráter, jamais poderão ser negadas. "Talvez seja devido exatamente a essas peculiaridades — conclui Fresnot — que suas idéias repercutem tão amplamente num país que não costuma dar a seus intelectuais a importância que lhes é devida." E, infelizmente, o senhor Daniel Fresnot parece ter razão.

pela própria Globo. O livro já está em segunda edição, com a venda ultrapassando os seis mil exemplares.

"E se ele (Josué) se sentiu bem", salienta Fernando José, "se gostou do tratamento dado ao livro, evidentemente voltará a nossa casa". Assim também pensa seu primo que, há dois meses, no lançamento da segunda edição dos *Tambores*, colocou a editora "à disposição para qualquer original seu que desejasse publicar".

Essa colocação delicada, sutil, na verdade poderia ser um convite, que Josué Guimarães recusou. "Compromissos anteriores assumidos" — alegou — que se desfizeram no fim do mês passado, quando rescindiu seu contrato — "em comum acordo" — com a Editora José Olímpio. No entanto, a posição de Josué Guimarães é não se envolver mais com grandes editoras e a história começa em Portugal.

Lá, Josué Guimarães concluiu um romance — *Tarde para Saber* —, "uma história de amor à antiga". No ano passado, Ivan Pinheiro Machado, um dos diretores da Editora L&PM, de Porto Alegre, passou por Lisboa — leu os originais do romance, gostou e quis publicá-los — ofereceu 700 dólares de adiantamento. Como seu contrato dava prioridade, em iguais condições, à José Olímpio, Josué Guimarães solicitou liberação para publicar seus originais na L&PM, mesmo porque a editora carioca não costuma dar adiantamento. A resposta foi surpreendente: negava a liberação e prometia 800 dólares de adiantamento.

Aprovados os originais pela comissão editorial, o livro entrou na programação para maio deste ano. No entanto, em virtude dos problemas que envolveram *Tambores Silenciosos*, a José Olímpio — que está sob intervenção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — tirou o romance da programação e pediu novo conceito da comissão editorial. Esta aprovou de novo a edição do livro, para maio do ano que vem. Aí foi Josué Guimarães que não gostou e cancelou o contrato.

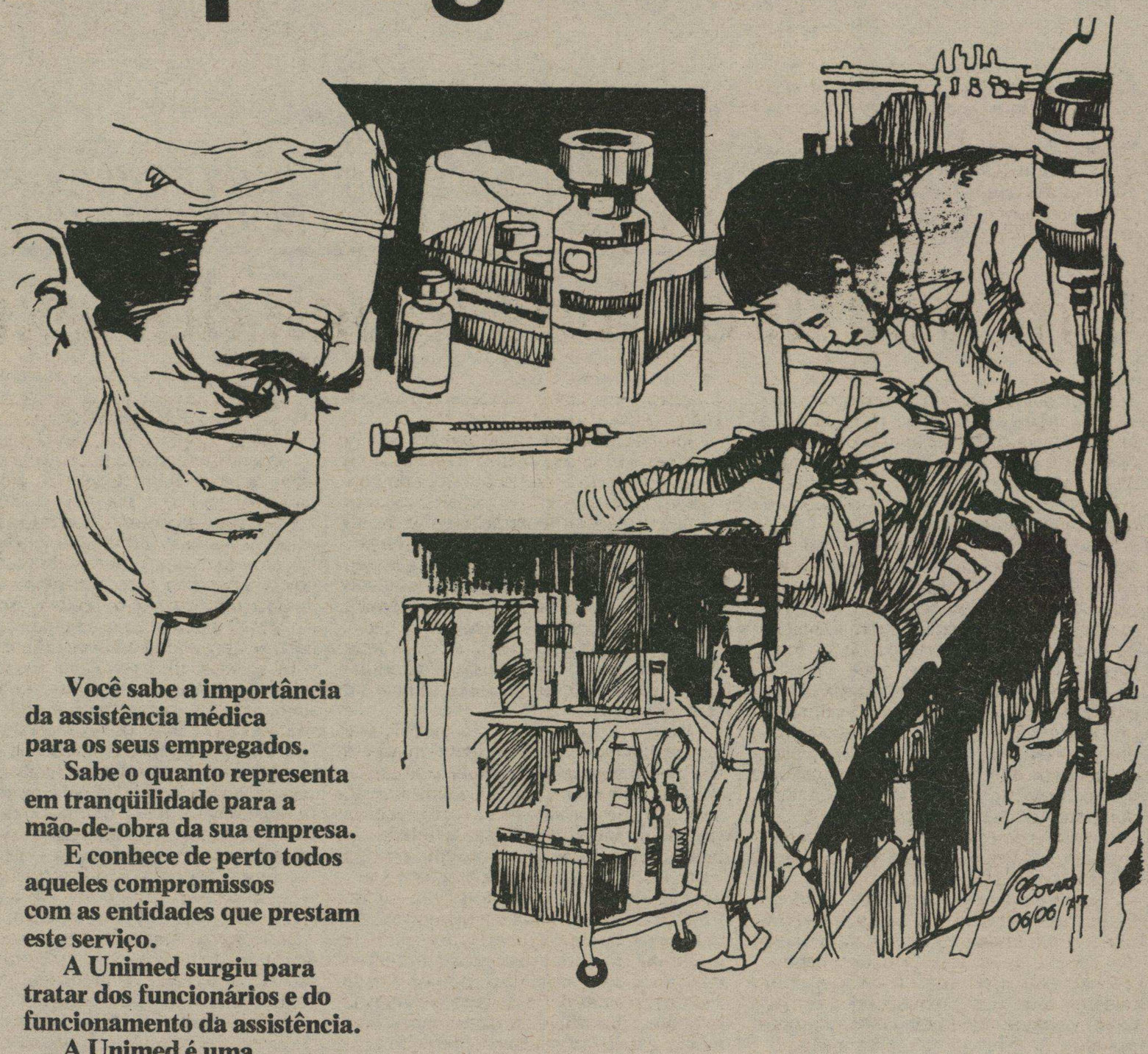
Tarde para Saber não chega a ser uma obra política. Josué Guimarães diria que é "um livro limpo, cor-de-rosa, mais para as mulheres, mas lamentavelmente a editora está dirigida pelo BNDE. Uma censura implícita". Por causa disso e de outros fatores, ele não pretende mais editar seus livros pelas grandes editoras: "Elas apresentam grandes desvantagens. A primeira é que tornam o autor impessoal. O autor que precisa viver de direitos autorais é prejudicado porque demora até um ano para sair o livro e a prestacão de contas é irregular. O autor não acompanha a feitura do livro, não dá opinião, só o lê depois, como um leitor. Além disso, se o livro não vende, não merece atenção da editora, fica nas prateleiras. Já nas pequenas, acontece exatamente o contrário. Cito a L&PM como exemplo, que em 15 dias aprontou *"Tarde para Saber"*.

Ricardo Schmitt

Érico: em 46 anos como escritor, 42 títulos, 384 edições pela Globo

ANO	LIVRO	EDIÇÃO	TIRAGEM
1932	Fantoches	5ª	26.500
1933	Clarissa	25ª	372.000
1935	A Vida de Joana D'Arc	8ª	33.500
1953	Caminhos Cruzados	18ª	54.000
1936	As Aventuras do Avião Vermelho	8ª	158.000
36	Os Três Porquinhos Pobres	9ª	162.500
36	Rosa Maria no Castelo Encantado	7ª	150.000
36	Música ao Longe	23ª	163.500
36	Um Lugar ao Sol	18ª	88.500
1937	As Aventuras de Tibiqüera	15ª	255.000
1938	O Urso-com-Música-na-Barriga	5ª	61.500
1939	A Vida do Elefante Basílio	5ª	51.000
39	Outra Vez os Três Porquinhos	6ª	60.000
39	Olhai os Lírios do Campo	38ª	392.000
39	Viagem à Aurora do Mundo	7ª	42.000
39	As Aventuras no Mundo da Higiene	2ª	20.000
1940	Saga	11ª	65.000
1941	Gato Preto em Campo de Neve	14ª	75.000
1942	O Resto é Silêncio	11ª	68.000
1946	A Volta do Gato Preto	8ª	62.000
1949	O Continente I	16ª	87.500
49	O Continente II	15ª	84.500
1951	O Retrato I	11ª	80.000
51	O Retrato II	11ª	80.000
1954	Noite	7ª	56.000
1956	Gente e Bichos	2ª	35.000
1957	México	3ª	40.000
1959	O Ataque	1ª	19.000
1961	O Arquipélago I	7ª	49.000
61	O Arquipélago II	6ª	46.000
1962	O Arquipélago III	5ª	42.000
1965	O Senhor Embaixador	9ª	60.000
1967	O Prisioneiro	6ª	60.000
1969	Israel em Abril	2ª	25.000
1970	Um Certo Capitão Rodrigo	3ª	20.000
1971	Ana Terra	8ª	
71	Incidente em Antares	16ª	92.000
1972	Um Certo Henrique Bertaso	2ª	6.000
1973	Solo de Clarineta I	10ª	65.500
1976	Solo de Clarineta II	1ª	40.000
		384	3.404.500 exemplares

Contrate 500 especialistas para cuidar da saúde de seus empregados



Você sabe a importância da assistência médica para os seus empregados.

Sabe o quanto representa em tranqüilidade para a mão-de-obra da sua empresa.

E conhece de perto todos aqueles compromissos com as entidades que prestam este serviço.

A Unimed surgiu para tratar dos funcionários e do funcionamento da assistência.

A Unimed é uma cooperativa de saúde. Significa serviços médicos e relacionamento direto com os profissionais.

São 500 especialistas à disposição de quem é beneficiário por convênio.

Conte com a Unimed.
É saúde para os seus empregados e descanso para sua empresa.

Viaje tranqüilo

O convênio com a UNIMED/PA garante o atendimento pelo beneficiário em trânsito por qualquer médico filiado às outras UNIMEDs do País, mediante a simples apresentação da carteira. Isto significa, por exemplo, que só no Rio Grande do Sul há 1.500 médicos à disposição de seus funcionários.

unimed
PORTO ALEGRE
Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos e Hospitalares Ltda.

SEDE
Rua Santa Terezinha, 345
Fone 31-1162

"Os jornais não mudam. O que muda são os governos."

Para abafar um escândalo no governo, o maior jornal da Argentina fez um carnaval com a morte de Gardel, e transformou-o num mito

Por Justo Piernes

O título não é inventado. Foi escrito em **O Liberal,** de Santiago del Estero, na parte mais pobre da rica geografia argentina, quando o governador da província era uma espécie de amo ou capanga da região. O dono dessa pequena publicação não tinha alternativa. Cada vez que mudava o governador, falava bem dele. Fazer o contrário, representava a perseguição, as ameaças pessoais e até o fechamento.

Por isso um dia, aborrecido das piadas que seus amigos faziam a respeito de sua flexível atitude, escreveu um editorial de primeira página intitulado exatamente assim: "Este diário não muda, são os governos que mudam".

Profético o homem. Sem haver pensado, esse editorial estava marcando toda a trajetória da imprensa argentina, e não só dos pequenos jornais submetidos a pressões, mas dos monstros sagrados, como La Prensa, Clarin, La Nación, La Razón, La Opinión, Cronica — todos eles atualmente em circulação — e dos que ficaram no tempo, como El Mundo, Critica e Notícias Gráficas.

Todos eles, sem nenhuma exceção — salvo La Prensa, envolvida firmemente em todas as causas que não sejam as nacionais —, mudaram segundo foram mudando os governos. E na Argentina existe o triste recorde de grandes viradas. Tantas que não ficou ninguém sem governar: conservadores, radicais, peronistas, frondizistas e até a passagem socialista que trouxe o governo de Hector Cámpora. E, certamente, os militaristas.

E todos eles foram radicais, conservadores, peronistas, frondizistas, militaristas e aceitaram de bom grado a brotação socialista de Cámpora. Mas, seguindo fielmente sua linha de conduta, foram furiosamente anticonservadores, antiradicais, anti-socialistas, antimilitaristas, uma vez que esses governos foram substituídos. Por isso não se pode falar de "grandeza do jornalismo argentino". Nunca o foi. De fato, aconteceu no físico, porque a evidente vantagem de mudar junto com o governo consiste em se aproveitar de todos os fatores publicitários, alfandegários e até do suborno coberto ou descoberto que esse apoio significa.

CASO GRAIVER

A imprensa argentina, que erroneamente foi considerada na década de 40/50 a maior no mundo de língua espanhola, o foi, com efeito, em matéria de equipamentos, prédios, instalações e na facilidade econômica de poder contar com o mais graúdo da literatura argentina e, inclusive, importantes cérebros da Espanha e de outros países latino-americanos. No moral, a imprensa argentina foi sempre um anão disfarçado de gigante. Há anedotas que pintam a moral da "grande imprensa argentina" de corpo inteiro.

Hoje mesmo na Argentina corre um processo, na Justiça, chamado *caso Graiver,* um banqueiro argentino que provocou a falência de um banco nos Estados Unidos e que segundo parece morreu no México em um acidente de aviação. Ninguém sabia que Graiver era o proprietário do influente jornal La Opinión, que aparecia como controlado pelo veterano jornalista Jacobo Timmermann. Somente agora seus jornalistas souberam que nunca trabalharam para Timmermann, mas sim para Graiver.

FÁBRICA DE CÉREBROS

E não se trata de julgar se é melhor trabalhar para Timmermann ou Graiver. O que interessa é pintar o drama do profissional de jornalismo da Argentina, que não sabe quem é seu dono e, por conseguinte, muito menos conhece o que ele pensa ou o que ele quer.

Outro caso, o famoso Clarin, sonho e obra de um visionário que foi Roberto Noble. Noble morreu, mas deixou não só como herdeiro a sua viúva, Ernestina Laura Herrera de Noble, como também de passagem ela converteu o jornal de maior prestígio pela sua penetração em todas as camadas sociais do país, num órgão a serviço de um partido político chamado Movimento de Integração e Desenvolvimento, dirigido pelo ex-presidente Arturo Frondizi e o economista Rogelio Frigerio. Mas isto não é oficial. A viúva de Noble se chateia muito cada vez que alguém insinua que o jornal defende a linha política do MID, um partido sem votos e com a fama de "fábrica de cérebros". A julgar pelo mal que vai a Argentina, é evidente que dessa fábrica não saiu nenhum cérebro.

A mim coube participar de uma reunião em que o pessoal da redação foi pedir à dona do jornal uma definição a respeito da linha política que estaria em vigor:

— Clarin é meu... E de ninguém mais. Fundou-o meu marido. E eu sigo sua obra. Ninguém tem nenhuma ingerência em Clarin.

Enfureceu-se muito diante dessa interpelação de seus jornalistas, mas a verdade é que nesse mesmo dia o jornal contratou 80 homens do MID e foi designado chefe de redação o jornalista Octávio Frigerio, casualmente o filho de Rogelio Frigerio.

TAPA-OLHOS

Ainda hoje no Clarin ninguém sabe para quem trabalha. Se para o "espírito de Noble" ou para o MID. A realidade é que o MID está lá dentro. No abstrato há que consultar algum mestre do espiritismo para que consulte, no além, a dom Roberto Noble.

Outra história é a dos "jornais populares". Estão sempre "junto ao povo", mas no que toca a mostrar-lhe suas mazelas, nunca para tirar-lhe os tapa-olhos que lhe coloca a publicidade oficial lepidamente encaminhada para a grande imprensa. O *galego* Garcia, dono de um empório popular como é Crónica — tiragem de 500 mil exemplares diários —, confessou-me uma noite com absoluta tranqüilidade, que ele somente recebia ordens:

— Eu fiz a grana assim (Garcia era fotógrafo de Clarin nos seus tempos de pobreza). Na época de Lanusse, os títulos do jornal me eram ditados por telefone pelo Edgardo Sajon (secretário de Imprensa da presidência e hoje desaparecido).

PÃO E CIRCO

Quando no último governo peronista a Cronica foi fechada, Garcia aceitou que o ministro da Economia, José Gelbart, ingressasse na empresa como maioria acionária para poder reabrir o jornal, em troca de apoiá-lo na sua desastrosa gestão no comando da economia argentina, que a levou a uma inflação de 1.000%.

Mas o jornal seguiu e segue vendendo, porque Garcia dá ao povo futebol, turfe e crimes. "O pão e circo", que Benito Mussolini implantou na Itália fascista, que dissimulou seus crimes políticos e perseguições, ganhando os campeonatos mundiais de futebol em 1934 e 1938.

Outro caso patético foi o de Critica, sem dúvidas o maior jornal que já existiu na Argentina. Chegou a tirar 700 mil exemplares quando a Argentina tinha 10 milhões de habitantes e Buenos Aires — onde realmente era vendido — somente 2 milhões. Quer dizer, em certos dias em cada casa argentina comprava-se três Critica.

Esse jornal popular foi o porão onde se armou o golpe militar que derrubou Hipólito Yrigoyen, o primeiro presidente argentino eleito pelo voto e um líder de grande base popular. Aí também se conspirou durante todo o primeiro governo de Peron (1945/51). E aí Carlos Gardel converteu-se em um mito argentino e latino-americano. E não foi porque realmente cantasse muito bem o tango. O foi por outras coisas, muito próprias dos "jornais populares".

VACALÂNDIA

Gardel morreu em 1935 num acidente de aviação ocorrido em Medelin, na Colômbia. E morreu "bem a tempo" para Critica, porque justamente dois dias antes o deputado Bordabeherre, do Partido Democrata Progresista, fora assassinado no Congresso, quando denunciava o monopólio da carne por empresas inglesas através dos frigoríficos Swift e Armour, hoje sócios diretores da Deltec Internacional e do King Ranch (no Brasil a Swift conta com capitais nacionais do Grupo Caemi), que dominavam o comércio de carne em todo o mundo.

O motor dessa campanha foi o político Lisandro De la Torre, ligado aos frigoríficos, que, finalmente, suicidou-se com um tiro, no seu apartamento, após sua derrota para o Senado. De la Torre disse algo que muito tem a ver com o Rio Grande do Sul, quando assinalou que o "imperialismo inglês fundou uma nova república na América do Sul: a República da Vacalândia". Geograficamente, esse país seria formado por toda a Pampa argentina, o Uruguai e o estado do Rio Grande do Sul, que eram os grandes abastecedores desse monopólio internacional.

O sangue derramado no Senado era "um prato" para Critica. Mas não publicou uma só linha, nem do debate nem do assassinato. O povo — "a que serve a imprensa popular" — não soube sequer do que se tratrava. Mas o escândalo crescia. E chegou o momento em que Critica teria de começar a falar. Gardel morre e salva o jornal.

NO CEMITÉRIO

Natalio Botana, o uruguaio que fundou Critica, defensor por ocultismo do monopólio da carne e seus cúmplices do governo argentino, entra trêmulo na redação do jornal com um telegrama urgente nas mãos. Sua frase ficou na história da ignomínia e desnuda a "grandeza" da imprensa argentina:

— Muchachos: gracias a Diós, murió Gardel...

E Gardel foi objeto do mais desapiedado tratamento jornalístico. Durante dois meses foram-lhe dedicadas quatro páginas diárias, com matérias inventadas, escritas por correspondentes imaginários de Critica, percorrendo a "selva colombiana" e dizendo que por lá andava, perdido, um homem com horríveis queimaduras que dizia ser Gardel. A história recém havia terminado quando apagaram-se os ecos da denúncia do monopólio da carne e dom Lisandro De la Torre suicidava-se com um tiro.

O povo não soube nem do caso da carne.

O povo encontrou-se, em compensação, com o nascimento do fabuloso mito chamado Carlos Gardel.

Graças ao jornal popular Critica, ainda hoje o monopólio da carne, através da Deltec, segue vivo, gozando de muito boa saúde.

Gardel está no cemitério.

A opinião pública argentina, também.

Em busca do Brasil 1500

Roteiro de um humorista famoso que venceu o Rio, sonhou com Nova Iorque e fugiu para o Nordeste

O mineiro Henfil (Henrique de Souza Filho, 32 anos, desquitado, pai de um menino) é um caso raro no humorismo brasileiro. Talvez seja o único que consegue alcançar, com o humor de suas charges e suas tiras, públicos tão diversos quanto os leitores de O Dia **ou** A Notícia, **jornais de sangue do Rio de Janeiro e os leitores de** Status **e** Isto É, **revistas paulistas para o chamado público A.**

Henfil conseguiu ainda conquistar um amplo espaço no Jornal do Brasil, manter-se cada vez melhor no Pasquim, que o tornou conhecido nacionalmente em 1970, e fazer sozinho a revista Fradinho. E ultimamente vem fazendo tudo isso muito melhor do que fazia há um ano, quando vivia no Rio. Em Natal para onde se retirou "em busca do Brasil verdadeiro" encontrou sua melhor fase. Mas ainda não está satisfeito: pensa agora em entrar na política como vereador pelo MDB.

Na sua casa, em Natal, Henfil deu esta entrevista à Ricardo Rosado de Holanda, especial para o Coojornal.

Foto Diário de Natal

Henfil, agora pensando em ser vereador pelo MDB de Natal

— Como você, um mineiro que já morou no Rio e em Nova Iorque, veio morar no Nordeste?

Henfil — Principalmente porque o meu trabalho tinha um personagem nordestino, o Zeferino, e eu nunca havia estado no Nordeste. Isso além de eu ser de uma família do norte de Minas, onde os costumes, quase que o modo de falar, alimentação, é praticamente igual.

— Por que Natal?

Henfil — A escolha foi na base do número de habitantes. Cidades com menos de 500 mil habitantes tinha poucas; perto do mar (e aí vem a fobia mineira de ficar perto da água); que não tivesse uma estrutura industrial em desenvolvimento. Natal foi fácil. Local tranqüilo, perto do mar, lindo e maravilhoso, com estrutura industrial mínima (nós temos aqui fábricas de 1.700, funcionando, como temos outras modernissimas). População, 350 mil e com acesso fácil ao Sul, necessário ao meu trabalho, com linhas aéreas regulares. Perguntei ao João Saldanha, sem contar meu plano, dei somente as coordenadas e ele falou: "Natal, aposto dez aí, Natal é o grande lugar".

— E o seu trabalho em Natal, como está?

Henfil — Não existe aqui muita disciplina para o trabalho. A qualquer pretexto não se trabalha: dorme-se depois do almoço, acorda depois das 9h, às 11h fecha tudo e às 16h30min todo mundo já se arrancou.

Mas eu estava procurando exatamente este tipo de fragilidade. Aí é justamente que eu tenho esperanças. Esta fragilidade de sociedade de organização que me interessa. Porque eu já vi que esta cidade se mobiliza quando quer, ou seja, quando está entusiasmada e isso funciona principalmente no campo político que é o mais nobre. Quando tem uma atividade política o pessoal daqui gosta e trabalha nisso 24 horas. É lógico que existem contradições, os problemas graves. Saúde, atendimento, mão-de-obra.

"Minas precisou dar cama, comida e roupa lavada para a Fiat."

— Que mudanças a vida do Nordeste está trazendo aos seus personagens?

Henfil — As mudanças aconteceram na minha cabeça. Aqui eu sou necessário, não só como artista, mas como gente, no meio da rua. Me veio na cabeça mexer com política, ser vereador pelo MDB, escrever discursos, dar aulas, tudo isso faz parte de uma necessidade local. Por isto é que passei a escrever cartas na Isto É, num contato coloquial, mas já estou achando que não basta só isso: eu quero ir para as ruas, fazer comícios, falar no rádio. Estou com vontade de largar a minha prancheta, a salinha burocrática de trabalho e sair para a rua.

— Isto significaria parar de fazer cartuns?

Henfil — Não. O Cartun é uma forma de comunicação com o Sul maravilha e com o Sul. Aqui já não seria o cartum. A necessidade de me socializar não é somente intelectual, mas orgânica. Nunca soube o que as pessoas achavam do meu trabalho. Só sei que agora está dando certo, porque os jornais estão me contratando e recebo cartas dos leitores. Mas é aqui que eu estou vendo e sentindo tudo isso.

— Esta busca que acabou levando você ao Nordeste, teve diversos estágios: Minas, Rio de Janeiro, Nova Iorque e Rio novamente. O que o levou a sair de Minas Gerais?

Henfil — Eu saí de Minas Gerais como todos aqueles que saem do Nordeste para o Sul, apesar de estar no Sul. Minas é o pólo mais fraco do triângulo Rio-São Paulo-Minas, que hoje estaria mais completo com Rio-São Paulo-Porto Alegre. Minas perdeu muito, demais até. É mais pobre. Tanto é pobre que precisou dar casa, comida e roupa lavada para a Fiat. Senão ela não ia para lá.

Então eu fui como um nordestino para o Sul. Eu tinha que ir para o Rio para crescer, desenvolver um trabalho e ter uma visão mais nacional, e dar através do meu trabalho esta visão.

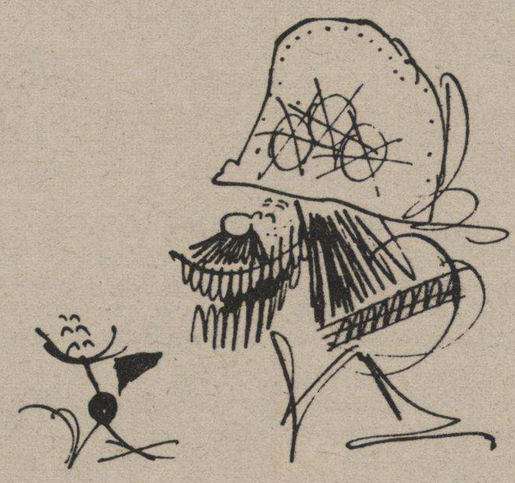
Levei algum tempo para digerir o Rio. Mantive aquela disciplina de trabalho de mineiro — uma disciplina quase neurótica —, trabalha-se mais que o normal para pagar o pecado original, toda essa formação religiosa. Trabalhei mais que todo mundo. É também por isso que no Rio se procura sempre jornalistas mineiros. Eles são pés-de-boi. Eu acho que a maneira do carioca de trabalhar é normal, nós é que trabalhamos demais.

No Rio, trabalhei no Jornal dos Sports, no Correio da Manhã, O Cruzeiro, Pasquim, Jornal do Brasil, Placar, O Estado de S. Paulo (infantil) e mais uma porção de outros lugares.

"Não agüentei ser um estrangeiro em Nova Iorque."

— E a sua experiência de trabalho nos Estados Unidos?

Henfil — Depois de digerir o Rio, me veio na cabeça eu ter uma chamada visão universal ou um trabalho com cor universal. Fui tratar também do meu problema de hemofilia e do joelho. Fui para Nova Iorque (nem sabia inglês) para tentar distribuir minha historinha, inclusive para o Brasil inteiro, que é a única chance de conseguir isso, através dos sindicatos americanos. Mas eu não agüentei ser estrangeiro em Nova Iorque. Para dar certo no Sindicato eu teria que modificar a minha linha, teria que fazer um produto pasteurizado, que pudesse caber em qualquer jornal do mundo. Isto é, um produto tão água que pudesse entrar tanto no Globo, Pasquim, Jornal do Brasil, no Estadão ou no Coojornal. A



tira teria que estourar primeiro nos Estados Unidos. E para ela atingir isto teria que ser uma tira fantasticamente americana.

— Você chegou a tentar?

Henfil — Eu já estava digerindo mais a cultura americana. Consegui ver a cultura americana e respeitá-la, vi também que tinha que me entregar ou largar. E aí vem o importante: vi que não há solução para um sistema capitalista bem implantado como o dos Estados Unidos. Vi que com o meu trabalho não conseguiria mudar nada. Não vi esperança de trabalhar com americano porque as pessoas que vivem dentro deste sistema capitalista americano têm um contato funcional e não humano.

— Como assim?

Henfil — Vida eu entendo como a minha em relação aos outros, com os mais próximos, com o vizinho e com a resposta do leitor. E eu ficava com saudade do Brasil. Um Brasil que é desorganizado, subdesenvolvido, mas que na minha cabeça eu vejo assim: tem esperança. Tem esperança justamente porque ainda não está organizado, porque correio não funciona, telefone não funciona. Nada funciona, cheque ninguém aceita e é um papel fundamental nas transações capitalistas. Aqui não conseguiram organizar a infra-estrutura necessária, nem estrada de ferro, de rodagem, nada direito para que se possa dizer assim: olha, a infra-estrutura de um sistema desumano está pronta. Agora só falta conscientizar o povo inteiro para que ele passe a atuar dentro deste sistema. Então não existe esta estrutura e há esperança.

— Como fazer para concretizar essa esperança?

Henfil — Veja bem: saí em 1975 dos Estados Unidos e voltei para 1940 no Rio de Janeiro. Em termos pessoais eu tenho uma possibilidade de atuação: sabendo me reorientar, sabendo o que acontecia em 1975, mas vivendo em 1940. E aqui, o que você fizer ainda pode modificar alguma coisa para quando chegar em 1975 no Brasil (que é daqui a vinte e tantos anos) você modifica alguma coisa.

Aqui, uma música, um artigo de jornal, um discurso na Câmara, um pronunciamento de qualquer pessoa, uma atitude que se tome, pode afetar o sistema todo. Nos EUA, em 1977, não é possível. Lá, quando o Nixon caiu, eu saí pelas ruas e era como se tivesse sido substituído o diretor da General Motors. Aliás, era mais grave para o sistema americano a queda do diretor da General Motors do que a queda do Nixon. No Brasil, o Jânio Quadros caiu (minto, o Jânio pediu demissão) e mudou tudo. Getúlio Vargas morreu, mudou tudo; Juscelino se elegeu, muda tudo. Assim como os presidentes podem mudar tudo, você como jornalista, como uma pessoa da rua também pode mudar tudo. Um cara que sobe numa árvore em Porto Alegre e fala que não derrubam a árvore sem ele, significa muita coisa. Nos Estados Unidos, seria notícia da página de curiosidades. Curiosidades do sistema e seria fundado o Clube dos Subidores de Árvores. Teria carteira, fariam passeatas, organizariam piqueniques, teriam horário na televisão e venderiam espaço publicitário. O cara já subiria na árvore, provavelmente, com a camisa da Exxon, que é quem derruba as árvores.

— Como foi sua volta?

Henfil — Bom, chegando de volta ao Rio, senti que estava no meu passado. Eu estava acostumado em Nova Iorque com prédio de 100 e 200 andares e de repente vi prédios de somente 15, 20 ou 30 andares. Então, uma cidadezinha pequena, suja, aquele povo sujinho, feinho, os ônibus todos caindo, os táxis caindo, nada funcionando, os congestionamentos, ninguém sabendo dirigir automóvel direito, esgotos estourados, falta água.

"Aqui ainda há esperança. O sistema ainda não está organizado."

Eu fiquei em lua-de-mel com este 1940 durante um ano no Rio. Aos poucos eu vi os sintomas da doença do sistema americano aqui. Já não conseguia relacionamento com ninguém. Tudo é funcional. Não é mais aquele papo gratuito, que você fica conversando à toa. No fim de um ano tinha seis, sete pessoas com quem eu me relacionava mais intensamente, sem ser de trabalho. A amizade pessoal que eu tinha com determinada pessoa somente funcionava se eu tivesse vestindo determinada camisa. Uma amizade com vínculo empregatício. Uma amizade CLT. E o Rio de Janeiro foi destruído. A solução que eu vejo é derrubar tudo. Solução cambojana. Põe todo mundo para fora, provoca um maremoto através da CIA, que ela tem métodos, varria tudo e reconstruía. É impossível se relacionar marido com mulher, namorado com namorada, numa cidade como o Rio de Janeiro. Não existe relação normal, gostosa, gratuita. Até outras relações são funcionais. O ritmo de trabalho já deteriorou. Você gasta metade do seu dia no trânsito.

Eu trabalhava nos três expedientes até meia-noite, para fazer o Zeferino para o Jornal do Brasil e o trabalho para O Dia e Pasquim, com imenso sacrifício. A revista do Fradinho era com maior esforço, no sábado e no domingo, diminuindo a qualidade do trabalho. O relacionamento com uma série de pessoas que gosto estava péssimo. Um exemplo: eu morava em frente ao Zuenir Ventura, jornalista da Veja. Da minha janela eu via o Zuenir. Fomos na casa um do outro, em um ano, somente duas vezes. Aí eu falei: tenho que recuar mais, 1940 é pouco. Vamos para 1920, e aí me veio a idéia de sair do Rio de Janeiro. Então o Nordeste ficou sendo um objetivo, com a certeza de encontrar o 1920 e até 1800. E já vi que tem 1500 também. Então, possibilidade enorme de recuar e uma reconhecida derrota para o sistema. Eu resolvi recuar para pegá-lo mais atrás. Quando ele chegar no Nordeste eu posso recuar mais um pouco ou estou com mais forças para segurá-lo (pelo menos dentro de mim e daqueles leitores que consiga atingir).

A fraude calculada

Sabia-se desde o início que haveria fraude no subsídio do adubo. Por que o Governo insistiu?

Tudo começou na manhã de seis de julho. Antônio Marchese, grande plantador de soja em Passo Fundo, pouco mais de 60 anos, tomava café na cama quando foi surpreendido por dois agentes da Polícia Federal. Mal teve tempo de se vestir e colocar um sobretudo debaixo do braço, e assim, com a camisa ainda aberta, foi levado para a unidade do Exército na cidade.

Foi o primeiro dos 400 indiciados na chamada *fraude do adubo* que há mais de um mês toma conta das manchetes dos jornais gaúchos e ganha destaque em todo o país. O abre-alas para o generoso noticiário veio da Polícia Federal e do próprio III Exército, que no começo se esmeraram em franquear informações — fato inusitado, pois.

O pânico chegou a Passo Fundo naquele dia e logo se espalharia por outras cidades gaúchas. As notícias nos informavam que: a) havia pelo menos 2.500 operações ilícitas envolvendo o subsídio que o Governo dava desde maio de 75 para a compra de adubo pelos agricultores; b) agricultores de 30 cidades gaúchas estavam envolvidos; c) as fraudes chegavam a um total de Cr$ 125 milhões, de um total de Cr$ 15 bilhões que o Governo aplicou em incentivos e subsídios nos últimos 3 anos.

Na verdade, no momento em que chegou ao público a fraude já era um fato velho, previsto inclusive antes da implantação do subsídio por técnicos do Governo. Pois, desde que foi instituído o subsídio de 40% (para cada mil cruzeiros gastos na compra de adubo o Governo paga Cr$ 400,00), os órgãos oficiais sabiam dos riscos do Programa de Subsídios ao Preço de Fertilizantes criado no começo de 75.

E, como se previa, as fraudes vieram ao natural. E em nenhuma delas — ao contrário do que se martelou por aí — o agricultor podia burlar sem o auxílio de uma empresa. Vejamos os casos mais simples:

1. **Nota calçada.** Como registrou o matutino *Zero Hora*, "um golpe que espanta pelo primarismo". Como o maior comprovante de compra do adubo é a primeira via da nota fiscal, era colocado um *calço* entre a primeira e a segunda via. Enquanto a primeira registrava, digamos, uma compra de Cr$ 45 mil em adubos, a segunda via, que fica com o revendedor, registrava a venda real, que poderia ser de apenas Cr$ 50,00. Esta operação constituía o legítimo *adubo-papel*. O agricultor apresentava a nota inflacionada ao banco, que por sua vez pagava 40% do seu total ao revendedor. E este dividia o dinheiro, em proporções que podiam variar, com o agricultor. Note-se também que qualquer empresa poderia se utilizar de uma nota mal tirada, e já assinada por um agricultor, para em seu nome se beneficiar do subsídio

2. **Crédito Rural.** Por esta operação, o agricultor tirava um empréstimo a juros baixíssimos, para comprar fertilizante. A única exigência do banco para liberar o dinheiro é a apresentação de uma declaração de entrega do produto. Como se vê, uma medida acauteladora por demais ingênua, para um programa tão ambicioso, pois era fácil apresentar uma nota fiscal qualquer adulterada.

3. **Recompra.** A nota fiscal era emitida como se a venda fosse realizada, e logo a seguir anulava-se a operação. Mas a primeira via da nota fiscal era usada para a obtenção do subsídio e do financiamento concedidos pelo Governo.

COMO SE ESPERAVA

Eram fraudes visíveis e previstas, tanto que a Circular 249 do Banco Central que regulamentou o tal Programa de Subsídios foi alterada mais duas vezes. A primeira vez pela Circular 257, em 17 de junho de 75, e depois pela 262, em julho do mesmo ano.

Mas insistiu-se no programa, mesmo sabendo-se também que o Banco Central só tem dois fiscais, que jamais poderiam fiscalizar todas as operações realizadas pelas quase mil carteiras de crédito agrícola existentes no Rio Grande.

Foi por isto que a Cotrijuí, por exemplo, a maior cooperativa de produtores do estado, com seus 15 mil associados, criou seu próprio sistema de fiscalização, para evitar qualquer surpresa.

Para evitar tantos problemas o Banco Central poderia simplesmente ter entregue o subsídio diretamente às indútrias, já que elas é que são as beneficiadas do incentivo. Seria tudo então bem simples, já que no Rio Grande do Sul existem apenas 22 fábricas de adubos.

Por que complicar, então? Pois o que parece ter motivado o Governo foi a procura de uma melhor imagem junto aos agricultores, debilitada por problemas crônicos como o descontentamento quanto aos preços mínimos dos produtos agrícolas.

Assim, além de não ouvir os alertas de seus próprios técnicos, o Governo ignorou que a fraude é apenas um dos elementos do jogo capitalista. Nos Estados Unidos, por exemplo, cujo modelo econômico apreciamos tanto que o seguimos quase à risca, são registradas anualmente fraudes fiscais que vão de 6 a 10 bilhões de dólares.

Nossa novíssima lei das Sociedades Anônimas, também inspirada no modelo do Norte, tem falhas — inclusive de tradução, gritam hoje os mais entendidos — que favorecem as fraudes. Cá no Rio Grande o Governo do Estado chegou inclusive a criar uma "Equipe de Investigação de Fraudes Fiscais", tão comum e alarmante é o emprego de fraudes, inclusive por respeitáveis empresas.

Houve fraudes de Cr$ 18 bilhões envolvendo as financeiras, lembram? Mas as intervenções e "socorros de reserva monetária" ao setor financeiro o nosso ministro Simonsen considerou "um processo corretivo natural".

Mais algum exemplo? Pois não: existem pelo menos 1.000 empresas clandestinas de mineração operando nos 37 municípios da zona metropolitana de São Paulo. Que, no entanto, pagam regularmente seus impostos... E o jogo é: ao Governo cabe criar mecanismos de defesa e não facilitar.

UMA CONTRA-OFENSIVA?

A investigação das operações ilícitas começou a ser feita no ano passado pelo Serviço Nacional de Informações. (A lenda já conta que os agentes estavam disfarçados de camioneiros.) Mais para o fim do ano o Banco Central e a Receita Federal, atuando juntos, começaram a formar os processos — e em fevereiro de 77 o inquérito estava pronto.

Com base nestes levantamentos, o próprio Banco Central chegou a convocar alguns indiciados, aceitando as explicações que recebia e recebendo de volta o dinheiro levado ilicitamente.

Por que a partir de julho começou esta ofensiva policial, com lances quase cinematográficos, que chegou a receber de um repórter mais entusiasmado o apelido de *Operação Chicago*?

Zero Hora

Até o Exército trabalhou em Passo Fundo

Muitos viram aí uma espécie de contra-ofensiva oficial. O Rio Grande do Sul é um estado em suspeição, segundo esclareceu aquele senador arenista que nem sempre mede o que diz. E logo aqui o Governo estava enfrentando sérios problemas justamente na agricultura: ninguém exportou soja depois que o Governo instituiu o confisco; este que era de 7% foi para 12%, voltou para 7% e agora está em 4%. Os fazendeiros andavam reunindo-se em almoços e fazendo discursos furiosos contra o Governo.

Havia ainda os rombos nas financeiras, o *socorro* a indústrias falidas, por aí. Então a investida, em primeiro lugar para lembrar aos mais afoitos que o combate à corrupção continua. Depois, seria uma espécie de castigo aos produtores que teriam feito a greve da soja — isto é, porque, embora fosse do maior interesse do Governo, não exportaram o produto durante o confisco dos 7 a 12%.

Finalmente, e nem por isto menos importante, a investida começou pelo Rio Grande para abafar outros descontentamentos que emergiam em época nada oportuna.

QUEM É CULPADO?

"Agora o justo paga pelo que não fez", desabafou um dirigente rural uma semana depois das investigações ostensivas. É que subitamente todos os agricultores se viram na condição de culpados até prova em contrário.

E os mais acuados eram justamente os pequenos colonos, embora dados oficiais do Ministério da Agricultura provem que apenas 12% das propriedades agrícolas do país utilizam o crédito oficial e, deste total, apenas 0,05% beneficiam pequenos agricultores.

Os grandes lavoureiros envolvidos, ao contrário, sabem como safar-se desta. Alguns deles, avisados por algum passarinho indiscreto, já tinham transferido a maioria de seus bens para o nome da mulher ou dos filhos. Assim, a primeira pena prevista, a suspensão de crédito, não os atinge muito. E da pena de prisão também escapam, porque são primários.

(De qualquer forma, cautelosamente, muitos foram viajar; dos 42 pequenos aviões geralmente estacionados no aeroporto de Passo Fundo, restaram apenas seis durante todo o mês de julho.)

Notou-se ainda que pouco mais de 20 firmas pequenas foram envolvidas na fraude. Ou alguém acredita que os grandes revendedores perderiam esta oportunidade ímpar para melhorar o lucrinho de fim de balanço?

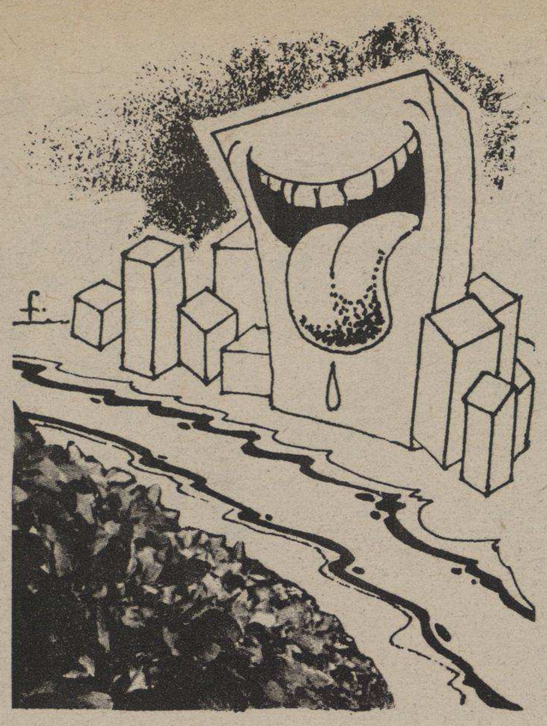
Ainda figuraram neste pequeno rol duas ou três cooperativas, cujos nomes também não escaparam das manchetes, como se todo o sistema cooperativista fosse corrupto por causa de dois ou três administradores desonestos. Aliás, o deputado Romeu Martinelli (Arena) não perdeu a oportunidade para sugerir uma reformulação da legislação cooperativista, instituindo-se uma "obrigatoriedade de periódicas auditorias oficiais". Enfim...

O certo é que muitos nomes desfilaram pelo noticiário, mas a maioria exatamente de pequenos agricultores, o que ajudou a criar um clima de trauma no interior. Estranhamente, quatro gerentes de bancos surgiram no caso como supostamente envolvidos.

Situação um pouquinho diferente da de dom Cláudio Didonet, bispo de Passo Fundo. Ele foi visto entrando e saindo três vezes do quartel onde a Polícia Federal instalou seu QG na cidade. O Correio do Povo chegou a tentar insinuar que ele estivesse envolvido, mas o redator se conteve.

"Tudo bem, tudo bem", como disse Antônio Marchese, o primeirão. Que declarou: "A gente tem que pagar pelos erros. Só acho que estão prendendo apenas os camundongos. Os gatos mesmo estão soltos".

Rosvita Saueressig



O modelo agrícola e os sítios de fim de semana

A crise do petróleo, entre outras coisas, teve o mérito, ainda não reconhecido pelo Governo, de colocar em cheque o modelo agrícola brasileiro.

Até 1974, nossa agricultura teve sua expansão extremamente facilitada pela possibilidade de conquistar sempre novas áreas, através da ampliação da fronteira agrícola. Conquistado o Rio Grande, partiu-se para o Oeste catarinense, Norte do Paraná, Goiás, Mato Grosso, Rondônia, Roraima...

Então aconteceu o pior: os preços do petróleo, por razões já bastante conhecidas, dispararam e atingem hoje de 12 a 13 dólares o barril, com renovadas e tonitruantes promessas anuais de aumento. E a nova realidade ditada pelos preços do petróleo semeou o pânico em todas as áreas. Menos na Agricultura, que parece não ter entendido bem os novos ventos que sopram do Oriente Médio.

O que os planejadores parecem não ter assimilado é que o nosso modelo agrícola precisa ser urgentemente virado pelo avesso. A terra, que em nosso país sempre foi considerada um fator abundante e barato (relativamente), deve passar, daqui por diante, a ser considerada um fator escasso e caro. E como tal deve ser tratada.

No entanto, as terras mais próximas aos grandes centros, que deveriam ser utilizadas cada vez mais para o cultivo agrícola, por reduzir os custos com o transporte, se tornaram impróprias para a agricultura, em função dos seus elevados preços.

Áreas que seriam altamente propícias para a cultura de hortigranjeiros estão ocupadas, hoje, por dezenas de milhares de sitiantes de fim de semana. Granjas tradicionais acabam virando chácaras onde a classe média vai retemperar suas forças aos sábados e domingos.

Agora mesmo, os produtores hortigranjeiros de São Paulo, estão fazendo uma onda danada contra a especulação imobiliária, que empurra-os para mais longe das cidades.

Vamos exercitar um pouco da imaginação criadora. O negócio não é economizar no consumo de gasolina? Então, para começo de conversa, vamos verificar seriamente como estão sendo ocupadas as áreas agricultáveis próximas aos grandes centros — e o termo *próximo* deve ser visto aí dentro das devidas proporções de um país de dimensões continentais. Vamos imaginar então duas situações: qual seria o custo total da produção de um milhão de toneladas de grãos ou de outros produtos agrícolas, cultivados a uma distância de 1.500 quilômetros dos centros de consumo, transportados no lombo de 1.500 caminhões? Quanto custaria produzir essa mesma quantidade de grãos ou de outros produtos, se a lavoura se localizasse a uma distância de 500 quilômetros e fosse transportada por esses mesmos 1.500 caminhões?

Elementar, não? Aparentemente, para se resolver esse problema bastaria que se publicasse um decreto-lei determinando que todas as áreas localizadas relativamente próximas aos centros metropolitanos passassem a ser cultivadas obrigatoriamente, sob pena de aplicação draconiana, por exemplo, do Imposto Territorial Rural progressivo.

Na verdade, para a solução desse problema seria preciso um pouco mais. Seria necessário, antes de qualquer coisa, vontade política para mudar comportamentos e práticas já arraigados, neutralizando, entre outras coisas, o apetite imobiliário.

Seria necessário um pouco de ousadia para elaborar uma legislação bastante rígida que disciplinasse a ocupação racional do solo rural, em outras palavras, que criasse as bases para uma reforma agrária.

Ismar Cardona Machado

LUIS FERNANDO VERÍSSIMO

Guazzelli só fala depois de agosto

À saída de um seminário de reflorestamento, realizado em Porto Alegre, na primeira semana de agosto, um repórter paulista acossou o governador Sinval Guazzelli junto à porta do elevador:

— O senhor acha provável um candidato civil à presidência?

— Esta não é uma reunião política, não vamos falar em política.

— Mas o senhor não pode dizer sim ou não?

— Está bem, anote: em política nada é inviável.

Mais ambígua não poderia ser a resposta. Mesmo assim, Guazzelli anda tão meticuloso com as palavras que diz que logo depois mandou um recado ao repórter:

— Eu disse "nada é inviável". Não é bem isso. Fica melhor "nada é impossível".

O fato de ser um dos poucos que privam de certa intimidade no Palácio do Planalto e de estar inteiramente empenhado no processo de normalização política do país, faz do governador um alvo inevitável nesses dias em que a sucessão do presidente Ernesto Geisel é o principal assunto da política. Mas ele tem resistido. Conseguiu há poucas semanas passar pelo Rio e Brasília — onde esteve 45 minutos com o presidente e falou de política e sucessão — sem dizer mais do que disse no diálogo transcrito aí acima.

Entretanto, sabe-se que Guazzelli está na ala dos otimistas. Daqueles que acreditam que pela primeira vez em 13 anos, os políticos vão influir na escolha de um presidente e admitem a possibilidade, ainda que difícil, de um presidente civil já em 78. Pelo menos, ele está confiante que alguns líderes políticos serão ouvidos e que são tais as circunstâncias que o candidato escolhido terá que assumir alguns compromissos com os políticos.

— Que tipo de compromisso, governador?

— Deixa passar esse agosto agourento que eu falo...

— Mas será que ele passa?

— Bem, depende dos estudantes...

ASSINE coojornal

12 EDIÇÕES: APENAS Cr$80,00

Leia o jornal de idéias e opiniões que estimula o debate.
Que expõe os assuntos polêmicos sem rodeios. Que abre as suas páginas para os que estão pensando e analisando a realidade brasileira.
Um jornal crítico e independente, dirigido às pessoas formadoras de opinião.
Este é o Coojornal, editado pela Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

Cupom de assinatura

Assinatura por doze edições: Cr$ 80,00

Envie cheque nominal ou vale postal para:
Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS — 90.000
Fones 218984 e 240951

Você pode assinar o Coojornal a partir do nº 11.
Assinale no quadrinho a edição em que você quer que comece a valer sua assinatura:

☐ 11 ☐ 12 ☐ 13 ☐ 14 ☐ 15 ☐ 16 ☐ 17 ☐ 18 ☐

Nome: _____

Profissão: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Diante da faca famosa de Adão de Latorre, o prisioneiro gritou:

Degola, negro!

Por Airton Centeno

Primeiro movimento: a faca é encostada na ponta do nariz do prisioneiro que instintivamente ergue a cabeça. Segundo movimento: a lâmina se introduz na carne e desliza de orelha a orelha. Nada sofisticado, é verdade. Mas como técnica de matar, a degola — adotada com entusiasmo nas revoluções gaúchas de 1893 e 1923, quando as facas se ocuparam indiferentemente, de milhares de pescoços "republicanos" e "federalistas", "maragatos" e "borgistas" — provou ser barata, rápida e silenciosa.

A criatividade que o gaúcho sempre exercitou no manejo da faca — usada para carnear, brigar, limpar as unhas — também se estendeu à degola, onde várias eram as modalidades. Desde a degola "a la criolla" (de orelha a orelha) até a "brasileira" (dois cortes seccionando as carótidas). Originalidade nunca faltou: ora as vítimas eram degoladas com a cabeça entre as pernas do seu carrasco, como se fossem ovelhas, ora — como preferia o cabo degolador do coronel João Francisco Pereira de Souza — deitadas, com o queixo sendo seguro pela bota do degolador. Nesta posição, a respiração era impedida pela mão do degolador, as veias do pescoço inchavam e o trabalho ficava fácil.

Embora entre suas características estivessem a rapidez envolta no silêncio, muitas vezes essas duas virtudes eram substituídas pela morte lenta e um grunhido terrível. Alcides Veleda, ex-combatente da Revolução de 1923, testemunha de degola, tem na sua memória pedaços ainda sangrentos desse passado:

— **Quem gostava de matar era o cabo Soilo. Pegamos um oficial do Zeca Neto e o cabo Soilo, depois de confessar o homem, se preparou para degolar. Aí o oficial disse: eu sei que o senhor vai me matar, mas quando passar por Dom Pedrito, faça o favor: entregue isto pra minha filhinha. Era um retrato. Cabo Soilo passou a faca no homem e deixou ele de bruços, estrebuchando devagar. Eufrásia, minha mulher, ainda disse: barbaridade, não deixa o homem assim que não presta.**

Mas o período áureo da degola foi a Revolução Federalista de 1893, época que o *brazilianist* Joseph Love define como a do "terror". A violência, na ocasião, derramou-se por todo o Rio Grande.

Um dos episódios que acirrou ainda mais os ódios entre "castilhistas" — republicanos, adeptos de Júlio de Castilhos — e "federalistas" foi a rendição do general castilhista Isidoro Fernandes, às margens do rio Negro, em Bagé, o mesmo episódio que introduziu na história gaúcha a figura de Adão Latorre. Sua faca transitou por 300 gargantas na noite de 24 de novembro de 1893, a grande noite da degola. A maior parte das vítimas eram castelhanos, odiados pelos maragatos do general Joca Tavares por serem mercenários.

Para saber quais os prisioneiros estrangeiros, os homens de Tavares pediam a cada um que pronunciasse a letra **J**. Todos aqueles que não conseguiam fazê-lo corretamente tinham um só destino: por eles estava esperando o aço frio de Latorre. Nem todos os condenados,no entanto, eram estrangeiros. Uma das vítimas, o chefe castilhista Manoel Pedroso, autor de saques e assassinatos em Bagé, teve um curto diálogo com o seu algoz:

— **Adão, quanto vale a vida de um homem valente e de bem?**

— **Valente, sim. De bem... não sei! A vida de um homem vale muito, a tua não vale nada porque está no fio da minha faca e não há dinheiro que pague.**

Pedroso jogou sua cabeça para trás, tornando mais fácil a tarefa do mulato Latorre e retrucou:

— **Pois então degola, negro filho da puta.**

Duas maneiras de degolar usadas durante as revoluções de 1893 e 1923, reconstituídas a partir de depoimentos de historiadores e de revolucionários entrevistados.

O revide castilhista não demorou muito. Número quase igual de maragatos foi degolado em Boi Preto, perto de Bagé, no ano seguinte. O comandante das tropas de Castilhos em Boi Preto, general Firmino de Paula, no mesmo ano, chegou a violar a sepultura do líder federalista Gumercindo Saraiva para decepar-lhe a cabeça.

Degolar, entretanto, não era coisa para qualquer um. Além de sangue-frio exigia "boa mão" ou ciência. Diz o médico e historiador Nicanor Letti: "A secção, por lâmina cortante, do feixe vásculo-nervoso do pescoço ocasiona o desfalecimento em segundos e morte em minutos. O sistema regulador da atividade propulsora do coração mecanicamente atingido,diminui inicialmente a atividade cardíaca, mas é seguido por uma reação contrária que acelera a perda de sangue. É sempre um traumatismo fatal". Porém, além deste "savoir-faire" sempre é imprescindível um certo gosto pelo ofício.

Conta Alcides Veleda:

— Cabo Soilo outra vez também degolou um homem lá na Hulha Negra, em Bagé. Foi na barraca, pegou o prisioneiro, levou pro mato e passou-lhe a faca. Conheci também outro que gostava duma degola, o João Arejano ou João Cabeleira como chamavam. Pois uma vez ele passou a mão num preso lá pros lados da Panela do Candal, em Bagé, e ia levando pra degolar quando o homem começou a clamar e a clamar. E não me mate e não me mate. O sargento Dornelles ouviu aquilo e disse para ele: larga o homem. E o Arejano disse que não. E não é que se pegaram. Espada e espada. O Arejano testavilhou e o Dornelles lhe deu uns planchaços. No meio da peleia, o preso largou na corrida e fugiu.

No levante liberal contra a reeleição de Borges de Medeiros para o governo gaúcho em 1923 as facas mantiveram mais tempo o seu fio, mas não faltaram barbaridades. No combate de Ponche Verde, em Dom Pedrito, os comandados de Honório Lemes, o *Leão do Caverá*, limitaram-se a degolar os mercenários. Outra vez os uruguaios morreram pela boca.

"Diz dois pauzinhos", pedia o revolucionário com o joelho no peito do estrangeiro. Aterrorizado, o soldado de aluguel no máximo balbuciava "dós paulitos" ou "dós pausitos". Na iminência da morte, um dos castelhanos fez um apelo dramático:

— **Por la leche de tu madre, no me mates!**

— **Fui criado guacho, filho duma cadela.**

Atrás da resposta, a faca seccionou a carótida.

Presente na maioria das guerras e escaramuças no Rio Grande, a degola foi severamente proibida nas campanhas militares comandadas por oficiais do Exército. O caso mais óbvio é o da Coluna Prestes. Nessa longa marcha, somente no combate de Saicã houve degolamentos, executados pelas tropas do caudilho Honório Lemes, aliado da coluna.

Para a maioria dos historiadores, tal prática macula o passado rio-grandense.Nicanor Letti observa que este ato "desmente tudo o que existe de tradicional no gauchismo, pois reflete terrível covardia: matar um adversário contido, amarrado, já vencido e muitas vezes ferido". Mas o velho hábito caudilhesco de cultivar os seus degoladores — homens pobres e ingênuos, degolando muitas vezes para agradar ao patrão — deixou seu registro no folclore:

Quem arrogante pisar
No poncho da gauchada
Há de sentir a vacina
Da gravata colorada...

Esta mesma lâmina colorada foi muitas vezes prometida aos paulistas na revolta constitucionalista de 1932. Um grupo de provisórios gaúchos comandados pelo caudilho Valzumiro Dutra gritava da sua trincheira para os paulistas quando a noite caía: "É só eu te pegar que te passo a gravata colorada". Um oficial paulista preso por um destacamento gaúcho não sabia quem eram seus captores. Fazia exigências e caminhava de um lado para outro do acampamento. Isso até o momento que o comandante do destacamento serviu-se de chimarrão. O homem caiu de joelhos e exclamou: **"Deus Nosso Senhor onde estou metido: no meio dos degoladores do Rio Grande do Sul".**

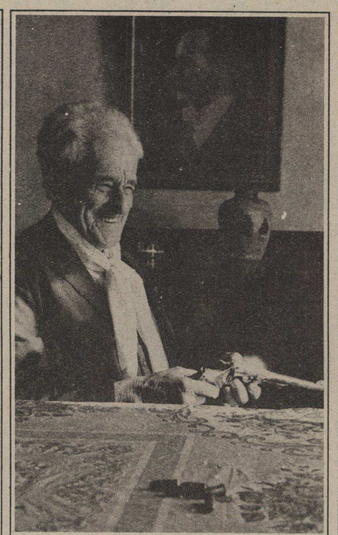
Nem sempre, porém, o candidato à degola tinha o fim que lhe era prometido. Às vezes, o condenado nem era adversário político, mas um componente das mesmas forças, tentado pela perspectiva de um saque. Nessas ocasiões, os corações mais sensíveis — como o de Alcides Veleda — afrouxavam e a história ganhava um final feliz.

— **Bico de Ouro** tinha saqueado uma farmácia e foi preso. A gente estava acantonado na chácara dos Teixeira, no Passo da Calheira, em Bagé. Aí eu pensei comigo mesmo: vou dá escapada pra esse crioulo. Afinal ele vai passar pela faca só porque roubou umas coisas duma farmácia. Disse pra ele: pede pra ir na patente. Isso no tempo que patente era "unha de gato:" Dito e feito. Bico de Ouro pediu pra fazer o serviço nos matos e na distração do guarda se foi. E se foi, e se foi, e se foi Uruguai afora. Se escapou bonitaço!

N.R. — A Revolução Federalista de 1893 é considerada a mais sanguinolenta de todas as revoluções que ocorreram no Brasil. Durou 31 meses e foram mortas de 10 a 12 mil pessoas, numa época em que a população do RS era menos de 1 milhão de habitantes. As forças em disputa era os Republicanos e os Federalistas, que não aceitavam o regime republicano implantado em 1889. Entre estes, alguns queriam o parlamentarismo e outros, a volta da monarquia. Os federalistas eram também chamados maragatos, **porque em suas tropas havia muitos uruguaios oriundos da província espanhola de Maragateria. Bagé, cidade da campanha gaúcha, foi o centro da luta. A degola dos prisioneiros era uma prática tão comum, que durante um cerco federalista a Bagé, a população, sem alimentos, comia gatos, cachorros e outros bichos, mas os combatentes não se entregavam, porque isso significava morrer. Outros termos que podem ser de difícil entendimento do leitor urbano:** guacho: **se diz de animal ou pessoa criado sem mãe; unha-de-gato: vegetação rasteira dos campos da fronteira gaúcha;** mata-perro: **mata-cachorro, covarde.**

Fotos de Airton Centeno

Veleda: deixava um baile por uma briga de espada



Teodomiro e o revólver que levou Getúlio ao Catete

"No Ponche Verde mataram cento e tantos pela goela"

Degoladores da Revolução de 1923 ainda existem no Rio Grande do Sul. Difícil é encontrar algum que admita ter degolado alguém. No Sítio dos Ferreira, em Tapes, a 120 quilômetros de Porto Alegre, reside Teodomiro Vieira Rodrigues, de 81 anos. Na região, todos dizem que ele "cortou pescoço de muitos". Ele nega. Viúvo há oito anos, vive sozinho, apesar dos apelos dos filhos. "Há dois anos teve uma alemã aqui. Mas como alemão e brasileiro não se acertam, acabou". De março de 1923 até 1932, ele também andou em todos os combates e revoluções que pôde. O que ele conta:

"Uma das balas que matou o maior degolador do Rio Grande, o Adão Latorre, saiu do meu fuzil no combate de Ponche Verde, onde a peleia começou lá pelas nove ou dez horas, mas o estouro mesmo aconteceu pelas quatro da tarde. O Latorre, que era um negro tão grande que chegava a ser disforme, morreu com cinco ou seis balaços. Foi o meu piquete que pelou ele. Mais tarde, uns anos depois, o filho do Latorre veio me matar. Dizem que ele comia gato assado, mas quem ele veio pegar foi o gato velho aqui.

"Tem uma história aí que diz que eu também degolava, mas eu não matava ninguém. Sou até muito humano, incapaz de matar até uma ovelha. Acredite que esses dias tava na janela uma abelha encarangada de frio e eu não deixei que morresse. A geração velha sabe que eu não fiz essa coisa. Agora, a bala não digo nada. Na pelei que abrissem o olho que eu era brabo.

"No Ponche Verde mataram pela goela cento e tantos só do Nepomuceno Saraiva. Os maragatos degolavam tão atucanados que passaram a faca num negro três vezes e não pegaram a carótida. O homem foi pro Rio de Janeiro, ondepassou o resto da vida se alimentando por um tubo. Em Ponche Verde, onde aconteceu um distúrbio nas forças do governo, eu, que era sargento, e o cabo Pujol escapamos a pé. Eu dei cavalo e fuzil pra eles. Eu era do corpo do coronel Juvêncio Lemos e participei também de combates no Passo do Mendonça — isso com as forças de Lucas Martins contra o Zeca Neto, que chamavam Zeca Veado porque corria muito. Só corria do Passo das Carretas, Canguçu Velho, Aipos e Ibicuí da Armada.

"Os maragatos diziam que não degolavam. Mas eu vi muita gente degolada em Rosário do Sul. Pegaram seis dos nossos, ataram pelo pé numa figueira que nem ovelha e passaram a faca. Aí o comandante Sérvulo Nicolau de Souza disse: agora não tem mais vez, peguem esses maragatos e degolem. O Honório Lemes mandou matar, doutra vez, o oficial da família Campos, Antônio Pacheco de Campos. Pegaram o homem, degolaram, caparam e deixaram os testículos pendurados num galho. Quase que o Honório pagou por essa. Quando ele foi preso, a família atacou o trem em que ele ia e queria também degolar. Quem não deixou foi o Flores da Cunha. Já o coronel Garibaldi queria pelar o Honório e a maragatada. Dizia: 'Tá na hora, Flores'.

"Outra passagem boa foi quando ia ser feito o armistício em Bagé. Aí eu e o sargento Brum resolvemos acabar com o armistício. Ia ser em Bagé e foi transferido para Pedras Altas, em Pinheiro Machado. Quando o coronel Juvêncio Lemos soube que nós dois estávamos loucos pra dar uma descarga na maragatada toda, mandou nos prender. Vi o Zeca Neto e me deu uma vontade de dar um tiro nele... Ia se dar uma mortandade.

"Mas na revolução de 30 já havia uma mistura de rodeios. Maragatos e republicanos queriam derrubar o governo da União. Eu sempre gostei de brigar. Sem a bala. Fuzil, revólver ou mosquete. Nessa época era oficial e com este 44 aqui botei o Getúlio (Vargas) no Catete. Foi esse revólver também que prendeu o general Gil de Almeida, na época da derrubada do cavanhaque (Washington Luiz). Ganhei o 44 de presente do Oswaldo Aranha.

"Já em 32, na revolta dos paulistas, aconteceu muito banditismo de parte do corpo de bugres do Serafim de Moura Reis, de apelido Finzito, tio do Leonel Brizola. O Finzito organizou uma bugrada, silvícolas sabe? Lá pro lado de Palmeira das Missões. O grupo não queria nada. Não queria arma nem roupa. A bugrada só pedia um facão Collins — quatro dedos de largura de lâmina — e, decerto, uma tanga pra tapar o saco. Esses 180, 200 índios ficavam na linha de frente, entrincheirados. Enquanto isso, a metralhadora comendo por cima. Desse tempo é que os paulistas não gostam de nós. Pois eles vinham vindo, se arrastando, pra escapar da metralha e a bugrada caía em cima, puxava pra dentro das trincheiras. Ficava braço só pegado no nervo, talho na cabeça, nas pernas. A bugrada não poupava.

"Uma vez eu impedi o Finzito de matar um filho do coronel Bicaco, que agora é até nome cidade. Ia matar na boca da picada. Ia abater com uma Winchester, um criatura de 17 ou 18 anos. Perguntei: 'Tu não tá cansado de matar ainda, Finzito?'."

"Os paulistas só brigavam de tiro. Fugiam da faca"

O passatempo do velho Alcides Veleda, 74 anos, é contar histórias de entreveros, revoluções e matanças — de degolados e degoladores. Alcides Veleda trabalha de vigia de uma fábrica em Pelotas. Com 20 anos ele saiu da Serra das Asperezas — interior de Pelotas — e durante nove anos procurou participar de todos os movimentos armados. A ex-mulher, Eufrásia, guerreira como ele, morreu há dois meses. Uma história do velho Veleda:

"Quem quer entrar pra brigada do doutor Borges de Medeiros? Quando o oficial fez o convite, eu dei um passo à frente e me alistei. Era o tempo em que os borgistas saíam por aí convocando gente pras peleias. Peguei pela frente as peleias todas, desde 23 até 32. Até 27 briguei ao lado da Eufrásia, que era cabo igual a eu, ganhando soldo e tudo. Mulher braba como ela só. Nossa filha, Flora, nasceu num acampamento, lá na costa do Passo do Valente, numa folga dos entreveros. Do meu lado tavam os meus irmãos, Antônio e Leopoldino.

"Meu pai, Antônio Rodrigues Veleda, primo do Zeca Neto, estava doente e não se agradou da minha entrada na brigada. Mandou me chamar. Por que fizeste isso? Fui dizendo que fiz porque achei que devia fazer. Nem sabia nada de Borges ou de Assis Brasil, nem de política nem de coisa nenhuma. Me agradei tanto da guerra que depois era um sacrifício pra me sujeitar. Olha, coisa que eu gosto é de baile. Ah, se gosto. Mas se me convidam pra um baile e me convidam pra um pega de arma branca, já sabe: vou neste.

"Quando botei a farda azulona da brigada era pouco mais que um guri. Nas peleias encontrei a Eufrásia, mais velha do que eu, única mulher que eu sei que entrou nos combates. Mulher braba, perigosa e buena de espada. Tanto que certa vez um sargento, um tal de sargento João — um superior, veja só — tava se atirando pra trás e não queria se meter na peleia. A Eufrásia disse: 'toca covarde! Toca pra diante senão te passo a espada'.E o homem foi.

"Lá por 27 tive que largar a Eufrásia. Já andava com intenção de me matar, muito ciumenta que era. Pois não é que uma vez eu tava lá de namorico com uma castelhana que era uma beleza, na frente da casa do pai dela, a família toda na frente da casa, quando me aparece esta mulher. Vinha a galope, armada de pistola e pronta pra me matar. Então eu tive que saltar ligeiro no cavalo e sair na disparada, e ela atrás. Ganhou e se viciou. Aí não deu mais.

"Dos entreveros que eu participei — fora esses piquetes que a gente nem conta — lembro do Passo da Carreta, Serra das Asperezas, Passo do Viola, Caverá e Serraria, tudo aqui da região de Pelotas e pro lado da Fronteira. Nesses pegas era comum arrancar braço de um ou de outro. Eu mesmo fiz isso. Em 23 meu comandante foi o coronel Antônio Garcia, homem que também me chefiou em 24. Rufino Silveira comandou em 27. Em 30 e 32 foram o Carlos Suñe e o Anacleto Pinto.

"Dos duelos mais brabos que eu tive, o melhor foi com um tal de Silvério Peña, um castelhano que, quando não tinha peleia no Uruguai, cruzava a fronteira só pelo prazer de brigar. Homem acostumado a dar coça de laço nas brigadas. Pois não é que eu vim me chegando perto das casas pra examinar um cavalo que andava por ali — era época em que se requisitava montarias pras peleias — quando ouvi um grito lá de dentro das casas: Que queres, mata-cachorro? Bueno, aí eu tive que dar voz de prisão pro homem, mas eu nem sabia que era o famoso Silvério Peña, homem bandido.

"No me entrego pra mata-perro", respondeu o tal de Peña, já puxando um facão. Aí nos atracamos. Peleando e peleando e peleando... E começou a juntar gente na volta: jogo cinco mil réis no Peña, disse um. E outro já cantou do outro lado: boto dois mil réis no Veleda. E nós peleando e a jogatina correndo na volta.

"Aí comecei a lhe desbastar os dedos, cortando pedaços com a espada. E sempre dizendo pro Peña: te entrega, te entrega. E ele sempre respondendo: 'No me entrego pra mata-perro'. E a gente peleou até um ponto que ele não pôde mais: 'Estoy entregue'. Num suspiro, me disseram então que o homem era o famoso Silvério Peña. Barbaridade, eu falei pro Peña, se eu soubesse que era você nem teria passado por aqui.

"Pois não é que o homem ficou meu amigo! Mesmo aleijado como ficou, fez questão de me acompanhar na guerra de 32 até São Paulo. O pessoal me dizia: cuidado com esse castelhano, Veleda, o homem só espera a hora pra te pegar e te matar. Mas não aconteceu nada.

"Sempre gostei muito mais de um combate de arma branca do que de tiro. De bala a gente nem vê do que morre. Na guerra com os paulistas a coisa não foi igual. Os paulistas só brigavam de longe, no tiro. Na hora do entrevero da arma branca, eles sempre rapavam. Dessa vez fui sargento e voltei tenente. Dessa vez também fui solito e trouxe uma paulista, mas esta não era guerreira."

Vargas: algumas lições da História

Pedro Flores / Arquivo Focontexto

Derrubado em 45 porque queria eternizar uma ditadura. E, em 54, porque enveredou pelos caminhos delicados do populismo e do nacionalismo.

Em novembro de 1945, Getúlio Vargas completava 15 anos no poder. Subira em 1930 levado por uma Revolução que partira do Rio Grande do Sul e em um mês e meio havia derrubado o governo corrompido de Washington Luis.

Havia esmagado um movimento organizado pelos paulistas para derrubá-lo, em 1932, e em 1937, ele que chefiara uma Revolução para moralizar e restabelecer a democracia no país, encontrara clima favorável ao autoritarismo e implantara um regime duro, de terror até, conhecido como o Estado Novo.

Prisões, torturas, perseguições aos adversários políticos, censura à imprensa eram a rotina do Estado Novo. Getúlio Vargas, o ditador, havia dado uma única entrevista coletiva nesse tempo todo, em 19 de novembro de 1937, quando dera o golpe.

Mas agora, em abril de 1945, o país parece cansado, sufocado com a falta de liberdade do regime de Getúlio Vargas. Falta forças ao próprio governo para conter a marcha. Na sede da União Nacional dos Estudantes, milhares de jovens se reúnem em comícios, palestras, debates. Realizam a *Semana Pró-Anistia*, pela libertação dos presos políticos, das centenas de adversários do governo exilados no exterior.

Há quase três anos, a bem da verdade, engrossava a reação contra o governo, partindo algumas vezes de dentro do próprio governo. Em fins de 1942, por exemplo, um membro do Superior Tribunal Federal, general Manuel Rabelo, visita o temerário chefe de polícia de Vargas, coronel Alcides Etchegoyen, e pede licença para criar uma entidade civil chamada Sociedade dos Amigos da América. Etchegoyen autoriza o funcionamento da entidade que, entre sua diretoria tinha Osvaldo Aranha, ministro do Exterior de Vargas, e em suas reuniões exalta as figuras dos libertadores, heróis da independência de países americanos: Simão Bolívar, O'Higgins, Sucre e inclusive o patriarca da Independência, José Bonifácio.

Mas a 10 de março do ano seguinte a polícia fecha a sede da Sociedade dos Amigos da América, que funcionava no prédio do Automóvel Clube do Rio de Janeiro. Dezesseis de seus associados foram presos e a arbitrariedade provoca o pedido de demissão de Osvaldo Aranha.

Manuscrito de Aranha a Vargas:

— Há dez dias aguardo a minha demissão. Não mereci nesses dias todos qualquer decisão tua ou do governo. Essa demora só posso interpretar como mais uma falta de consideração ao amigo e ministro. Nada mais me resta pois, que deixar o ministério por conta própria.

A atitude de Osvaldo Aranha, um gaúcho que lutou ao lado de Vargas em 30, é um sinal claro de que o Estado Novo começa a apresentar fissuras.

A 27 de março, o Correio da Manhã publica o manifesto dos Amigos da América contra "o fascismo e o seu arremedo estadonovista".

No dia 5 de abril, mais um sinal de que o regime sofre pressões fortes: o general Rabelo recebe autorização para reabrir a Sociedade dos Amigos da América e no dia 20, na reabertura Osvaldo Aranha faz um discurso contra o nazismo com referências indiretas à Ditadura e ao Estado Novo. É o início da arregimentação das forças liberais, políticos profissionais, intelectuais para combater Vargas.

A inquietação aumenta. No início de 1943, o Instituto dos Advogados do Brasil consegue trazer para o Rio pela primeira vez o Congresso Jurídico Nacional, reunindo juristas pan-americanos pela primeira vez no Brasil.

Em meio às comissões surgem pronunciamentos contrários ao regime totalitário, o governo tenta boicotar o congresso, que se transforma numa reunião política. No encerramento, novas contestações ao governo feitas no discurso do advogado Sobral Pinto que falou em homenagem a Pedro Aleixo, o deputado que era presidente do Congresso quando ele foi fechado em 1937.

Em outubro de 1943, um grupo de intelectuais e políticos de Minas Gerais, empolgados pela reação provocada ao final do Congresso Jurídico Nacional, lançam um cauteloso manifesto pedindo a redemocratização do país. O manifesto foi longamente elaborado, em reuniões em escritórios em bares no Rio e apareceu em forma de folhetim.

"Queremos alguma coisa além das franquias fundamentais do direito do voto e do *habeas corpus*. Nossas aspirações fundam-se no estabelecimento de garantias constitucionais que se traduzem em efetiva segurança econômica e social para todos os brasileiros, não só das capitais mas de todo o território nacional... Queremos liberdade de pensamento, sobretudo de pensamento político."

Assinavam políticos e intelectuais, quase todos pessoas de destaque na sociedade mineira, ocupando altos postos da administração pública ou privada. Muitos deles, que trabalhavam para o governo, perderam seu emprego depois disso, mas o manifesto acendeu uma cadeia de protestos semelhantes.

Vargas começou a sentir que a vitória que se delineava para os aliados na Guerra Mundial estava contribuindo para alterar a atmosfera política no país.

Procurando neutralizar os protestos, afirmou Vargas no dia 10 de novembro de 1943, dia do aniversário do Estado Novo:

— Nosso maior inimigo será a divergência interna... Quando terminar a guerra, em ambiente próprio de paz e ordem com garantias máximas à liberdade de opinião, reajustaremos a estrutura política da nação. Faremos de forma ampla e segura as necessárias consultas ao povo brasileiro .

No início de 1944, ele recebeu relatórios de críticas ao Estado Novo, que corriam entre os oficiais brasileiros que lutavam na Itália. "Os brasileiros tinham se dado conta da anomalia de lutar pela democracia no exterior, enquanto persistia uma ditadura em seu próprio país", diz um historiador.

Nesse clima começa o ano de 1945 e já em janeiro o Departamento de Imprensa e Propaganda — DIP, que exercia a censura à imprensa, teve que vetar a divulgação dos discursos proferidos no I Congresso Brasileiro de Escritores.

O discurso final, pronunciado pelo deputado Eduardo do Prado Kelly, só pôde ser publicado dois meses depois e enunciava os princípios defendidos pelos intelectuais:

— Legalidade democrática com liberdade de expressão do pensamento, liberdade de culto, da segurança contra o temor da violência e do direito a uma existência digna. E, um sistema de governo eleito pelo povo mediante sufrágio universal, direto e secreto.

A imprensa vive a dureza da censura e da autocensura. Quem publica matéria que desagrade o governo sofre graves conseqüências. Mas, não havia dúvida que a ditadura estava cedendo terreno e isso tornava mais ousados os protestos.

Então surgiu a famosa entrevista de José Américo de Almeida, um político respeitado que havia sido candidato a presidente, dada em 45 a Carlos Lacerda e publicada no Correio da Manhã a 22 de fevereiro. Reclamava eleições diretas para a presidência e alertava para os perigos de uma candidatura de Vargas.

Sim, porque a esta altura, Getúlio procurava já embarcar na canoa da redemocratização, pelo menos aparentemente. Juristas do governo já estão trabalhando na mudança da Constituição para dar condições às eleições e transformação do Poder Legislativo em assembléia constituinte. Em 28 de fevereiro ele assina a Lei Constitucional nº 9, chamada pelos políticos e imprensa de ato adicional. Entre outras coisas, por essa lei, ele deveria em 90 dias marcar a data das eleições.

A lei no entanto era menos do que esperavam os oposicionistas. No dia 1º de março o diário carioca diria em manchete:

Luiz Abreu

O busto que queriam trocar de lugar

Luiz Abreu

Escolares e o monumento: quem é ele?

Pedro Flores / Arquivo Focontexto

Um comício em 1950: comemoração da última vitória eleitoral

Em 51, despedindo-se dos peões, em Itu

Com Gregório, o homem de confiança

Álbum Jurema Fortunato

Recebendo correligionários em São Borja

Arquivo família Vargas

Comício do PTB na campanha de 1950

Fotos Pedro Flores / Arquivo Focontexto

"Em moldes totalitários! Decreto do Ato Adicional mantém os poderes ditatoriais do presidente".

A entrevista de José Américo tinha rompido definitivamente com o regime de censura e agora poucos duvidavam de que o Brasil estivesse às vésperas da reabertura política. Já há um candidato à presidência: o Brigadeiro Eduardo Gomes.

Logo nesses primeiros dias de março, Getúlio dá uma entrevista, a primeira desde 1937, defendendo a Constituição e sendo ambíguo quanto à sua candidatura a presidente.

É aí que os estudantes saem às ruas no Rio. Em Recife, há um choque entre estudantes e policiais, com dois estudantes mortos. A onda de protestos contra o governo cresce celeremente e para acalmar, Vargas anuncia que não se candidatará. No dia seguinte, surge um movimento pela candidatura do ministro da Guerra de Vargas, Eurico Gaspar Dutra.

Em abril o governo é obrigado a conceder anistia e soltar centenas de presos políticos que apodreciam nas prisões do Estado Novo, entre eles o líder comunista Luís Carlos Prestes.

No dia 1º de maio, Getúlio faz um discurso sem mencionar a candidatura de Dutra (a quem havia pessoalmente prometido apoio) e lançando um desafio "a quantos pensassem afastá-lo do poder pela traição ou pela violência".

Mas a campanha presidencial ganhava impulso e a 28 de maio o governo fixou a data das eleições em 2 de dezembro. Em julho, uma marcha de trabalhadores até o Catete pede Getúlio como candidato e está lançado o movimento que ficou conhecido como queremismo — Getúlio, com ou sem Constituinte.

Vargas deixou o movimento andar sem apoiar abertamente nem ir contra. Enquanto isso manobrava para dar o golpe, alterando a data das eleições estaduais e municipais e fazendo conchavos com vários grupos. No fim de outubro, no entanto, as desconfianças de seus inimigos chegaram ao limite, quando ele nomeou seu irmão Benjamim Vargas para a chefia da Polícia Federal em substituição a João Alberto.

João Alberto era aliado do general Gois Monteiro, novo ministro da Guerra, que assumira no lugar de Dutra e foi comunicar a substituição. Rápido, Gois Monteiro mobilizou a opinião dos oficiais para depor o presidente, antes que ele desse um golpe. Na tarde de 29 de outubro, as tropas cercaram o palácio e Getúlio foi forçado a renunciar.

A respeito do golpe disse o historiador Hélio Silva:

"É tão difícil sair de um regime de força para um Estado de Direito (porque o regime de força estiola as reservas democráticas) que o Estado Novo teve que socorrer-se da força para derrotar a força".

Gois Monteiro garantiu as eleições, Dutra foi eleito e o país viveu uma vaga de redemocratização, interrompida em 1954, desta vez com Getúlio no outro lado.

Conta o historiador Hélio Silva:

" Getúlio era um gênio político. Ele implanta o Estado Novo como forma de permanecer no poder e então, em dado momento, ele compreende que estava na hora de acabar com o Estado Novo. Mas ele quer acabar, ficando no poder. Tenta primeiro a sua própria candidatura, mas não consegue. Depois vê que a situação muda com a anistia e tudo mais e tenta de novo, então é deposto porque desconheceu o poder da reação."

"Em 1950," continua Hélio Silva, "ele vem com a idéia iluminada do homem que tinha uma missão a cumprir, que volta nos braços do povo. Ele que já se desiludira do poder apoiado na força armada, achava que tinha que corresponder ao apelo do povo e realizar uma obra realmente nacionalista. De modo que ele inaugura o populismo nacionalista no Brasil e, na América, é o primeiro líder deste tipo. E então é combatido de maneira violenta".

Getúlio volta politicamente mais amadurecido, mas sua tática política é a mesma: jogar com as forças antagônicas, mantê-las em equilíbrio, apoiando ora um lado, ora outro.

Era um jogo perigoso, não permitia um passo em falso. Um dos diálogos com seu irmão Benjamin, depois da tentativa de assassinato de Lacerda, no auge da crise:

É ou não é engraçado? Os nacionalistas e o partido comunista estão contra mim e as grandes empresas internacionais também. Os comunistas me acusam de ceder aos americanos e os americanos me cortam o crédito, sabotam o café, hostilizam de todos os modos o meu governo. Não te parece que um deles está comendo o gambá errado?

No dia 6 de setembro, a mais importante revista americana, Time, noticiava assim a morte de Vargas:

"Um ardente descontentamento rachou de alto a baixo, na semana passada, a violenta política do Brasil. Ao cabo de meses de greves, de ameaças do Exército e da Aeronáutica, incessantes ataques da imprensa e brados do Congresso em favor do impedimento do Presidente Getúlio Vargas, o velho (71 anos) e orgulhoso gaúcho que governou o Brasil durante 18 dos 24 anos foi deposto do cargo pelos chefes das Forças Armadas.

E então, num gesto de desafio semelhante ao de Hitler, derradeiro e fatal, matou-se, deixando um testamento rancoroso e eloqüente, no qual amontoa toda a culpa pelo seu malogro — e pela situação angustiosa do Brasil — numa maligna combinação dos seus inimigos políticos internos e de grupos financeiros internacionais."

Wall Street Journal (Nova Iorque, 27 de agosto de 1954) — "Funcionários americanos predizem que Café Filho pode eventualmente abrir a possibilidade de investimentos estrangeiros nas indústrias do petróleo e da energia elétrica no Brasil."

New York Times (8 de setembro de 1954) — "A chegada amanhã ao Rio de Janeiro de Henry Holland, sub-secretário de Estado para assuntos interamericanos, não pode ser mais oportuna. O Brasil tem que corrigir as políticas verdadeiramente desastrosas do extinto presidente Vargas quanto ao comércio e ao trabalho. A pedra de toque é o petróleo. Não é nenhum exagero dizer-se que se o Brasil modificar sua política nacionalista para o fomento de seus recursos petrolíferos jacentes, sua economia poderia transformar-se. Dificilmente poderia o novo governo do presidente Café Filho mudar abruptamente de política num momento de fermentação nacionalista e tensão interna, mas pode-se ter esperança para o futuro."

Financial Times (Londres, outubro de 1954) — "É evidente que se o atual governo do presidente Café Filho conseguir fazer prevalecer seus pontos de vista, o Brasil abrirá suas portas ao capital estrangeiro mesmo para a exploração dos recursos petrolíferos. Mas parece também evidente que a pressão americana no caso do petróleo aumentou."

Vocês sabem quem é?

As duas meninas, de uniforme escolar, ficam indecisas diante da estátua mais destacada, no centro da praça de São Borja. Uma não tem a menor idéia, sabe apenas que "foi um importante". A outra arrisca, insegura:

Acho que é o Getúlio Vargas, não é?

O que ele fez? Não, ela não sabe. Foi um grande... pra merecer estátua assim... só os grandes...

A 300 metros dali, na Biblioteca Municipal, são escassos os sinais de que Getúlio Dornelles Vargas foi "o mais ilustre dos filhos desta terra". Quem procurar entre os 4 mil volumes nas estantes vai encontrar pequenas biografias nas enciclopédias, nada mais que isso.

No museu ao lado, encontrará um pouco mais: quatro grossos volumes com recortes de jornais colecionados por uma professora paulista, chamada Martha Patanhos.

Lutero Vargas, filho de Getúlio, quer doar o prédio de número 772 da avenida Presidente Vargas, que seu pai construiu, onde viu nascer seus filhos e de onde partiu em 1923 "para a extraordinária carreira política que o levou à presidência da nação brasileira". Exige apenas que façam dele um museu de Vargas. Mas a Câmara Municipal não se interessa.

— Todo o mundo faz questão de obscurecer a sua memória — diz Dioclécio Motã, conhecido como seu Bijuja e que se sente cada dia mais solitário na sua fidelidade ao getulismo.

Na casa de Bijuja não se fala em Arena sem o risco de ser mordido. Ele amestrou seu cachorro policial de tal forma que ao ouvir o som da palavra Arena o animal se lança ao ataque.

— As novas gerações não podem saber nada mesmo, os colégios não falam nada do Getúlio, os livros praticamente ignoram sua vida — reclama o líder do MDB local, Florêncio Guimarães.

Guimarães, no entanto, acha que entre o povo o esquecimento é mais aparente, mais por medo. Ele conta, por exemplo, que no ano passado o interventor João Carlos Escobar quis remover o busto de Getúlio defronte às prefeitura e houve reação popular. Escobar desistiu da idéia.

De qualquer forma espera-se que a pequena romaria que todos os 24 de agosto vai até o seu túmulo levando flores seja ainda mais desfalcada. Pelo menos não terá o general Serafim Vargas, sobrinho de Getúlio, um dos infatigáveis 40 ou 50 getulistas "que não dobram o pelego" e que morreu em junho último.

Fora desse restrito círculo de pessoas idosas, as preocupações são outras nestes dias em São Borja. O assunto mais eletrizante, que está agitando a cidade, é o chamado golpe do adubo-papel, como ficou conhecida a prática de desvios dos subsídios que o governo dava até o ano passado para a compra de fertilizantes e corretivos. Comenta-se que a polícia federal, que já devassou vários municípios gaúchos, agora chegará à cidade.

Não poderia ser de outra forma. Desde 1967, quando São Borja foi transformada, com todos os outros municípios de fronteira, em área de segurança nacional, com prefeitos nomeados, a política perdeu importância. O MDB, onde sobrevivia um pedaço de getulismo, perdeu a prefeitura e em 1972 a nova Lei Orgânica do Município votada pela Câmara, só de arenistas (toda bancada do MDB renunciou), suprimiu o feriado do dia 19 de abril, data do nascimento de Getúlio.

O que ocorre em São Borja é apenas o aspecto mais surpreendente de um fenômeno que é nacional.

O pior, no entanto, não é que desapareça o getulismo ou o nome Getúlio como líder político. Apaga-se junto o homem, a fama e todo o quadro histórico em que ele viveu como se uma nação pudesse andar apenas olhando para a frente, sem correr o risco de tropeçar periodicamente nos mesmos buracos.

Então o que se vê é isso: decorridos 23 anos da morte de Vargas seu nome e sua imagem continuam malditos no governo, na maior parte de imprensa. A densa névoa que propositadamente se deixa assentar sobre sua memória, soterra também a possibilidade das atuais gerações alcançarem o entendimento em relação a uma das quadras mais ricas e mais traumáticas da história do país.

Enterramos o passado, sem saber direito o que estamos enterrando.

Dois contam como era a guarda pessoal

A guarda pessoal de Getúlio Vargas — "Com homens de confiança! Com homens de confiança!" como ele pediu — surgiu em maio de 1938, logo depois de um pequeno bando integralista ter invadido o Palácio.

Os integralistas foram corridos à bala, embora parte da Guarda do Palácio tenha se bandeado para o lado deles. Daí a exigência quanto aos homens de confiança, cujo recrutamento coube a Benjamin Vargas, irmão do Presidente e ex-comandante do 14º Corpo Auxiliar, que em 32, combateu os paulistas insurgentes.

Em São Borja, de onde saiu a maioria deles, ainda vivem Apúlio Neves, Rui Ramos da Silva e Bino de Mello, cada um com suas recordações do tempo em que deixaram no Rio Grande a grossura do interior para viverem uma verdadeira mordomia carioca, cercados de louras e copos de bebida.

Apúlio, tropeiro dos Vargas, guarda rancores exatamente de Gregório Fortunato, o homem que passou para a História ao tentar assassinar Carlos Lacerda. "Negro bandido e ladrão", exclama Apúlio, "que vivia cruzado e orelhado nos Vargas. Uma vez, um coitado brigou com um sobrinho dele. Não adiantou fugir para a Argentina, o negro buscou ele lá e degolou o bicho no Capão do Guabiju".

Essas histórias não impressionavam os Vargas: entregaram o comando da Guarda a Gregório, cargo que mereceu muito mais por sua lealdade do que por seu comportamento. Quando Getúlio foi deposto, ele continuou a seu lado, protegendo-o durante a campanha à Presidência.

Eleito, Getúlio trouxe de volta Gregório, que arrebanhou mais gente para a Guarda Pessoal que ressurgia. Foi aí que surgiu Flisbino de Melo. Bino conta que estava de capataz na província argentina de Corrientes:

— Estavam requisitando tudo quanto era gente boa. Como eu era dos melhores, sabia que ia também.

E foi, "como galinha comprada", conta ele mesmo. Na capital federal, as loiras bronzeadas, a praia, os cafés, a força das carteirinhas expedidas pelo Palácio foram as atrações maiores para o capataz criado "no tempo que não se brigava de revólver; era no relho!". Sorrindo, Bino de Mello narra suas memórias:

— A guarda era composta por gaúcho de tudo quanto era quilate. Com menos de duas mortes não era dos bons! Dos 200 homens, 130 no Palácio e o resto pela rua, quase a metade era do Rio Grande. Solta no Rio a gauchada sabia que nos cafés não podia entreverar, por causa dos detetives especiais que controlavam certos abusos. E quando um aprontava, botavam num avião e mandavam de volta a São Borja. Conforme a falta, mandavam prender.

Coisa que nunca aconteceu com Bino, sempre comportado — diz ele... — na linha avançada de cinco homens, à frente do Presidente. No Palácio quando tirava plantão, andava alinhado. "Gregório mandava embora alguém que estivesse com a camisa aberta ou com a barba mal feita".

No alojamento, o general Serafim, sobrinho de Getúlio, sabia que nunca faltava o chimarrão. E sempre que vinha do Sul aparecia por lá atrás de um amargo, conta orgulhoso Bino. "Tinha tanta atração na guarda que inté esqueci as coisas do campo!"

A tranqüilidade, o turismo, a mordomia, tudo acabou depois do atentado da rua Toneleros, quando Lacerda escapou por pouco. Os jornais insinuavam a participação da guarda no crime e Getúlio indagou de Gregório a verdade. "E ele mentiu pro Getúlio velho!" bronqueia até hoje o tropeiro Apúlio, vendo aí motivo suficiente para acusar o até então poderoso chefão de "o causante da morte do Getúlio".

Rui Ramos da Silva, o outro são-borjense da guarda que vive hoje na terra natal, também não perdoa esta: "Quando Getúlio confiava numa pessoa, se entregava de corpo e alma. Por isto ele deu carta branca pra Aeronáutica investigar o caso. Mas o Gregório fez essa bobagem! Foi gente importante que garantiu a ameaça de um novo golpe se Lacerda não fosse morto. De tanto que era fiel ao Getúlio, o Gregório ficou apavorado e resolveu agir por conta própria".

Foi o fim da guarda. Preso Gregório, o Presidente se desiludiu e mandou dispensar todo mundo. Rui estava presente "quando dona Alzira deu a ordem, mandou todos para suas repartições, porque todos eram funcionários do governo, menos meu irmão Artur, que era amigo de dona Alzira e ganhou permissão pra continuar no Palácio.

Apúlio continua tropeiro.

Rui espera o tempo passar para ganhar sua aposentadoria na Receita Federal.

Bino, hoje com 64 anos, continua conhecido como o *terror dos chibeiros* e também só espera a aposentadoria da Receita Federal.

Da guarda pessoal de Getúlio são três dos poucos que restam com vida, e cujas histórias violentas incorporam-se ao folclore popular.

Gregório (atrás) e Arthur (de óculos) protegendo o chefe em Recife, em 50

Album Helena Ramos da Silva

Belinha: "Meu pai foi um cão fiel"

Luiz Abreu

A morte de Gregório na prisão

No seu livro *Barra Pesada*, editado este ano pela Codecri, o repórter Octávio Ribeiro publica uma versão bem diferente das que foram dadas para a morte de Gregório Fortunato, o capanga que se tornou personagem principal no drama de Getúlio Vargas. O assassinato de Gregório, na Penitenciária do Rio, é contado por um marginal do morro da Mangueira, cujo nome Octávio Ribeiro não revela:

— E o Gregório Fortunato, você ficou amigo dele na cadeia?

— O Gregório na cadeia era um bicho muito amigo da gente. Sujeito legal, nunca prejudicou ninguém lá, viu? Era chefe do almoxarifado. Dava cobertura a um monte de presos, lá dentro. Parecia até que ele tinha dinheiro guardado. Sempre emprestava um trocado pra rapaziada. Dava roupas, botinas pra gente, viu?

— Você estava lá quando ele morreu?

— Perfeitamente, estranho xará. Disseram que o Carlos Lacerda estava envolvido na morte dele. É tudo grupo. O Gregório ficou famoso porque era do grupo de segurança do presidente Getúlio Vargas né? Mas foi morto por causa de uma "dendeca". O matador foi Feliciano Emiliano Gama, um bicho respeitado e sanguinário. Já tinha matado quatro feras na prisão, entendes? A inimizade entre eles pintou quando Gregório transou com um tal de Rui, que era amante do criminoso. Mandaram Feliciano pra Ilha Grande. Ele não gostou, não queria curtir longe de sua "garota". Achou que foi o seu inimigo que trampeou a remoção. Feliciano veio ao Rio para ser sumariado no Fórum. Soube que o Rui tava assuntando com o Gregório. Resolveu se vingar. O chefe do almoxarifado, Gregório, tinha uma banca de jornais. Certo dia tava encostado nela, transando distraído uma pilha de papéis. Feliciano não deu nenhuma chance de defesa. Atacou com um ferro a barriga do outro. As tripas pularam pra fora. Gregório foi levado pro Pronto Socorro, fechou lá. Esta morte revoltou a penitenciária. Todo mundo gostava do Gregório. A rapaziada da pesada ficou bronqueada com o matador. Mas ninguém teve peito de enfrentar ele. Feliciano era lenha braba na cadeia, né?

Belinha, a filha do anjo

A filha de Gregório Fortunato, vive há 20 anos em São Borja. Jurema Fortunato, Belinha, aos 39 anos, é manicure, casada desde 62, com Jaci, ex-membro da guarda pessoal de Getúlio, com quem flertava nos tempos do Palácio, guarda apenas as boas recordações do Bairro Flamengo, onde morava com sua mãe Juraci e seu irmão Adalberto.

No apartamento Gregório nunca dormia. "Era superdedicado ao Getúlio". Raramente almoçava com a família e, de vez em quando, passava umas horas da tarde em casa. Momentos que aproveitava para escutar um bom tango e se interessar "pelos problemas da meninazinha". Em política não falava com a filha, mas gostava de vê-la zangada ou, no Palácio, "pedindo uma graninha".

Com 16 anos, em 1954, percebia que algo não andava bem porque o pai não aparecia, não ia ao Maracanã torcer pelo Botafogo e mostrava sinais de problemas no coração. Ao saber de sua prisão, ficou "traumatizada porque ele era carinhoso" com ela. Tendo "certeza absoluta" de sua absolvição, ficou até Gregório ser julgado em 57. Abalada com a notícia da condenação, trazida por Adalberto, único familiar presente ao julgamento, voltou "doente" a São Borja.

Mãe de três filhas: Nádia de oito anos, Jucilene de 11 e Lorena de 13 anos, Belinha fica "furiosa" quando insinuam que ficaram "arquimilionários". Diz: "Pois tu está vendo os milhões. O que eu tenho é essas três filhas. E um terreno no nome do irmão (que vive no Rio aos 41 anos).

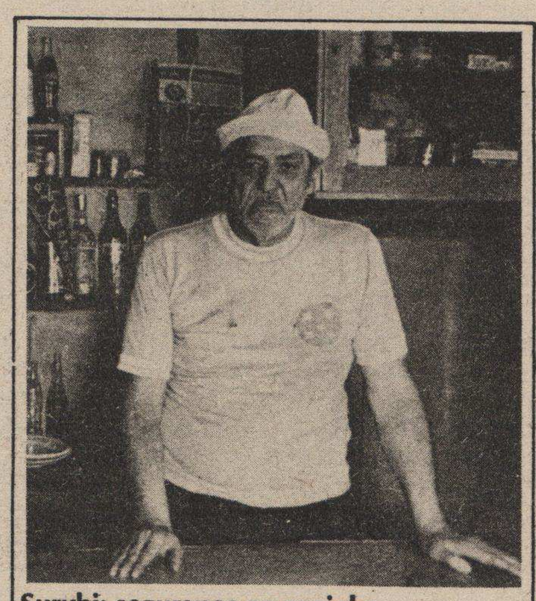
Quando afirmam que seu pai foi o responsável pelo suicídio de Vargas retruca: "Era um homem mesmo, que pelo Getúlio daria a vida. Era amigo dele para abandonar praticamente a família, vivendo mais para o Presidente. Assim como disseram um dia: Um cão fiel'. É, meu pai foi o cão fiel, sim!"

Vargas temia que botassem veneno na comida

"Surubi, quando é que vai me fazer aquele churrasquinho de ovelha?" Eurípedes Blandiet, o *Surubi* — nome de peixe dos rios da Fronteira — cada vez que Getúlio saía ao jardim do Palácio, no Rio, e sentia o cheiro dos churrascos da guarda, ouvia essa pergunta. Carne de ovelha assada era um dos pratos preferidos de Getúlio, que também gostava de "um creme ou sopa gaúcha, *puchero*, ou uma lingüicinha com farofa".

Em 1939, com 22 anos, Surubi chefiava a cozinha de um hotel em Uruguaiana. Levado a São Borja para preparar um jantar na casa de Gregório Fortunato, acabou convidado para servir o Presidente. "Vai que servirá para o futuro", lhe disse Manoel Paim Aires, o ecônomo do hotel, quando viu que Surubi hesitava.

Primeiro, Surubi foi cozinheiro em duas fazendas de Getúlio. No último governo do patrão ele estava no Rio, como uma das duas pessoas — a outra era um garçom chamado *Guabiju* — de confiança que serviam Vargas. Somente os dois tinham acesso ao refrigerador e eram a garantia de que o Presidente não seria envenenado.



Surubi: segurança na cozinha

Luiz Abreu

Em 54, Surubi voltou a São Borja de carona num caminhão, depois da morte do chefe. Com algum dinheiro que tinha tentou trabalhar com bar e restaurante. Hoje ele tem o Bar Saramandaia, em meio às 15 "casas da zona" de São Borja. Seu último orgulho é Getúlio, 20 anos, um dos oito filhos, que "está alistado para prestar o serviço militar".

COOJORNAL

também à venda nas principais bancas e livrarias de

BRASÍLIA
SALVADOR
NATAL

"Hoje? Nem meu pai entenderia"

Alzira Vargas do Amaral Peixoto, 62 anos, filha, secretária e conselheira de Getúlio Vargas, autora de um livro "Getúlio, Meu Pai". Atualmente preside a Fundação Darci Vargas, que funciona no bairro da Saúde um dos poucos em que ainda sobrevivem sinais do Rio antigo. Fumando sem parar (Continental sem filtro), falou durante uma hora, sobre seu pai ao repórter Riomar Trindade:

Coojornal — Dona Alzira, o getulismo morreu?

Alzira — Infelizmente, ou felizmente, o getulismo do ponto de vista pessoal acabou, é claro. Mas não o getulismo como essência política. É preciso lembrar que muita coisa que hoje se faz não teria sido possível se não tivesse havido um 1930, um Getúlio Vargas. Foi ele quem implantou, praticamente, toda a indústria de base no Brasil. Era esse o seu grande programa de governo: energia, alumínio, carvão e álcalis — isso tudo foi iniciado por ele. Mas, como já disse numa entrevista, as pedras fundamentais ficam enterradas, junto com os jornais do dia. As placas comemorativas levam o nome de quem inaugura. Assim, tanto a Companhia Siderúrgica Nacional, que ele começou a implantar, como a Petrobrás e a Álcalis, foram inauguradas por outros. O alumínio, pelo qual ele tanto se bateu — e eu sou testemunha viva disso, porque cifrava e decifrava os telegramas dele para os Estados Unidos — hoje tem uma porção de donos.

Coojornal — Qual o herdeiro político que ele deixou, para continuar empunhando essa bandeira da libertação nacional?

Alzira — O herdeiro dele é o povo. Foi para quem ele deixou a carta-testamento. Eu tive oportunidade de constatar, diversas vezes, que seria um ato de loucura sair batendo de porta em porta para pedir ao povo que me devolvesse uma carta-testamento, que ele legou ao povo e a mais ninguém. "Esse povo de quem fui escravo, nunca mais será escravo de ninguém" — é o povo brasileiro, que é o único e legítimo herdeiro da obra dele.

Coojornal — Então, a senhora não concorda com aqueles que afirmam ter Getúlio tentado fazer Jango o seu herdeiro político?

Alzira — Eu queria bem o Jango, quase como um irmão. Nossos pais eram amigos. Mas dizer que ele fosse o herdeiro político de meu pai, seria avançar um pouco demais. Jango, na verdade, tinha algumas qualidades necessárias para empunhar uma liderança, mas era também um pouco imaturo ainda — imaturidade essa que, talvez, o tenha levado, digamos, ao suicídio político, que foi o que ele fez para não levar o Brasil à guerra interna. De modo que, honestamente, nem meu marido — o senador Amaral Peixoto —, nem eu, nem meus irmãos, nem o Jango, podemos nos considerar herdeiros políticos de Getúlio Vargas. A herança, ele deixou ao povo. E as melhorias que ele introduziu no país foram dirigidas ao povo, que era a sua grande preocupação. Por isso, ele controlava os preços dos gêneros alimentícios e subsidiava o transporte de massa. Hoje, além de impostos, de taxas e sobretaxas, o povo paga tudo isso mais caro. Os preços sobem e ninguém sabe onde vão parar...

Coojornal — Por que a senhora nunca fez política partidária, nunca concorreu a um cargo eletivo? Foi por não se julgar a herdeira política de Getúlio?

Alzira — Não, propriamente não foi por esse motivo que jamais concorri a cargo eletivo. Eu jamais quis assumir mais do que podia. Eu já tinha uma função muito grande junto a ele — e depois, junto ao meu marido — e nunca quis exercer um mandato eletivo. Não porque temesse não ser eleita ou porque temesse não saber exercer o mandato. Não quis e não quero. Herdeira dele, eu sou — sou filha dele, mas herdeira política não me considero, porque Getúlio era como um bloco monolítico, que nem todo mundo junto — eu com todos os meus irmãos, juntando só as qualidades e tirando os defeitos — poderia fazer um Getúlio. Ele era diferente. Há um problema muito sério, por exemplo, que me preocupa muito e às vezes me deixa até perturbada: hoje me pergunto se eu não teria alguma responsabilidade em tudo o que aconteceu. Porque a sensação que nós (descendentes e auxiliares dele) temos é que cada vez que levávamos a ele um problema, esquecíamos de levar também a solução. Com isso, o estávamos angustiando ainda mais, sobrecarregando os problemas que ele já tinha para resolver. Mas o magnetismo pessoal que ele exercia era tão forte que a gente tinha a sensação de que, entregando o problema a ele, o assunto estava acabado, resolvido. Por isso talvez, um pouco de culpa de cada um de nós, nesse particular, exista.

Coojornal — A senhora acha que a carta-testamento, o legado de Getúlio, ainda tem sentido no Brasil de hoje, 13 anos depois da implantação de um novo tipo de governo?

Alzira — Não creio. Pelo menos daquele getulismo, não creio. O mundo todo, e o Brasil sobretudo, está atravessando uma crise muito difícil que eu chamo de "A Era Pós-petróleo" e que nós — digo, a nossa geração — não preparamos suficientemente a geração atual para que pudessem dar o pulo no escuro. É um pulo no escuro. Não sabemos o que há. Outro dia vendo televisão ouvi as declarações dos homens que

Alzira: "O herdeiro dele é o povo"

foram à Lua. Soube que todos eles viraram místicos, abandonaram o Exército, a família e um está louco. De modo que o que vem aí é imprevisível. Tanto no Brasil quanto no resto do mundo. Verificamos que o nosso mundo é uma porcariazinha solta no espaço e que o céu é azul. Azul é a terra. Então o problema não é brasileiro, é mundial. Você me pergunta se há possibilidade do getulismo renascer, eu sei, você quer dizer redemocratização. Aí eu pergunto o que é democracia. Até hoje eu jamais a vi aplicada. Em nenhum país. E todos eles se dizem democratas. Todas estas perguntas também me faço. Por isso não acredito que uma só pessoa, embora saiba que o povo brasileiro está precisando urgentemente de esclarecimentos, mas não vejo, nem mesmo em meu pai, capacidade para compreender o sentido global do problema, que não é brasileiro, é mundial.

Coojornal — O governo de Getúlio deu muita ênfase ao lema "Democracia é o governo do povo, para o povo e pelo povo". A senhora considera isto correto?

Alzira — É um problema muito difícil de entender, porque se você pega um livro de história vai ver o que as crianças aprendem: Getúlio, foi ditador de tanto a tanto, presidente de tanto a tanto e acabou... Então, o que é um ditador? O que é uma ditadura? Ninguém sabe, ou por outra, ninguém define. O que estamos vivendo hoje, aqui, pode ser que eles chamem de democracia também, mas é um apelido como outro qualquer. A Rússia também é uma democracia socialista, os Estados Unidos também são uma democracia. Mas o único país em que vi alguma coisa parecida com democracia, foi um paisinho deste tamanho, a Suíça, onde o povo era chamado a opinar em plebiscito. Não vejo lugar nenhum mais onde exista a democracia pura. Convencionou-se chamar de democracia o que disse Lincoln, num arroubo literário, depois de uma batalha: "Democracia é o governo do povo, para o povo e pelo povo". Mas isto pode ter sido apenas um arroubo literário dele, porque, na essência, existe realmente um tipo de democracia perante a Justiça — todos os homens são iguais perante a lei — mas é só. No mais, manda o dinheiro, como em toda a parte.

Coojornal — O que a senhora acha da política de hoje?

Alzira — Me considero aposentada da política, desde a morte de meu pai. Atualmente, só tomo atitudes políticas esporadicamente, para ajudar algum amigo. Mas, na realidade, não estou por dentro da política. Não está fácil para ninguém. Acredito que, mesmo que o governo tenha boa vontade, está difícil de sair desta. O papel do MDB, como você sabe, está, como se diz no futebol, na marca do pênalti: se correr o bicho pega, se ficar o bicho come. Ou perde o eleitorado ou é todo mundo cassado... Não tem outra alternativa.

Coojornal — A Constituinte seria, então, uma alternativa?

Alzira — Pode ser.

Coojornal — O senador Amaral Peixoto pensa assim?

Alzira — Ele acha que não há outra possibilidade política. Outra saída, uma saída revolucionária, uma revolução? Para quê? Agora, que há uma insatisfação geral muito grande, há. Não só entre a classe mais pobre, como entre a classe média, que também está sendo oprimida, quase chegando ao pauperismo. Só a classe alta. Para essa, pouco importa se os preços subiram, pois ela subiu também. Mas a insatisfação cada vez é maior. Tenho uma teoria, que não foi muito comprovada, mas que advém de alguma experiência, de que o povo com fome não se revolta, não tem forças para se revoltar. Então, será que estão nos reduzindo à inanição?

UMA BOA AULA NÃO DEPENDE SÓ DO PROFESSOR

Uma boa aula depende também de seu interesse e do material que você usa. A Cepal sabe disso, e possui o mais variado estoque de material escolar e de desenho, esportivo, vestuário, livros e um montão de coisas prá quem estuda. E ninguém precisa ser mestre prá saber que a Cepal, têm o melhor preço da cidade.
À Vista ou a prazo, tudo pelo crediário sem igual.
Cepal, tres endereços para melhor servir.

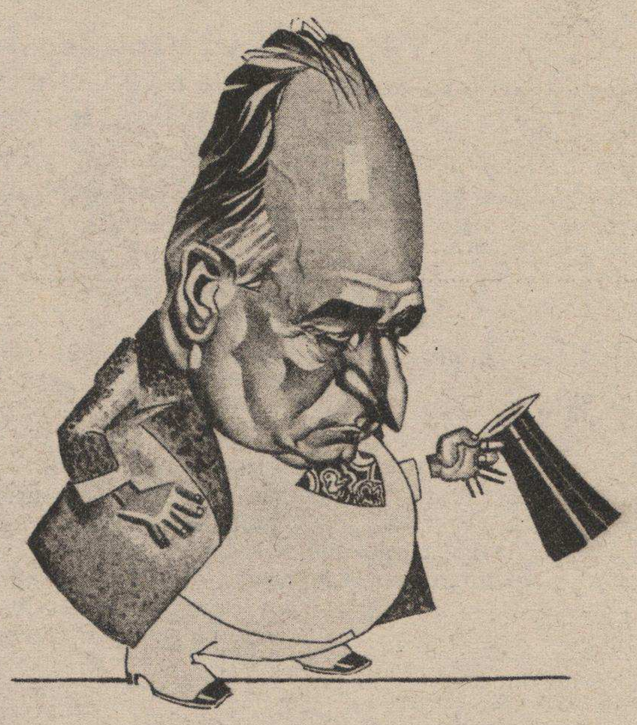
SÓPROPAGANDA

Cepal
COOPERATIVA DOS ESTUDANTES DE PORTO ALEGRE LTDA.
Av. André da Rocha n.º 216
Av. Presidente Roosevelt n.º 1344
Av. Assis Brasil n.º 2642

GETÚLIO VARGAS

"Não foi um, foram vários Vargas"

Como Getúlio pôde permanecer tanto tempo no poder? Como pôde existir um Getúlio conservador, responsável por uma ditadura e um Getúlio democrático que se transforma na maior figura mítica, até hoje, para a massa popular no Brasil? São perguntas que o historiador Boris Fausto procura responder neste depoimento ao repórter Antonio Mafra:



"É muito difícil negar que Getúlio Vargas foi e é a figura mais impressionante da vida política brasileira. Ele atravessa vários momentos do processo político brasileiro tendo, em cada um deles, uma face.

Começa como político, sem grande brilho, ligado à oligarquia do Rio Grande do Sul, em 1920. Tem uma posição bastante conformista, em relação ao poder, durante a República Velha. Nesse período, não passa de uma figura comum. Candidata-se a presidente da República, nas eleições de 1930, com uma atitude até por demais cautelosa. É um dos mais conciliadores dentro da Aliança Libera, com relação ao presidente Washington Luiz.

Chegando ao poder, com a Revolução de 1930, ele revela uma grande capacidade de apreensão do jogo de forças sociais e do estilo político brasileiro. Depois do golpe, alia-se ao Tenentismo. Esta aliança será um instrumento importante do poder, no sentido de, pelo menos, diminuir a força das oligarquias regionais, especialmente de São Paulo e do Nordeste.

Em 1937, Getúlio Vargas transfigura-se. Surge com uma face marcadamente autoritária. No fim do Estado Novo, em 45, apresenta-se com outra face tentando uma aproximação com as massas populares.

O Getúlio do pós-guerra é uma figura que se identifica com o processo democrático e vai culminar num fato raríssimo na História Brasileira, isto é, um homem que leva a sua vida política até as últimas conseqüências, a ponto de chegar ao suicídio.

Apesar de todo o papel importante atribuído a Vargas, é preciso ter cuidado para não mistificar a sua figura. Primeiro, porque ele não era uma espécie de figura milagrosa capaz de permanentemente conciliar interesses até antagônicos das camadas sociais.

Segundo, é preciso desfazer a imagem de um estadista que tem todos os lances nas mãos, pois, por exemplo, nos anos posteriores a 1930 o país atravessava uma situação excepcionalmente caótica. Getúlio se mantém no poder num jogo difícil, no qual, nem sempre, ele se move com segurança.

COMO FOI POSSÍVEL

Sem negar as virtudes pessoais, ele se beneficia, em grande medida, do fato de que o poder central, a União, vai ganhar grande importância nos anos posteriores a 1930. Nesse sentido, se abrem condições sociais e políticas muito favoráveis à emergência de uma figura que tivesse capacidade de ordenar forças no interior do aparelho de Estado, e que soubesse encontrar, ao mesmo tempo, os devidos canais de vinculação, em graus diversos, favoráveis aos diferentes setores da sociedade e das instituições.

Getúlio era capaz de coordenar diferentes forças e diferentes classes; seja um setor da burguesia rural, da burguesia industrial, algum setor da classe média e até certo ponto, a classe operária e a massa popular.

Só dois setores da sociedade estiveram à margem ou em permanente oposição ao fenômeno do getulismo: a grande massa rural, abandonada não só pelo getulismo mas por todos os sistemas políticos até fins dos anos 50, e um pequeno setor da velha oligarquia rural em decadência e sobretudo a classe média mais tradicional, principalmente de São Paulo que, muitas vezes, por razões ideológicas, culturais, e não propriamente materiais, foi sempre a grande força oposicionista à figura de Getúlio e ao que ele representava.

A DITADURA

Getúlio Vargas, em 1937, atende a uma aspiração muito forte das Forças Armadas, no sentido de implementar uma ordem autoritária que não se confundisse com a ordem fascista pretendida por Plínio Salgado.

No plano dos interesses econômicos, pode-se dizer que todos os setores da classe dominante vêem com bons olhos o advento do Estado Novo, pois, com o novo regime elimina-se o que, na época, parece perigoso para a estabilidade social: o jogo democrático.

Obviamente, a tentativa de insurreição comunista de 1935 contribuiu para incrementar esses temores e para a criação e surgimento de uma grande irracionalidade no cenário político. Só uma certa parcela do operariado organizado e a grande maioria dos intelectuais, artistas e jornalistas, apresentavam-se efetivamente contrários à implantação do Estado Novo.

Um fenômeno importante no curso do Estado Novo é a gestação do populismo. O Estado aparece como representante da nação, vinculando interesses sociais diversos.

A 1ª QUEDA

A queda de Getúlio ocorreu por várias razões. Primeiro: o projeto populista ainda não estava suficientemente amadurecido e é visto com extremas reticências, sobretudo pelo setor das Forças Armadas que havia apoiado Getúlio. Segundo: não se pode esquecer que a reivindicação democrática tornava-se uma atitude com muita ressonância no Brasil do fim da guerra e em todo o mundo. Nesse sentido, havia uma incompatibilização: o Estado Novo significava, entre outras coisas, censura, prisões, torturas. A negação de todo tipo de liberdade.

Existiam forças bem contraditórias que contribuíram para a queda de Getúlio Vargas. De um lado, elementos das Forças Armadas para os quais o início do populismo aparece como um jogo perigoso; de outro lado, grupos sociais que ansiavam, com a queda de Getúlio, o advento da democracia e o fim do regime autoritário, embora esses adversários tivessem concepções e objetivos bem variados a respeito do que fosse democracia.

A VOLTA

A volta de Getúlio, em 1950, se dá em condições bem diferentes no país. O populismo já tem um maior amadurecimento. Há um fortalecimento da burguesia industrial de tal forma que a ampliação do pacto social, com o apoio das Forças Armadas, já era bastante possível naqueles anos.

A vitória de Getúlio era quase unânime e vinha roubar, de seus adversários, no plano do jogo democrático, a sua única carta: apresentarem-se como democratas contra Vargas, um antidemocrático.

O fato de Vargas ter amplo apoio social e popular, faz com que ele se apresente como um estadista que aposta no jogo democrático enquanto seus adversários são levados a negar a democracia e, através de expedientes jurídicos duvidosos, tentar impedir a sua posse.

Como se explica a queda de um estadista que tinha amplo apoio popular? Em alguma medida, o movimento pela renúncia de Getúlio Vargas e o suicídio, préfiguraram uma situação que vai se concretizar, inteiramente, 10 anos mais tarde: 1964.

De um lado, uma situação econômica difícil que leva, pelo menos, a divergências entre setores econômicos e conservadores e o governo central. Há, ainda, a cristalização de um setor das Forças Armadas que se opõe à retomada do projeto populista de Vargas, no sentido de maior aproximação com o operariado organizado.

Exemplo disso, foi a oposição militar ao aumento de 100% do salário mínimo. Por outro lado, há o problema que havia traços visíveis de corrupções e favorecimentos dentro do governo que mobilizou grande parte da classe média e alguns setores estudantis.

O ÚLTIMO LANCE

Pode-se dizer que o último grande lance político de Vargas foi o suicídio. Graças a este ato, o populismo e também o sistema democrático, de alguma maneira nele contido, tiveram uma sobrevida. Uma das demonstrações mais eloqüentes disso é o relato feito por Carlos Lacerda no seu depoimento ao jornal Estado de S. Paulo. Lacerda conta como foi recebida a notícia da morte de Getúlio. Enquanto ele festejava com um grupo da UDN a renúncia de Vargas, ao chegar a notícia, alguém diz, com muita razão, alguma coisa assim: 'Estávamos no meio da festa e puxaram a toalha da mesa'."

BÓRIS FAUSTO é livre-docente da Universidade de São Paulo, depois de ter sido professor visitante da Universidade de Oxford, Inglaterra. Escreveu: A Revolução de 1930 (primeira edição em 1968), Pequenos Ensaios da História da República (primeira edição 1972) e Trabalho Urbano e Conflito Social (1977).

Mergulhado em grossos volumes da seção de periódicos da Biblioteca Nacional, no Rio, Edgar Carone, um dos mais respeitados historiadores do Brasil Contemporâneo e autor de quatro livros sobre o período Vargas, falou da personalidade política do ex-presidente ao repórter Fernando Pereira:

—Falar em Getúlio Vargas é um erro. Deviam falar em getúlios. O homem em determinadas épocas históricas. Isto não significa que houve qualquer incoerência em seu comportamento, mas simplesmente atitudes diferentes em momentos históricos diferentes. Mais claramente: é preferível falar em atitudes que caracterizam as posições de Getúlio Vargas e mudanças históricas. Existe sempre uma relação entre esses dois fatores e é preciso procurar a relação que existe entre as atitudes de Getúlio nos diversos períodos históricos e a sua coerência pessoal.

—Minha pesquisa não tem muito de emocionalismo porque praticamente não vivi o período getulista. Somente no final de seu governo, de 1945 a 47, tive uma certa atividade política, dentro do Partido Socialista, quando pude vivenciar o que era Vargas. Hoje, por falta de tempo e recursos, limito minhas pesquisas aos documentos, mantendo poucas entrevistas com pessoas que participaram do seu governo. É uma forma distanciada de interpretar um período histórico recente, mas que se distancia igualmente dos emocionalismos que poderiam deturpar uma interpretação.

—Se formos examinar as atitudes políticas de Getúlio de 1930 a 45, veremos que sua ação sempre se caracterizou por atitudes de conciliação, na medida em que houvesse pressões. Ao mesmo tempo, a sua política sempre foi de procurar reforçar autoritariamente o seu poder. Daí, o estrangulamento progressivo, que vai se dar no período de 30 a 35, até que, finalmente, o Estado Novo vai representar o estágio ideal do seu governo, segundo ele próprio confessava em seus discursos .

Carone faz uma distinção muito grande entre o autoritarismo de Vargas e o de outros governos, ressaltando que, economicamente, o fortalecimento do regime se converteu numa arma contra a penetração do capital estrangeiro, apesar de conservar os mesmos métodos arbitrários de pacificação política.

—O autoritarismo é uma das constantes da política de Getúlio Vargas durante o período 30/45. No mesmo tempo que ele procurava um reforço com uma política autoritária, ele sempre soube equilibrar as reivindicações das diversas classes e grupos. O equilíbrio hegemônico de grupos e classes representou uma constante da política getulista. Quem fala em equilíbrio hegemônico, fala também em concessões, mesmo que elas sempre tendam a favor das classes dirigentes.

Perguntado sobre se reconhecia alguma ligação entre a situação política atual que o país atravessa e os períodos autoritários de Getúlio, entre 1930 e 45, Carone foi muito claro:

— Há diferenças e semelhanças gritantes. Getúlio era autoritário, beneficiava grandemente as classes abastadas e tinha traços antidemocráticos. No entanto, era, em grande parte, voltado para os interesses nacionais. Apesar de seu limite, o nacionalismo e o estatismo do Estado Novo foram fundamentais para a afirmação do Brasil como país em vias de se tornar autônomo. O golpe de 1964 é desnacionalizante e torna o país cada vez mais dependente do estrangeiro. Quando falo em desnacionalização e entreguismo, falo no problema das remessas de lucros, contratos de risco e nas diversas medidas que favorecem a entrada de capitais externos. Ao mesmo tempo podemos encontrar semelhanças entre o Estado Novo e o atual, como a "modernização" do processo de repressão, as prisões arbitrárias, o reforço exagerado dos órgãos de segurança e o maciço serviço de coerção montado sobre o povo através da intensa propaganda oficial e da censura generalizada.

No momento, Edgar Carone prepara mais dois volumes, abrangendo o período que vai de 1945 a 64. Seus livros já publicados são: A República Nova **e** A Segunda República **(um com a análise outro com documentos do período 1930/37) e** O Estado Novo e a Terceira República **(análise e documentos do período de 37 a 45).**

A questão estudantil

Por Marcelo Lopes

O que acontecerá nas universidades brasileiras no segundo semestre? "Depende", diz um estudante paulista, acrescentando: "Depende dos estudantes, das autoridades, do custo de vida, do amadurecimento dos políticos... de todo mundo, né?" Realmente, entre a idéia de um estudante mineiro de que "o movimento estudantil já cumpriu seu papel e continuar seria enfrentar a repressão de forma isolada" e a previsão de que "vem mais coisa pela frente, pois o primeiro semestre foi só o começo", feita por um carioca cabem todas as expectativas.

Com a volta às salas de aula depois de um julho de férias, os estudantes voltam a enfrentar os mesmos problemas que os fizeram voltar às ruas depois de nove anos de pouca atividade. Na verdade, eles não chegaram propriamente a entrar em férias.

No Rio, por exemplo, distribuíram "comunicados ao povo", na última semana de junho, anunciando uma extensa programação de debates, mesas-redondas e peças de teatro que foi cumprida no último mês.

Já em Brasília o mês de julho foi dos mais agitados apesar dos estudantes estarem em greve e o reitor ter determinado um recesso da Universidade. O resultado de tanta paralisação foram 30 expulsões, 34 suspensões, 14 prisões, mais de 300 detenções e o enquadramento de 28 pessoas na Lei de Segurança Nacional.

Em Belo Horizonte assembléias discutiram quais atitudes deveriam ser tomadas para defender os 56 colegas que foram responsabilizados por tentarem realizar o III Encontro Nacional de Estudantes na capital mineira, a maior de todas as manifestações do primeiro semestre.

Fotos de Eneida Serrano e Luís Abreu

1

OS ESTUDANTES NO BRASIL SÃO UMA ESPÉCIE DE TERMÔMETRO DA TENSÃO SOCIAL. ELES SÓ SE MOVIMENTARAM PRIMEIRO QUE OUTROS SETORES PORQUE ESTÃO MAIS ORGANIZADOS E NÃO TÊM A MESMA REPRESSÃO. ISTO PORQUE O GOVERNO SABE MUITO BEM QUE OS ESTUDANTES SOZINHOS NÃO VÃO MUDAR AS COISAS (de um líder estudantil gaúcho).

A volta dos estudantes às ruas não é um fenômeno isolado, segundo explica o sociólogo Florestan Fernandes (leia entrevista nas páginas seguintes). Talvez por isto eles foram recebidos com certa simpatia e nostalgia pelos mais velhos, apesar da bagunça que fizeram no trânsito de algumas das maiores cidades do país.

Na opinião de um dirigente do Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, as mobilizações do primeiro semestre aconteceram "porque uma proposta mobilizatória conquistou a hegemonia do movimento. A hora é deles, da luta contra a carestia e pelas liberdades democráticas".

"O problema aqui dentro é o mesmo lá de fora", explica um estudante de Jornalismo preso em Belo Horizonte durante o III ENE. Com o que concorda um estudante da Universidade de Campinas: "O momento nacional é de crise econômica e a necessidade que as pessoas sentem de se organizarem para discutir seus problemas é respondida com doses cada vez maiores de repressão. Esse estado de insatisfação se manifesta também em outros setores, como na depredação de trens ou nas filas do INPS e do feijão. E agora ela começa a se expressar, mesmo que escondidinha, nos jornais".

A situação mais difícil é a da Universidade Nacional de Brasília, quase 15 mil alunos, onde continuam a greve e a ação policial. "O grande problema da UnB — explica um de seus freqüentadores — é que não existem lideranças individuais, o que é um realimentador de crises, pois o reitor provoca novas reações a cada nova punição dos que ele entende serem os líderes do movimento".

Além disso a proximidade do Palácio do Planalto e do Congresso dá outras conotações, não faltando observadores que a relacionam com o processo sucessório. O que transforma o movimento estudantil numa peça importante de um fantástico jogo de xadrez. "E o pior é que não existe possibilidade de diálogo produtivo entre estudantes e autoridades", diz outro estudante da UnB.

2

FIQUEM JUNTOS. DÊEM AS MÃOS. NADA DE GRITARIA. SE ELES COMEÇAREM A BATER, CANTEM (de um líder estudantil sentado no pátio do Diretório de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, 4 de junho, 13h5min).

Em São Paulo, ao contrário do que aconteceu na maioria das cidades, o chamado movimento estudantil nunca deixou de ser uma força política considerável. Em 1977 ele começou a se mobilizar a partir do corte de verbas para a Universidade de São Paulo, determinado pelo governo do estado. Em pouco tempo, no entanto, transpôs estes limites, passando a ser um protesto contra os modelos econômico e político nacionais.

Em abril cerca de três mil universitários fizeram uma marcha silenciosa e sem represálias desde o campus do Butantã até o bairro de Pinheiros, com faixas contra a carestia. Mas seria no dia 5 de maio que o movimento atingiria o seu máximo, quando de 10 a 15 mil estudantes, dependendo da versão, concentraram-se no largo de São Francisco, defronte à Faculdade de Direito da USP, provocando a mobilização de um esquema policial que, junto com a concentração, praticamente paralisou o trânsito da maior cidade do país.

No Rio aconteceram dois atos públicos com a presença de aproximadamente sete mil pessoas em cada um. O último, marcado para a frente da Assembléia Legislativa, não teve o apoio da bancada majoritária do MDB carioca, que tentou cancelar uma sessão ordinária no mesmo dia e, não conseguindo, tratou de realizar a sessão a portas fechadas, para evitar que algum jovem eleitor mais atrevido pudesse entrar no plenário.

Mas uma das mais inteligentes criações deste semestre foram os teatros de resistência na Universidade Fluminense. Eram peças encenadas coletivamente e que tratavam de problemas estudantis.

Foram apresentadas "O Convite" sobre as intimações recebidas por estudantes para comparecerem na polícia e "Desencontro Estudantil" com as peripécias do III Encontro Nacional, que deveria se realizar em Belo Horizonte. Na peça um cientista alemão que trabalha no projeto de implantação das Usinas Nucleares é preso por engano e resolve sair do país, "por ser incapaz de compreender a relatividade da democracia brasileira".

Na antiga capital federal, onde vive uma população de 100 mil universitários, continuam fechados desde 1968 os diretórios acadêmicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

As entidades que funcionam na Pontifícia Universidade Católica e na Fluminense são invadidas sistematicamente por policiais. Na Cândido Mendes e na Gama Filho, os diretórios não se preocupam com mobilizações.

Em Porto Alegre, as mobilizações não tiveram o mesmo significado do que no resto do país. "O nosso nível de organização é muito baixo e não nos permite grandes arrojos", confessa um líder estudantil da Pontifícia Universidade Católica, 20 mil alunos. As mobilizações começaram na Páscoa para libertar 16 estudantes que haviam sido presos, no que a polícia local chamou de "estouro de um aparelho subversivo"

Somente no dia 19 de maio, denominado nacionalmente de "Dia de Anistia", conseguiram reunir-se dois mil estudantes dentro do campus da UFRGS, e não fora como queriam inicialmente. O desestímulo à concentração na praça Raul Pilla se deveu a um caminhão da polícia de choque e cerca de quinze viaturas que estavam estacionadas nas ruas de acesso ao local.

As mobilizações se sucediam em todo o país e se aproximava o dia 4 de junho quando em Belo Horizonte deveria se realizar o III ENE, reunindo estudantes de todo o país.

Muitos dos que pretendiam participar do encontro não chegaram perto de Belo Horizonte, onde desde o dia 19 de maio os estudantes estavam mobilizados "pelas liberdades democráticas". Eles eram detidos por agentes policiais em rodoviárias, na estrada ou qualquer lugar onde pudessem ser localizados.

Mesmo assim, na manhã de 4 de junho 300 estudantes estavam sitiados por forças policiais no Diretório da Faculdade de Medicina da UFMG. Com a invasão que se sucedeu todos foram presos e fichados, enquanto outros grupos realizavam uma passeata de protesto no centro da capital mineira.

Daí em diante a grande estrela passou a ser a Universidade Nacional de Brasília. Lá a "reestruturação do movimento estudantil começou com a criação do Conselho Provisório de Representação em 1974. Dois anos depois os estudantes estavam conscientes que precisavam ter um Diretório Universitário que os representasse"

Em maio de 76 se apresentaram duas chapas para concorrer à direção do DU: Unidade e Oficina, pedindo a melhoria do nível de ensino, fim do jubilamento (lei segundo a qual um aluno não pode rodar duas vezes na mesma cadeira), liberdades democráticas e outros problemas específicos da UnB. Por entender ter havido irregularidades na campanha, o reitor José Carlos de Azevedo, PhD em Física e capitão-de-mar-e-guerra da reserva naval, suspendeu as eleições e instaurou uma comissão de inquérito.

O resultado foi a expulsão de sete alunos e a suspensão de outros 12 por períodos que variavam de 30 a 90 dias. Em novembro do mesmo ano nova tentativa de realizar as eleições não teve outro resultado senão a fixação de novas taxas burocráticas, quando a segunda via de um diploma passou a custar Cr$ 5 mil.

Em maio de 1977 novas chapas e candidatos se submeteram à aprovação da reitoria e no dia 19 realizou-se um ato público no campus. Dias depois, 16 responsáveis pela organização da mobilização, segundo o reitor, foram ameaçados de punição. Reunidos em Assembléia, os estudantes brasilienses decidiram ir à greve, que começou no dia 31 de maio.

Duas semanas depois a reitoria decretou três dias de recesso da Universidade, coincidentemente nos mesmos dias de permanência de Rosallyn Carter no Brasil.

As divergências entre o reitor e os estudantes da UnB continuaram evoluindo. A polícia ocupou o campus no final de junho. A revisão das punições a estudantes não foi aceita pelo reitor apesar dos votos favoráveis do vice-reitor e do chefe do Instituto de Arquitetura e Urbanismo. Mais seis foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, com 30 dias de detenção.

Dois deles foram retirados do interior do carro de um advogado que integrava a comissão da OAB, encarregada de prestar assistência jurídica aos universitários.

Realizou-se então a maior assembléia já feita na UnB nos últimos anos, sucedendo-se monotonamente mais uma comissão de inquérito e o recesso de 32 dias. Durante o recesso mais 30 expulsos e 34 suspensos e o lance mais inesperado: uma missa em ação de graças com a presença de três mil estudantes e familiares.

No reinício das aulas um grupo de alunos da UnB, contrário à greve, entrou com mandado de segurança, "legítima manifestação na defesa do direito de estudar em paz", pedindo garantias para ingressar nas salas de aula. José Carlos de Azevedo, o reitor, não pensou duas vezes e para garantir o mandado solicitou nova intervenção policial no campus.

No dia 2 de agosto mais seis prisões e a proibição de uma concentração de pais de alunos no campus da UnB, marcada para o dia seguinte.

3

HOJE O CENTRO DE TODA A NOSSA LUTA SÃO AS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS, MAS TEMOS QUE DEFINIR O QUE ENTENDEMOS POR LIBERDADES DEMOCRÁTICAS, JÁ QUE TODO MUNDO ESTÁ NESSA (de um líder estudantil gaúcho).

Para um militante político estudantil de 1968, hoje professor secundário, não existe surpresa nenhuma na volta dos estudantes às ruas: "O processo de formação política continuou entre 68 e 77, mesmo sem ser capa da Veja. Foi um trabalho de formiguinha desenvolvido ao longo destes anos. No fim de 1975 a morte do jornalista Vladimir Herzog provocou uma mudança qualitativa na atuação dos estudantes. Os encontros estudantis por áreas (especial-

Trabalharam nesta matéria: Eliane Catanhede (Brasília); Gleizer Naves (Belo Horizonte); Gomes da Silva, Ricardo Carvalho, Denise Alves e Augusto Nunes (São Paulo); Gilberto Pauletti (Rio de Janeiro).

mente de economia, engenharia e administração) deixaram de ter caráter meramente profissional, assumindo um papel mais político. Some-se a isto a vitória do MDB em 74, as reuniões da SBPC e a conjuntura externa. Os estudantes têm ainda a seu favor um mínimo de autonomia, o que não acontece com os sindicatos de trabalhadores que hoje estão,em sua maioria, na mão de pelegos".

Este tipo de atuação não é nova para os estudantes. Tradicionalmente eles têm assumido papel importante nas lutas sociais. No Brasil estiveram presentes nas campanhas da abolição da escravatura, proclamação da República, redemocratização em 46 e criação da Petrobrás em 54.

De forma geral este papel renovador dos estudantes tem influenciado a evolução dos acontecimentos nos países subdesenvolvidos, como no México em 1910 ou na luta de resistência contra o colonialismo na África. Mas em alguns países mais desenvolvidos, especialmente França e Itália, o chamado movimento estudantil tem se caracterizado como um fenômeno ainda mais profundo, com uma dinâmica própria. Em todos os casos ele tende a convergir para a luta das classes que não participam do poder, quase sempre se revestindo de caráter democrático, e, muitas vezes, caindo na provocação ou na disposição voluntarista e romântica.

Mas afinal o que eles querem hoje? A resposta a esta pergunta não parece difícil, "desde que se compreenda que o movimento estudantil sempre reproduz as relações existentes no resto da sociedade", segundo Florestan Fernandes. Nesta medida encerram duas facções opostas: os que estão satisfeitos com a situação e os de oposição ou renovadores.

"É preciso defender o que existe e mantê-lo como está ou com pequenas alterações que não mexam na estrutura", dizem os "satisfeitos" que não tiveram qualquer participação nas mobilizações e até a repudiaram, como foi visto no mural da Faculdade de Economia da UFRGS, onde estavam afixados e sublinhados em suas partes principais alguns dos editoriais do Jornal do Brasil criticando a "agitação estudantil".

Mesmo desempenhando o papel principal em todas as movimentações, a palavra de ordem "pelas liberdades democráticas" é interpretada de diversos modos pelos grupos renovadores, o que demonstra as grandes diferenças entre estes.

"Aí a situação não é tão tranqüila — continua o estudante paulista — pois ao proporem teses hipotéticas sobre como deveriam ser a universidade e a sociedade, eles criam um amplo espaço para o debate e as divergências sobre teses não praticadas".

Um futuro engenheiro gaúcho acha que "a liberdade é a questão fundamental que congrega amplos setores. E dela vai decorrer um reordenamento nacional, através de uma Constituinte. Mas esta só será válida se precedida de uma anistia a todos os presos e exilados que garanta a todos o direito de participarem de eleições livres e diretas".

Na Unicamp, Campinas, um líder estudantil diz que a luta é pela democracia, mas faz questão de explicar o "que queremos com isto. É onde não existe exploração econômica. A liberdade em si não significa uma transformação da sociedade. É preciso evitar qualquer tipo de desvio do tipo Constituinte".

Já no programa da chapa Perspectiva, vencedora das últimas eleições na UFRGS, as liberdades democráticas são "o centro de toda a luta, porque a c'asse operária é a única capaz de sustentar um regime democrático hoje em dia. A burguesia em sua busca por taxas de lucros cada vez maiores já não pode sustentar a democracia e até não quer mais coisas que já concedeu no passado, como direito de greve e salários razoáveis."

Na opinião de um líder estudantil estas divergências refletem os diversos setores que compõem o setor renovador: "socialistas, populistas e reformistas". Já um futuro médico de Belo Horizonte acha que esta divisão é entre "socialistas, sociais-democratas e nacionalistas", e certamente muitas outras divisões podem ser encontradas.

Pessoas rotuladas como "de livre trânsito na área oficial" admitem que o comportamento dos estudantes no segundo semestre terá papel decisivo nas reformas que "fatalmente" ocorrerão no país.

4

O ESTUDANTE COMEÇA A TER CLARO OS LIMITES DO SISTEMA DE ENSINO, CADA VEZ MAIS PAGO E ELITIZADO. E NA MÍNIMA LUTA QUE LEVA, SENTE QUE AS QUESTÕES SÃO MAIS GERAIS E QUE O REGIME ATINGE IGUALMENTE A UNIVERSIDADE E A SOCIEDADE: AÍ ELE ABANDONA AS REIVINDICAÇÕES ESPECIFICAMENTE ESTUDANTIS. A CONDIÇÃO DE CIDADÃO SUPERA A DE ESTUDANTE (de um líder estudantil mineiro).

Sentado sob um cartaz anunciando a realização do III Encontro Nacional um estudante mineiro fala sobre as diferenças entre as atuais mobilizações e as de 68, enquanto seus colegas discutem como defender os 56 colegas enquadrados na Lei de Segurança Nacional, em inquérito que está correndo no DOPS local: "O que existe é um amadurecimento de toda a sociedade e não só do movimento estudantil. Acabou-se o sectarismo de 68, mudaram as palavras de ordem incompreensíveis para a população em geral, como: imperialismo ianque, capitalismo monopolista e guerra de libertação. As correntes existem mas não impõem comportamentos, se abandonou aquela idéia mineira de que uma assembléia só deve ser convocada quando tudo já está decidido. Existem correntes mas as decisões são independentes".

Talvez por isto os estudantes paulistas tenham sido aplaudidos e homenageados com papéis picados jogados de sacadas e das calçadas quando de suas passeatas.

Para um líder carioca de 1977, "as lideranças do tipo Vladimir, Travassos e Dirceu * não existem mais. A repressão exige lideranças coletivas e sempre através de entidades oficiais. Além disso, a atual geração não teve atuação no secundário e as pessoas só se conheceram há pouco tempo na Universidade, não houve tempo para se adquirir a confiança necessária". Os dirigentes sempre falam em nome de entidades. As manifestações do Rio, por exemplo, foram todas organizadas pelo Comitê 1º de Maio pela Anistia.

E sempre foi evitada a possibilidade de surgirem propostas isoladas. "Temos muitos provocadores infiltrados",explica um futuro médico.

Mesmo tendo perdido sua posição privilegiada no movimento, os estudantes de Ciências Sociais (pesquisas feitas em 68 provavam que 75% dos estudantes mobilizados eram de Ciências Sociais) continuam desempenhando um papel importante.

Um dirigente do Diretório Acadêmico dos Institutos Unificados da UFRGS acha que as palavras de ordem especificamente estudantis, como melhoria do nível de ensino, estágio, novos currículos e colocação no mercado de trabalho foram abandonadas, "porque os problemas do país estão entrando pela nossa garganta. É preciso entender que os estudantes ainda não estão ligados ao processo produtivo e portanto disponíveis politicamente. Então as lutas estudantis perdem sua importância".

Um velho líder de 68 lembra que "hoje tudo mudou, porque as medidas do governo têm atingido muito a classe média urbana e, por conseqüência, os estudantes, então eles se voltam para as reivindicações mais populares e falam em carestia, desemprego e salários baixos".

Apesar de significativas, as mobilizações do primeiro semestre não podem ser comparadas com as de 68, quando os estudantes respondiam à ação policial com bolinhas de gude e pauladas.

Hoje a disposição é bem diferente, não existem formas de responder à agressão, mas sim de enfrentá-la pacificamente.

"Os estudantes atualmente têm uma visão mais clara de seu papel junto às massas. Estão cientes dos erros de 68, quando o movimento se isolou da população e depois os próprios líderes se isolaram da massa estudantil. Eles achavam que podiam levar os outros setores a reboque", diz um líder da Universidade Fluminense.

Completado pelo raciocínio de outro estudante da UFRGS de que "em 68 a referência era o pré-64. Ou seja,a pequena-burguesia se sentia traída, porque havia apostado no movimento de 64. Hoje a crise é do modelo, não se pede a volta de nada, mas a superação da estrutura econômica vigente".

"Hoje se sabe que não havia uma imposição imperialista na época, mas uma associação em que a burguesia brasileira aceitou o papel de sócia menor do capitalismo internacional, sem autonomia, mas usufruindo os lucros e os belos salários das multinacionais."

Mesmo assim a chamada luta antiimperialista continua sendo importante, "não na concepção da burguesia, mas num sentido de transformação das estruturas, como no Peru".

Sempre comparando com 68, um líder da UFRGS lembra vagamente que naquela época um "tal de Vladimir" era muito "badalado. Hoje é diferente, tanto que estes dias o José Bonifácio reclamou que em 68 ele recebia os líderes em seu gabinete, mas hoje não sabe com quem falar. Chamou o movimento atual de idiota".

A preocupação de despersonalizar chega a ser uma fobia. A tarefa do repórter, por exemplo, fica muito difícil. Ninguém quer dar nomes, "bota aí que é a posição da direção", ou então a resposta é precedida de uma conferência entre dois ou três sobre o "que é interessante a gente botar no jornal."

Outro dado que contribui é o esvaziamento das entidades principais, especialmente as dos centros das faculdades de Ciências Sociais, que foram divididos em vários centrinhos de História, Jornalismo, Letras, Matemática, Física, Química, Geografia, etc... "O presidente de um diretório destes era um verdadeiro reitor estudantil, tanto que me lembro que havia uma coluna no jornal da época que se chamava a *Palavra do André*", diz um velho líder (N.R. André Forster, presidente do Diretório Acadêmico de Filosofia da UFRGS).

No início da década de 60 os estudantes pareciam se mover a partir das repercussões da virada socialista em Cuba, que teve como conseqüência o aumento do intervencionismo norte-americano no continente. Sob a influência do pensamento de Herbert Marcuse, que chegava a ver o surgimento de um novo tipo de proletariado no crescimento da população estudantil.

Com o chamado "maio francês" em 1968, quando os estudantes franceses revoltados chegaram a desafiar o poder gaullista, o movimento atingiu seu ponto máximo em todo o mundo e no Brasil.

Esta ofensiva foi detida por atos excepcionais do governo, instalou-se o AI-5, que na universidade correspondeu à implantação dos decretos-leis 228 e 477, que previam eleições indiretas para escolha dos representantes estudantis e o afastamento dos "indesejados" das universidades brasileiras por três anos.

Desde esta época o movimento "se voltou para dentro de si mesmo", à exceção de uma ou de outra manifestação vigorosamente reprimida. Os estudantes renovavam seus projetos políticos na certeza de que os anteriores estavam esgotados e não levariam a nada.

Segundo um dirigente estudantil da UFMG, 18 mil alunos, "este foi o tempo do medo e da alienação, a gente reconhece fácil os caras desta geração. São alienados e têm medo de tudo. Não assinam abaixo-assinado nem em assuntos de seus interesses imediatos. Os jornais estudantis deste período pós-68 falam de curtição, 'underground', música, astral e até fumo, menos de política. A partir de 74 — continua o es-

*** Luís Travassos — presidente da União Nacional de Estudantes (UNE — entidade máxima da representação estudantil no país); José Dirceu, presidente da União Estadual de Estudantes de São Paulo; Vladimir Palmeira, presidente da União Metropolitana de Estudantes do Rio de Janeiro.**

Continental. Som de uma orelha a outra.

Nos 1120, rádio à moda da casa.

tudante mineiro — começa a surgir um pessoal mais politizado, começam as lutas por bibliotecas, pela melhoria do nível de ensino e contra o jubilamento".

"Na UFMG", explica ele, "o amadurecimento do posicionamento político foi facilitado pelo contato entre os que ingressavam na faculdade através de uma olimpíada anual, conhecida como 'calouradas'. Depois começaram a surgir as lutas pelas "liberdades democráticas."

Passada a época da "caça às bruxas", em que foram afastados 253 estudantes das universidades em todo o país, as dificuldades do modelo econômico parecem ter feito ressurgir o debate.

5

BOTA UMA MULHER BOA NA CHAPA, QUE TU GANHA 80% DOS VOTOS NAS ELEIÇÕES DA ENGENHARIA (de um futuro engenheiro gaúcho).

A união dos estudantes, se existiu nos pontos fundamentais nas concentrações do primeiro semestre, não escondeu algumas profundas divergências que existem dentro do movimento.

No Rio Grande do Sul por exemplo, estas diferenças culminaram com a renúncia do presidente do DCE, acusado de "timidez" na liderança das mobilizações. Estas divergências têm muitas causas, que vão desde razões políticas até problemas pessoais ou de mera simpatia.

Um dos exemplos mais evidentes foi o estudante de Jornalismo que, ao ser preso durante o III ENE, gritava para seus colegas que "a ação da repressão caiu mais fortemente sobre nossa posição, isto prova que somos os mais avançados". Uma análise dos programas dos diversos grupos revela uma notável unidade nacional.

Mesmo com nomes diferentes, dependendo do lugar, os grupos defendem idéias semelhantes e as maiores discussões são em torno do caráter e importância das liberdades e o papel da universidade.

Outra característica do movimento é a razoável distância entre o amadurecimento de uma vanguarda e a consciência do grande grupo. Isto tem gerado uma relativa autonomia das mobilizações, que em muitos casos leva ao ultra-esquerdismo ou justifica a tese oficial de que existem minorias infiltradas que manipulam a maioria.

De uma população universitária que beira o milhão de pessoas, apenas 40 mil participaram das mobilizações. "Isto não significa que a maioria esteja contra, o problema é que eles não têm organização e experiência para isto", justifica um velho líder.

Já um **não mobilizado** diz que não gosta de ir "atrás de um cara berrando. Se os estudantes tivessem vontade própria eu também participaria" e um futuro médico acha que "as mobilizações não levaram a nada, nem à discussão dos problemas".

Se Marcuse foi o teórico no passado, hoje parece haver uma grande preocupação de criar linhas próprias de pensamento. "De uma forma geral seguimos as grandes linhas do pensamento latino-americano, fazendo ao mesmo tempo uma crítica veemente ao terrorismo e ao esquerdismo dogmático", explica um aluno da USP.

O autor mais comumente citado é Antonio Gramsci, marxista italiano do início do século, "mas a penetração de Gramsci se dá ao nível da análise da realidade. Ele não é o líder de um movimento, não existem gramscistas, como existiram trotskistas ou maoístas", explica uma estudante de Ciências Sociais da UFRGS.

São muito citados autores nacionais como Paul Singer, Chico de Oliveira, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Paulo Sérgio Pinheiro, Maurício Vinhas, Luís Antônio Cunha e Carlos Henrique Escobar.

6

TEMOS DE NOS ALIAR A TODOS OS SETORES DEMOCRÁTICOS; CNBB, OAB, MDB, SINDICATOS E IMPRENSA, TÁ TODO MUNDO PICHANDO, PÔ (de um estudante de economia da USP).

Na opinião de um dirigente do DCE da UFRGS, os estudantes não estão isolados em sua luta. "A partir da queda do Severo está havendo uma espécie de deslizamento, como em Portugal em 1974", explica o líder gaúcho, que ainda justitica a pouca movimentação em Porto Alegre pela "fragilidade" da classe intelectual gaúcha, "a imprensa, por exemplo, é a mais reacionária do país".

Um estudante paulista reclama que só os jornais falam do assunto. "O rádio e a tevê nem comentam. Eu até acho que os telespectadores brasileiros devem ter estranhado quando o ministro Ney Braga falou na tevê pedindo para os pais conterem seus filhos. Se dependesse da tevê ninguém sabia de nada."

Entre as alianças com outros setores a mais discutida é a com o MDB. O partido oposicionista sempre é olhado com desconfiança. Nas eleições de 1970 e 72 os estudantes anularam seus votos em massa.

Já em 1974 resolveram apoiar genericamente o MDB: "Era preciso derrotar o governo, nem que fosse com o MDB".

Em 76 o apoio evoluiu para apenas os candidatos chamados "autênticos". Na opinião de muitos estudantes, "o MDB cumpre um papel de absorver a potencialidade da mobilização das massas, visando o esvaziamento das tensões". Mais irritada, uma estudante mineira diz que "é um saco de gatos, se a gente pede apoio eles ficam indecisos". Mas existem opiniões mais favoráveis, como a de que "querendo ou não é uma força política, capaz de fazer 15 milhões de votos e ter contatos com qualquer cidadezinha do interior. O importante é que sempre tem de ser reavaliado, pois embora cumpra um importante papel de oposição, está amordaçado por lideranças incapazes, que querem apenas um lugar ao sol no sistema".

No Rio o Comitê 1º de Maio estava aberto a todos e dele participaram estudantes, oposições sindicais, famílias de presos políticos e centros de estudos.

Os emedebistas cariocas não são vistos com bons olhos e seu líder Chagas Freitas chega a ser odiado, "principalmente depois que anulou 30 mil filiações de jovens, com medo de perder o poder", explica um aluno da Fluminense.

Já na concentração de 19 de maio em São Paulo, na Faculdade de Medicina da USP, participaram estudantes, deputados emedebistas, operários gráficos e metalúrgicos, mães e secundaristas e até o presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, para incredulidade dos mais velhos, foi citado como "defensor dos direitos humanos e portanto nosso aliado", isto para não se falar na carta entregue a Rosallyn Carter em Brasília.

Os estudantes hoje admitem que são imaturos em termos de formação e informação política. As alianças são aceitas, o que não acontecia em 68, quando o senador Mário Martins, depois cassado, foi vaiado e silenciado ao tentar se declarar solidário com uma assembléia estudantil. Hoje são citados os "autênticos", o cardeal de São Paulo, Dom Evaristo Arns, o jurista Sobral Pinto e até um arenista, o senador Teotônio Vilela.

O que vai acontecer agora "depende". Em Minas e São Paulo a idéia é resolver os problemas criados pelas prisões e inquéritos do primeiro semestre e fortalecer as entidades oficiais.

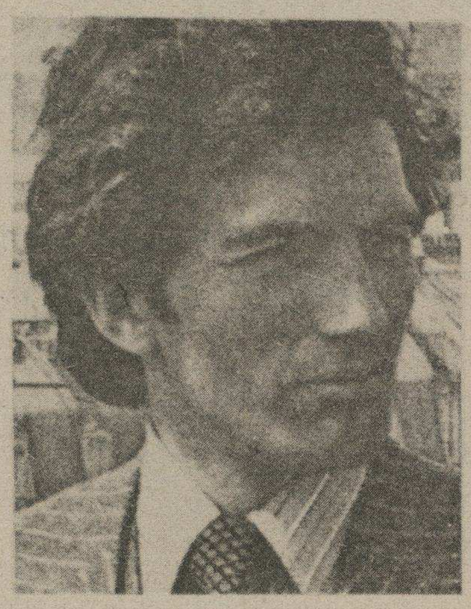
Em Belo Horizonte querem criar uma União Municipal de Estudantes e em São Paulo os DCEs livres querem fundar uma União Estadual dos Estudantes.

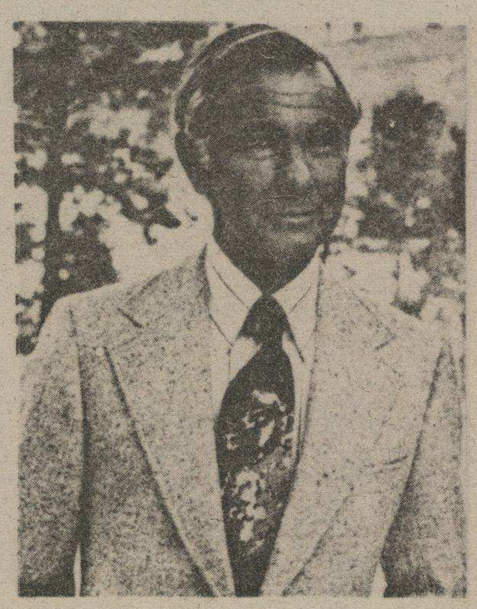
Em Brasília qualquer solução que agrade aos estudantes passa necessariamente pelo afastamento do reitor da UnB, José Carlos de Azevedo. "Ele já foi muito eficiente em termos de segurança. Hoje pelo contrário. Conseguiu unir contra si estudantes, professores, funcionários e os familiares destes. Se o movimento surgiu timidamente e quase sucumbiu às primeiras sete expulsões, hoje cresce proporcionalmente às manifestações de força", explica um dirigente estudantil.

Uma questão delicada que pode ser antecipada será provocada pela conclusão dos estudos feitos pelo MEC para transformação das universidades em autarquias capazes de captar recursos próprios, o que seria feito pela contribuição de empresas e do governo ou pela implantação do ensino pago.

Tradicionalmente os estudantes têm desconfiado de qualquer redução de gastos em educação. Neste ponto, inclusive, existem mais possibilidades de unidade do que em relação a questões como a Constituinte. Mas talvez nada aconteça, pois como diz um estudante gaúcho: "De tempos em tempos a gente se movimenta para ver se os outros estão a fim de mudar as coisas. Depois se volta atrás".

Se o produto ou serviço
que a sua empresa vende
é destinado ao público classe "A",
utilize uma emissora que convive
com a classe "A" nas 24 hs do dia.





A emissora
dos executivos,
profissionais liberais
e mulheres de alto
poder aquisitivo.

RÁDIO UNIVERSAL FM STEREO

REDE RIOGRANDENSE DE EMISSORAS

AQUI VOCÊ COMPRA COOJORNAL

SÃO PAULO
Principais bancas do centro
Universidades
Aeroporto

VITÓRIA
Capolillo Distribuidora
Rua Duque de Caxias, 32
Edifício Nicolla

BELO HORIZONTE
Livraria José Maia Gomes
Livraria Caixa de Música
Principais bancas

RECIFE
Livraria Livro 7
Rua Sete de Setembro, 307

CURITIBA
Principais bancas do centro

FLORIANÓPOLIS E LAJES
Principais bancas do centro

RIO
Principais bancas do centro e bairros

FLORESTAN FERNANDES

"Os estudantes não falam por si mesmos"

Florestan Fernandes, 57 anos, é considerado o mais importante sociólogo brasileiro. Durante 25 anos, como professor na Universidade de São Paulo, ele influenciou a formação de uma geração de sociólogos que se destacaram pela postura crítica, como por exemplo Otávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. Em 1969, quando se encontrava na plenitude de sua força intelectual, Florestan foi aposentado por força do AI-5, inaugurando uma lista de expurgos políticos na universidade brasileira.

Afastado da USP, Florestan aproveitou um convite anterior para lecionar sociologia em Toronto, no Canadá, onde permaneceu por três anos. Em 1973, de volta a São Paulo, não tinha onde lecionar, mas procurou retomar o contato com ex-alunos e ex-colegas de magistério. "Foi aí que eu me senti punido, marginalizado por companheiros e amigos", diz ele. "Eu nunca esperava esse tipo de reação, era uma situação nova, o medo estava instalado nas pessoas".

Apesar de tudo, ele manteve uma atividade mais ou menos constante nos últimos anos, realizando conferências ou escrevendo livros. Tem 20 livros publicados sobre temas mais ou menos encadeados. Começou escrevendo sobre folclore, depois estudou a organização social dos índios tupinambás, passando à situação do negro no Brasil. No campo político, analisou especialmente a burguesia brasileira e a situação de dependência econômica da América Latina.

Agora, Florestan está "procurando um assunto" para trabalhar, pois considera esgotado o filão social e político que explorou nos últimos anos. Recebeu uma oferta para escrever um manual de sociologia. "tentei duas vezes", confessa Florestan, "e descobri que não sou capaz de escrever um manual de sociologia. É uma incompetência interessante". Segundo ele próprio, o manual começa bem, mas depois começa a ficar muito complicado. Florestan tem realmente uma linguagem muito complexa, pesada, hermética, o que contribui para que seja respeitado e temido, embora nem sempre lido e compreendido. Oralmente, pelo contrário, Florestan é muito claro, sem perder a natural contundência.

Filho de imigrantes portugueses, Florestan Fernandes nasceu em São Paulo no bairro de Bela Vista, também conhecido por Bexiga, atualmente transformado em área boêmia. Sua família era pobre. Inicialmente, trabalharam na zona rural e depois foram desempenhar atividades no setor de serviços em São Paulo. Filho único (teve uma irmã que morreu criança), não chegou a conhecer o pai, falecido antes de seu nascimento. Para ajudar a mãe, começou a trabalhar aos seis anos de idade. Seu primeiro emprego foi numa barbearia, onde ganhava uns trocados escovando as costas dos fregueses. Sem terminar o curso primário, deixou a escola, foi engraxate, entregador de mercadorias e exerceu uma série de outras profissões urbanas, conhecidas como "biscates". Embora sempre tenha lido muito, Florestan só voltou à escola aos 17 anos, contra a vontade materna. Fez então o equivalente ao curso madureza, entrando no curso de Filosofia da USP, no início da década de 40, quando o clima repressivo do Estado Novo era contrabalançado, dentro da Universidade de São Paulo, por um ambiente que estimulava as discussões, graças principalmente à presença de professores contratados no exterior, como Roger Bastide e Sérgio Milliet. Com a derrubada do Estado Novo, ele chegou a ter atividade política em movimentos de esquerda, com a qual sempre se identificou. Sempre que tem oportunidade, não deixa de lembrar que é socialista, o que não representa novidade. "Eu sempre disse tudo o que penso, seja qual for o auditório", afirma Florestan. Em 1962, por exemplo, ele foi convidado, junto com alguns colegas de magistério a realizar um curso para os oficiais do II Exército, em São Paulo, então comandado pelo general Humberto Castello Branco (o comandante da 2ª Região Militar era o general Arthur da Costa e Silva). Interessado em conseguir apoio nas discussões da época sobre a reforma do ensino, Florestan fez palestras sobre o papel dos militares na sociedade brasileira. Hoje ele confessa: "Eu já enfrentei vários auditórios de padres, donos de colégios, líderes sindicais, gente de formação direitista, mas nunca tive discussões com um auditório tão bem informado e preparado como os militares".

Há pouco mais de um mês, Florestan Fernandes retornou dos Estados Unidos, onde permanecera por cinco meses, lecionando sobre América Latina na Universidade de Yale (onde se graduou o economista João Paulo dos Reis Velloso, ministro do Planejamento do Brasil). Embora tenha recebido vários convites, financeiramente vantajosos (e Florestan precisa de dinheiro, pois tem seis filhos e, fora a aposentadoria na USP, não tem outras fontes de rendimento), para continuar lecionando nos Estados Unidos, ele preferiu retornar ao país, ansioso por participar da vida intelectual nacional. Coisa que atualmente só consegue fazer em pequena escala, esporadicamente.

Entrevista a Geraldo Hasse e Tales Alvarenga

Coojornal — Como o sr. está vendo a atual movimentação estudantil?
Florestan — O processo irrompe na área estudantil, mas acho que não se pode defini-lo como um processo estudantil. Tenho a impressão de que se trata de uma mobilização política, indicativa da existência de uma insatisfação latente que atingiu um clímax. Já se havia observado fenômeno análogo durante o período do Estado Novo, quando os estudantes constituíram uma das áreas onde o pensamento crítico e o comportamento de contestação eram mais fortes, exatamente por causa da peculiaridade do comportamento dos jovens. Por um lado, eles são mais altruísticos. Por outro, necessitam mais de autoafirmação. Quando os controles externos inibem o pensamento criador, acabam gerando então uma revolta de tipo moral e política na mente dos jovens. Por isso, eles tantas vezes se lançam à frente de outros movimentos.
Coojornal — Em sua opinião, o estudante estaria, hoje, à frente de outros setores?
Florestan — Seria ingênuo pensar que toda vez que o jovem está protestando, ele protesta por si mesmo. Existem forças atrás dos jovens. Forças que não têm coragem de vir à luz do dia. É a velha história brasileira: os conservadores e reacionários usando a mão militar e os reformistas ou inovadores usando a massa estudantil, num processo já crônico, que volta a se repetir agora. O jovem está sendo jogado na frente como um balão de ensaio, para testar até onde os controles externos repressivos são capazes de chegar. Mas o fato de o jovem atrair o apoio de áreas que antes se retraíam — hoje, jogam papel picado das sacadas e amanhã também poderão estar nas ruas — é sinal de que o repúdio ao despotismo aumentou. Na verdade, deve-se encarar o movimento estudantil muito menos como movimento de confrontação de que como sintoma de que a sociedade brasileira, em suas diferentes classes, está prestes a atingir um ponto de saturação, de conflito com os controles que vêm inibindo sua manifestação livre.
Coojornal — Mas essa mobilização estudantil poderia levar a uma radicalização ainda maior do regime?
Florestan — Bem, a radicalização vai se dar em diferentes sentidos. Aliás, o temor à radicalização é tão negativo quanto o medo da repressão. É impossível sair de uma situação de institucionalização da repressão para um regime de liberdade sem haver radicalização — radicalização da direita, do centro, da esquerda, da extrema-esquerda... Acho que nada se tem a perder, pois a radicalização significa apenas que os conflitos estão operando dentro da sociedade, que o ponto morto de estagnação começa a se romper e que, portanto, o processo político está aparecendo. Quando não há contestação, fica ausente também o fervilhar de um processo político compartilhado por pessoas que pensam de modo diferente.
Coojornal — O atual movimento estudantil colheu lições oferecidas pelas movimentações de 1968?
Florestan — Ainda é cedo para comparações, pois o movimento atual mal adquiriu uma certa maturidade. Em 1964, a grande lição que se colheu entre os intelectuais da esquerda — e aqui falo mais como intelectual de esquerda do que como sociólogo — foi a de que os erros cometidos no começo da década de 60 não seriam repetidos. Pode-se dizer que muitos desses erros de que falo são ocasionados por agentes infiltrados dentro dos movimentos de rebelião e contra-elitistas, que se aproveitam da falta de estrutura e maturidade política imperantes nesses movimentos para impor radicalizações inviáveis. Se a radicalização é algo criador, como já disse, ela entretanto não deve chegar ao ponto de ser útil ao adversário. Esse erro, detectado, não deixou contudo de se repetir em 1967 e 1968. E pode muito bem voltar a ocorrer. Se o estudante e o intelectual se aliarem mais uma vez às elites e derem a seus movimentos um caráter muito fechado, muito elitista, vão falhar novamente como falharam antes, mesmo que impulsionados por ideais revolucionários, humanitários e nobres.

"A CLASSE MÉDIA..."

Coojornal — Em que setores o sr. acredita estariam os aliados para o movimento estudantil?
Florestan — O aliado básico seria o operário. Na situação brasileira, o elemento principal ao qual deveria se voltar o estudante é a massa humana de pessoas destituídas, de pessoas que estão marginalizadas, subempregadas e superexploradas. É aí que está o elemento fundamental para qualquer transformação da sociedade brasileira — o elemento que, naturalmente, tem uma potencialidade maior e que, entretanto, demonstra menor capacidade de atuação, pois é menos socializado politicamente.
Coojornal — E quanto à classe média?
Florestan — Não se pode falar numa classe como uma entidade homogênea. Nós temos, no Brasil, várias configurações de classe média e o grau de radicalismo desses vários setores médios da escala social é, portanto, muito variável. De qualquer modo, as classes médias brasileiras têm uma grande potencialidade de insatisfação, porque se criaram aspirações que não podem ser financiadas. Há ambições de consumo que nunca deveriam ter sido absorvidas pelo Brasil. Por outro lado, os indivíduos das classes médias nutrem ideais de ascenção social que não podem ser atendidos. Disso resulta uma profunda potencialidade de conflitos, naturalmente. Agora, a dinamização dessa potencialidade já esbarra em certas dificuldades, pois os setores de classe média freqüentemente só se arriscam quando realmente têm certeza de que fazem uma boa barganha.
Coojornal — A inclinação natural desses setores médios seria, de qualquer maneira, detectável neste momento?
Florestan — O comportamento das classes médias pauta-se pela ambigüidade, não só no Brasil. Ainda assim, no momento, parece que esses setores sentem mais de perto a crise econômica e as limitações do regime. Suas aspirações se ligaram ao desenvolvimento econômico acelerado, que lhes prometia compensações. Mas na periferia do mundo

capitalista é impossível dividir uma riqueza que não está criada. Quando surge alguma riqueza, ela é logo abocanhada pelos estratos dominantes e pelos centros externos. No rateio do bolo, sobram para as classes médias apenas os resíduos do festim — o que representa muito pouco diante do salto que essas classes médias pensavam dar através do atual regime.

Coojornal — Em sua opinião, insatisfações desse gênero levariam automaticamente a uma postura política?

Florestan — Nem sempre, claro. Entretanto, é provável que em alguns setores das classes médias já se estejam estabelecendo paralelos desse tipo, análises políticas para explicar os motivos pelos quais o desenvolvimento econômico acelerado não atende aspirações nascidas dessa própria promessa de crescimento econômico. Isso explicaria, talvez, uma certa complacência que se observa para com a rebelião dos filhos estudantes e de uma certa conivência — aplico intencionalmente a palavra conivência — com o movimento estudantil. Não deixa de ser uma maneira de testar resistências, de ver até onde se pode pressionar — e, inclusive, de se ficar sabendo se é possível influir de forma a transformar o processo político, a ponto de fazê-lo permeável a uma presença mais marcada dos setores das classes médias e altas.

"VOLTAR A 45 OU...

Coojornal — Os militares brasileiros, tipicamente de classe média, seriam também afetados pelas decepções que o sr. descreve?

Florestan — Existe, sem dúvida, forte predomínio de interesses de classes médias nos meios militares, mas existe, por outro lado, grande vinculação entre a formação do militar brasileiro e a mentalidade conservadora e elitista. Assim, o tipo de educação que se dá a um militar o afasta muito dos interesses da maioria da população, pois toda educação elitista prende grupos de influência aos interesses dos setores dominantes. Não saberia dizer se, no momento, esta ligação sofre alguma crise. Mas as manifestações que presenciamos mostram que os militares ainda dão preferência à segurança e à estabilidade do regime existente. De qualquer modo, quando a inquietação se alastra, ela afeta todos os setores e, naturalmente, os meios militares também são atingidos.

Coojornal — Se isso acontecesse, que conseqüências poderiam surgir daí?

Florestan — Pode ser que não adiram de maneira completa a ideais de transformação democrática da ordem. Em todo caso, terão de absorver essas pressões, para não ficarem isolados. Essa absorção sempre foi a técnica utilizada pelas elites desde o período colonial. Se num primeiro momento hostilizam as inovações e procuram impedir as reformas, num segundo estágio — se as reformas ou mesmo as transformações revolucionárias se tornam imperativas — as elites então avançam e tomam a liderança do processo para impedir rupturas mais profundas. O exemplo mais típico vem da abolição da escravatura, quando os abolicionistas foram realmente alijados na fase de decisão política — e a decisão caiu na mão dos setores conservadores, interessados em impedir que aquela revolução social interferisse nos seus interesses de classe.

Coojornal — Recentemente, certos empresários que durante longo tempo apoiaram o regime surgiram reivindicando alterações políticas. O sr. diria que já se desenharia aí uma tentativa de passar à liderança de um eventual processo de mudança política?

Florestan — Claro que sim. Os mesmos interesses que alimentaram o movimento de 1964, podem agora alimentar sua desagregação e aderir à idéia de um Estado de Direito, apresentando-se como os campeões da revolução democrática. É essa confusão que os elementos realmente revolucionários devem evitar. Assim, o problema central não reside em se pensar no estudante politicamente ativo, por exemplo, mas na criação de um movimento revolucionário alimentado realmente pelos interesses e pelas necessidades da maioria. Esse movimento, como se sabe, não existe na sociedade brasileira. Não temos aqui partidos socialistas, comunistas, de extrema-esquerda — e bastante fortes que sejam capazes de criar uma mobilização política de massas e impor, através desta mobilização, outros padrões de convivência democrática. Por isso, a conspiração permanente das elites pode ter êxito. Nunca ameaçadas realmente por um movimento de baixo para cima, elas fazem as composições ao nível dos interesses estabelecidos, ignorando permanentemente os interesses da maioria.

Coojornal — Diante dessas manipulações, o que se pode esperar que aconteça?

Florestan — Muitos provavelmente vão achar que defendo uma radicalização negativa — o que não corresponde ao meu propósito. Ocorre simplesmente que sair da situação atual para ter um pseudo-regime democrático de nada adianta. Voltar ao tipo de regime que tínhamos entre 1945 e 1964 não pode ser o ideal de qualquer brasileiro que pense em termos de uma revolução democrática. Pois esse estado de direito é mítico. Um estado de direito que admite uma maioria de pessoas excluídas ou marginalizadas em termos de participação na renda, de participação cultural e participação política — este não é um estado de direito. É preciso implantar no Brasil, isto sim, um regime que atenda às necessidades da maioria e que pretenda realmente acabar com os resíduos da colonização.

"OS TECNOCRATAS...

Coojornal — A propósito, como o sr. analisa o problema brasileiro na atual situação de dependência econômica?

Florestan — Aí está o calcanhar de Aquiles do Brasil. Num momento em que se dá o casamento entre o capital estrangeiro, o Estado e a burguesia nacional, é o caso de se perguntar: o que essa união representa para o Brasil? Quando os conflitos de classe se dinamizam entre nós, eles o fazem em termos dos interesses das minorias nacionais e do capital estrangeiro, vale dizer, das grandes corporações multinacionais, das nações capitalistas hegemônicas, das superpotências capitalistas. Para nós, o problema central é encontrar uma maneira de vitalizar o comportamento político das massas, daquela maioria de pessoas que pode não ter uma consciência política especificamente classista, mas que deveria ser mobilizada para a vida política. A sociedade existente no Brasil nos oferece poucas alternativas para essa transformação, porque naturalmente o Estado está controlado pelos interesses das minorias e tenderá, portanto, a impedir mudanças que cheguem a ameaçar o controle que as minorias exercem sobre o processo político.

Coojornal — O sr. prevê mudanças sensíveis nesse quadro político-econômico?

Florestan — Isso depende de condições internas e internacionais, quer dizer, as mudanças podem virmais depressa ou mais devagar.

Coojornal — A tecnocracia estatal favorece ou atrapalha o processo de mudança política?

Florestan — É preciso acabar com esta insistência de que vivemos sob um capitalismo de Estado e que a dominação aqui se faz em termos de uma burguesia burocrática. Na verdade, essa burguesia burocrática funciona como instrumental para burguesia privada e para a burguesia internacional. É preciso não pôr em relevo apenas certos aspectos da questão, senão se perde o essencial. E o essencial é entender que o Estado, dentro do padrão de desenvolvimento capitalista que se implantou no Brasil, serve para criar a infra-estrutura econômica necessária à existência de um capitalismo monopolista. E o Estado está interessado na dominação imperialista na medida em que a burguesia nacional é impotente em termos econômicos e tecnológicos para levar o processo avante por conta própria.

"SE QUISER SER...

Coojornal — Como o sr. colocaria a questão do crescente endividamento externo do Brasil, em função de interesses nacionais e estrangeiros?

Florestan — O endividamento surge como a condição necessária do processo de incorporação dos países da periferia ao centro de dominação capitalista. A periferia diretamente incorporada ao centro através de um padrão de desenvolvimento capitalista monopolista acaba funcionando em termos de dinamismos do centro. Ora, o que se chama de endividamento é a dimensão financeira do processo de incorporação. Esse processo, como um todo, interessa à burguesia da periferia, pois significa uma aceleração do desenvolvimento econômico em termos de uma espoliação extorsiva. E os setores externos, por seu lado, nutrem igualmente interesse pela manutenção desse estado de coisas, já que sem isso não se produziria a incorporação. E o processo perdurará indefinidamente, a menos que surja, por exemplo, uma ruptura de tipo nacionalista e direitista, em relação ao centro, ou então socialista.

Coojornal — Em sua opinião, a esfera da cultura também foi atingida profundamente pelas influências externas?

Florestan — Do fim da década de 30 a meados de 60, procurou-se implantar no Brasil um novo estilo de trabalho intelectual nas universidades, por certo com a colaboração do pensamento estrangeiro. Era preciso colocar o Brasil dentro das concepções mais criativas do pensamento inventivo nas ciências, na filosofia, nas artes. Tentava-se, entretanto, criar uma situação tal que, garantida certa base, nos permitisse caminhar com autonomia criadora. Essa concepção, entretanto, acabou sendo substituída. Praticamente, aconteceu na esfera da cultura a mesma coisa que aconteceu na esfera da economia — houve uma violenta transformação do padrão de relação com o exterior, embora no campo cultural essa dependência seja naturalmente menos visível.

Coojornal — O sr. poderia citar exemplos dessa dependência cultural?

Florestan — Enquanto um grande número de professores estrangeiros se instala nas universidades brasileiras, por nosso lado organizamos massas de estudantes que vão buscar no exterior, através de mestrados e doutorados, coisas que em muitos casos poderiam perfeitamente aprender aqui mesmo. Dentro da vida intelectual não cabe, evidentemente, nenhuma xenofobia. Mas é preciso entender que boa parte desse intercâmbio é prescindível e até nocivo. Ninguém ignora que a polarização política do ensino é diferente no centro e na periferia. Os professores dos Estados Unidos ou da Europa pensam naturalmente em termos de uma realidade interna de país avançado, independente ou hegemônico. Por isso, com freqüência, as teorias criadas repousam sobre uma perspectiva de dominação. O estudante, saindo de seu país prematuramente, acaba então sendo socializado, como se fosse viver nos países do centro e não nos da periferia. E a autonomia cultural é condição básica para a independência de um país. Se não existir autonomia cultural, o país não tem inteligência própria nem capacidade criadora.

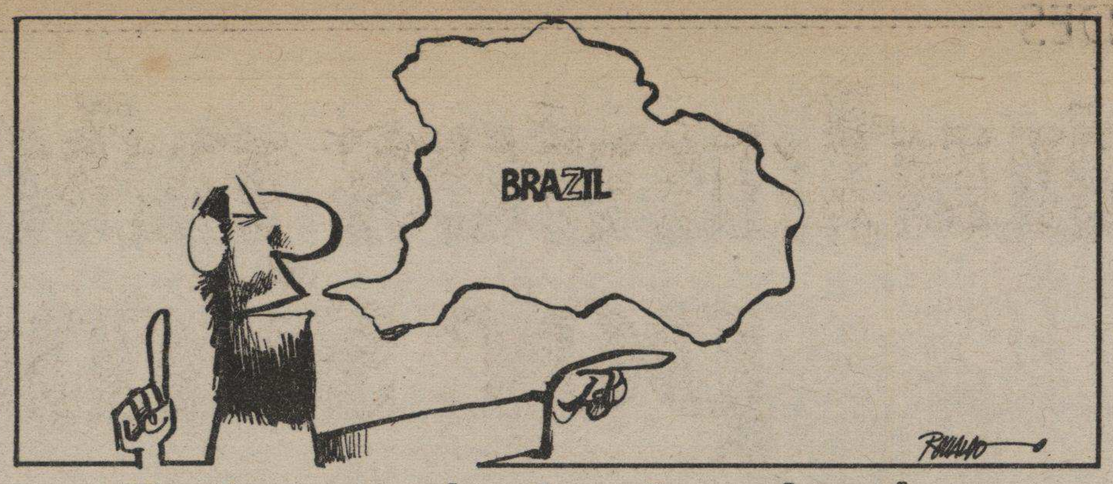
"O INTELECTUAL NÃO...

Coojornal — E o sr. acha que toda a produção intelectual dos últimos tempos carece dessa chama criadora?

Florestan — Apesar da inibição da vida intelectual, da repressão cultural e da opressão política que atinge especialmente o professor e o intelectual, a qualidade dos trabalhos aumentou muito. Sem contar toda uma avalanche de trabalhos improvisados, naturalmente, sente-se que há mentes criadoras que estão produzindo segundo altos padrões de trabalho intelectual e que, provavelmente, vão fazer a crítica dessa relação de dependência, que se disfarça em termos de intercâmbio cultural e de interdependência científica.

Coojornal — Tais críticas, em todo caso, não seriam bem recebidas.

Florestan — Isso certamente, mas o intelectual não pode ser neutro. Se um cientista social, por exemplo, faz descrições objetivas da realidade social do país, seu trabalho será fatalmente denunciado pelo pensamento conservador como uma explicação distorcida. Da mesma forma, o problema ocorre com o uso da ciência. Como justificar, com base na ética científica, coisas como o uso da energia atômica como se fez em Hiroshima, ou a utilização de elementos que destroem a vegetação, ou ainda toda a poluição que surgiu da civilização moderna? O cientista não pode ser neutro, se quiser ser objetivo. Caso contrário, sua neutralidade estará sendo paga pelos poderosos. Para poder produzir um pensamento crítico, o intelectual se isolou dentro da universidade, buscando o respaldo da instituição. Mas a situação presente exige do intelectual que ele não se isole e que ele se coloque em termos explicitamente políticos em relação à sociedade brasileira, pois o problema central no Brasil é político. Eu não concebo a inteligência ativa, criadora, que fique esperando um sinal verde do regime para se pronunciar criticamente. Tenho a impressão de que houve uma internalização dos mecanismos repressivos que não corresponde à força da repressão, de modo que o autopoliciamento que os intelectuais se impuseram nos jornais, nas escolas, em toda parte, acabou transcendendo as expectativas dos próprios censores. Isso simplificou a tarefa do censor. Acho, entretanto, que já chegou o momento de o intelectual, sem esperar a luz verde do sistema, começar a dizer das saídas que ele vê para os problemas com que nos defrontamos. A primeira coisa que tem de fazer é dominar o medo. E a segunda, usar com inteligência sua capacidade de trabalho crítico.



Brazilianistas e a dominação cultural

"Não é uma onda recente. Desde o século XVI até hoje nós somos objeto de uma curiosidade. Entre os brazilianistas há alguns especialistas de grande valor, mas seu trabalho é voltado para a dinâmica da vida intelectual dos Estados Unidos e Europa. Eles estão envolvidos em uma carreira, em que o sujeito pode fazer uma matéria sobre o Brasil hoje e uma matéria sobre o Peru em outra época, depois vai escrever sobre a África. Todo centro imperial precisa de muitas informações. Podem ser colhidas por meios diplomáticos, de documentação, mas também precisa de ciência para conhecer a realidade do mundo em que a hegemonia é exercida. Então essas investigações respondem a várias motivações. A básica é a carreira universitária. Há uma tendência a evitar a radicalização do intelectual, então é melhor fazer o intelectual estudar o mundo externo. Além do mais é útil porque aumenta a área de informações. Alguns dos meus melhores amigos são brazilianistas. Há alguns trabalhos bem feitos sobre o Brasil. Em compensação existem outros que são muito ruins. Eles vêm ao Brasil, ficam uns meses, fazem uma ou duas pesquisas e daqui a pouco tempo têm um livro estourando aí. Isso não é uma crítica, está ligado à técnica quantitativa de trabalho. Agora, de outro lado, politicamente, eles não têm razão nenhuma de assumir o papel de padroeiros do Brasil. Eles fazem parte de um processo de dominação cultural. E os melhores, que têm espírito crítico, têm uma postura igual à nossa, chegam a assinar manifestos contra o governo brasileiro."

Imprensa e liberdade relativa

Chapéu, bengala, suspensórios, cigarros Caporal e, logicamente, terno escuro e sóbrio, para combinar.

Essa é a imagem de Prudente de Moraes, neto, politicamente "um liberal, por convicção", anarquista na juventude, um dos conspiradores civis do movimento de 1964.

Prudente de Moraes, neto, atual presidente da Associação Brasileira de Imprensa, jornalista grande parte de sua vida, um ano censor de filmes do antigo DIP, durante o Estado Novo.

A esse desconcertante currículo também se pode acrescentar ainda as seguintes qualificações: "um dos participantes do movimento modernista de 1922", "o mais destacado editorialista de O Estado de S. Paulo", "precursor da crítica cinematográfica e de turfe", "apaixonado pelo samba autêntico" e "chefe do Departamento Jurídico da multinacional Light Serviços de Eletricidade".

Sentado a poucos metros de um conduto de ar condicionado danificado pelo atentado a bomba de que foi alvo o seu gabinete na ABI, o Pedro Dantas — pseudônimo com que ficou conhecido — falou durante duas horas para o Coojornal **e "para esse bravo povo do Rio Grande, de quem tenho um quarto do sangue e o cioso hábito do chimarrão e o gosto pelos cavalos".**

O Jornalista hoje exerce a profissão com as restrições que decorrem de uma situação que não é a da normalidade. Essa situação pode ser notada, inclusive, a partir das dificuldades que existem para se ter pleno acesso às fontes de informação e crítica.

É certo que a censura prévia está limitada a um certo número de veículos, mas, de um modo geral, as fontes de informação não são franqueadas, na medida em que deviam ser receptivas aos jornalistas, à opinião pública. A imprensa não tem acesso a todas as fontes de informação do país. Recebemos, muitas e muitas vezes, a versão oficiosa de fatos ocorridos que não podemos examinar em profundidade e investigar, como seria de nosso dever. Isso limita a capacidade de atuação dos jornalistas. Entretanto, os grandes jornais brasileiros têm feito críticas severas a este estado de coisas. Esses jornais têm assumido posições de inconformidade com alguns dos rumos, não todos, impressos à política e à administração do país.

Em primeiro lugar é preciso lutar por um jornalismo autêntico e pleitear e reivindicar os direitos que são próprios e característicos da nossa profissão. Essa é a primeira das condições. A segunda, de ordem mais prática, mais objetiva, mais importante, mais premente, seria a de que o governo se conscientizasse da extraordinária colaboração que lhe pode prestar a imprensa. Não só quando lhe dá apoio, mas também quando combate.

Também seria indispensável que fossem dadas determinadas garantias necessárias ao exercício de qualquer tipo de profissão. Essas garantias são, por exemplo, as oferecidas por um sistema judiciário legítimo e autônomo. Cito aqui o exemplo do episódio ocorrido nos Estados Unidos: quando dois jornalistas não tiveram mais informações que desejavam de fontes do governo, o Poder Judiciário obrigou a abertura dos canais oficiais. Lembro que está na nossa Constituição e em todas as reformas e instrumentos que a alteram, a garantia da liberdade de imprensa. Mas, se hoje vivemos um período de relativa liberdade, sabemos que a cada momento estamos sujeitos a outras restrições.

ABUSO NO INÍCIO

O Ato Institucional número 5 dá ao presidente da República o poder de estabelecer censura a qualquer momento. Podemos dizer e devemos reconhecer que não houve um abuso tão grande como era de se recear. Houve abuso de início, mas a censura foi sendo retirada paulatinamente dos diversos veículos de comunicação. Sou redator de um jornal que sofreu pesada censura durante muito tempo, mas a censura se retirou de O Estado de S. Paulo e hoje esse jornal tem plena liberdade de ação. Nos outros jornais também não há censura. Ela está limitada a quatro veículos, um dos quais deixou de circular, o Opinião, e quanto a jornais diários, só a Tribuna da Imprensa.

O mais importante disso é que a censura foi imposta contrariando até mesmo instrumentos extra-constitucionais como o AI-5. O AI-5 dá ao presidente da República poderes excepcionais como o de estabelecer a censura à imprensa, mas estabelecer esta censura de que forma? Não há nenhum instrumento que regule isto.

O presidente pode estabelecer a censura por decreto, mas quando foram pedidas informações pelo Supremo Tribunal Federal ao presidente da República sobre a existência ou não de um regime de censura no Brasil, o que se respondeu, e o Tribunal aceitou, é que a censura tinha sido estabelecida por um despacho do presidente.

DIREITO DE OPINAR

Pessoalmente, admito que se estabelece a censura para defender determinados interesses nacionais que estejam em jogo. Interesses de segurança, interesses, às vezes, que estão ligados a providências e medidas que não podem chegar ao conhecimento geral.

Se o Brasil estivesse em guerra com outro país, aí seria o caso de se proibir a publicação antecipada das táticas de guerra que seriam usadas. Não posso admitir uma censura discriminatória, que não se dirige aos assuntos, mas aos veículos e às pessoas.

Como jurista, não posso admitir, inclusive no regime do AI-5, que seja permitido a um jornalista dizer uma coisa e a outro não. Se eu não posso fazer um comentário, o senhor também não pode.

O que nós temos visto é que os grandes jornais não estão no momento sob o efeito direto de uma censura prévia. Portanto, esses jornais podem opinar e criticar no sentido que bem lhes pareça. Entretanto, outros, não podem sequer repetir o que os outros já disseram. Há exemplos claros disso, como o escândalo da censura sofrida pela Tribuna da Imprensa, do Rio, que quando quis transcrever matérias publicadas em outros jornais, teve até sua edição apreendida.

"NÃO QUEIRA!"

Minha carreira jornalística veio como a de todo mundo da minha época. Foi um pouco através da literatura. Quando resolvi trabalhar realmente na redação — antes era apenas escritor — o Mário Rodrigues, do A Manhã, de São Paulo, achou inconveniente o meu ingresso no jornal. Ele disse gaguejando: "O senhor quer trabalhar aqui?" Respondi: "Sim". Ele disse: "Pois não queira".

Mais tarde voltei a insistir. Ele ainda me disse: "Escreva suas crônicas que eu pago, mas trabalhar na redação, não queira". Diante disto, eu não quis.

Isso ocorreu em plena efervescência do modernismo. Aliás, eu fui para o jornal depois de ser o criador da revista modernista Estética, que sem falsa modéstia deu uma boa contribuição ao movimento, mas faleceu em seu terceiro número. Isso foi em 1924.

Depois fui trabalhar como secretário na Revista do Brasil, na fase do Chateaubriand, que tinha comprado o título do Monteiro Lobato. A Revista do Brasil parecia um Time da época. Nesse lugar trabalhei cerca de um ano.

Só voltei a uma redação para começar minha carreira propriamente dita. Foi na Folha Carioca, jornal fundado em 1943, na qual eu fiquei até 1945. Entrei para fazer uma crônica de turfe, queriam uma pessoa ligada aos meios literários para escrever sobre cavalos e só conseguiram uma pessoa: eu. Minha entrada sucedia à estréia de José Lins do Rego como cronista de futebol — um sucesso, na época.

POLÍTICOS E CAVALOS

Depois, me pediram para fazer um tópico, uma reportagem, editoriais, em quatro ou cinco meses estava na chefia da redação. Isso durou até o começo da campanha de redemocratização, em 1945. A campanha era entre Getúlio Vargas e Eduardo Gomes.

Fui alertado para não me definir entre as candidaturas. Fui advertido para ir marombando, sem definições, porque Getúlio podia dar o golpe e o jornal precisava continuar saindo. Diante disso, deixei o jornal. Fui para o Diário Carioca, que me convidou, também, para fazer turfe. Como gostava de jornal e dos companheiros, ficava por lá e sempre sobrava uma coisa para eu fazer.

Fazia uma notinha, uma matéria de primeira página, saía para representar o jornal numa comemoração. Fui entrando em outras áreas até que se instalou a Assembléia Constituinte. Nisso, o José Eduardo Macedo Soares, que era o mentor do jornal, me convidou para fazer essa cobertura. Estávamos no jóquei e eu disse: "Ah, senador, não sei se dou conta disso..." Ele respondeu: "Ora essa, não tem problema nenhum. Você escreve tão bem sobre cavalos, porque não pode escrever sobre os políticos? É só mudar o enfoque, o tema é o mesmo..."

EDITORIAIS

Fiquei no Diário até me licenciar para exercer um cargo público no governo Café Filho. Assumi a direção da extinta Superintendência da Moeda e Crédito, uma espécie de Banco Central de hoje, onde fiquei uns cinco a seis meses.

Esse período foi de grande efervescência política e o Diário enquanto isso, virou nos cascos, *como se diz no turfe. Havia mudado a sua linha política. Eu não podia voltar para lá, apesar dos amigos que deixei. Fiquei desempregado até ser convidado para o Diário de Notícias, do Rio.*

Aceitei e assumi a chefia da redação, onde permaneci por sete anos. No final, vagou a direção da sucursal do Estado. Estive uns dez anos dirigindo a sucursal até 1966 ou 67, mas continuo colaborando com artigos ou editoriais.

O meu pseudônimo vem de 1928; era para efeito literário e depois ficou, quando estava cobrindo turfe na Folha e no Diário. Assinava Pedro Dantas. Estreei o Pedro Dantas no jornal A Província de Recife, então dirigido pelo Gilberto Freire. O que é engraçado é que doze anos depois, fazendo um levantamento sobre minha família, encontrei um ancestral Pedro de Moraes D'Antas, que se fixou em Itu em mil seiscentos e poucos. Fiquei deslumbrado.

DOR DE CABEÇA

Eu entrei para a direção da ABI cedendo a instâncias de um grupo de amigos que queriam renovar os quadros e ativar um pouco a casa. Entrei para o Conselho Diretor e, depois, com a saída do presidente que me antecedeu, a casa estava passando por uma crise interna e era necessário um nome para unir as correntes. Fui indicado.

Não queria porque isso aqui só dá dor de cabeça, mas aceitei. Estava preocupado com as novas atribuições, sem saber direito o que fazer quando ocorreu subitamente o recrudescimento da repressão aos jornalistas em todo o país.

Recebia todos os dias comunicação de esposas, mães, advogados e jornais de que jornalistas tinham sido presos e que a censura tinha praticado alguma arbitrariedade. Comecei, então, a bombardear as autoridades com cartas de protesto. Aí aconteceu uma coisa que me surpreendeu.

Na medida em que eu me pronunciava, começou a surgir um interesse por parte da classe em torno da ABI. O pessoal de redação, principalmente, passou a freqüentar mais assiduamente a casa. Aprendi o caminho. Hoje, tento aliar a defesa de nossos direitos com uma linha de extrema cautela, para conservar as possibilidades de acesso às autoridades.

Hoje, a ABI é um centro de reuniões de jornalistas. Tem atividades culturais como conferências, cursos, cinema, debates, shows. A ABI, paradoxalmente, é uma entidade política/apolítica. Não fazemos política partidária, ou facciosa. Ela é da imprensa e dos jornalistas, seja quais forem as suas posições no quadrante da política ou suas ideologias.

"Deixe o beijo que é até educativo"

Sobre sua passagem pela Censura, Prudente de Moraes, neto, falou em maio de 1974 para a revista Veja:

"Eu andava meio atrapalhado da vida e um fraternal amigo, Rodrigo Mello Franco de Andrade, sabendo disso, falou com o Carlos Drummond, que falou com o Capanema, que acabou com minha universidade mas gosta muito de mim e eu dele, e me ofereceram um lugar como representante do Ministério (da Educação) na comissão de censura do cinema. Eu disse que não, eu gostava de cinema e não de censura. Mas Drummond insistiu que era por isso mesmo que eu deveria ir, etc. A comissão era ligada ao Ministério da Justiça, logo se transformou em DIP. Lá fui eu. O serviço na época era itinerante, se reunia na cabines da Metro, Fox, Paramount, todos os dias de manhã tínhamos um filme para ver junto com um representante da polícia, de Raimundo de Magalhães Júnior e duas senhoras, uma delas era dona Engraçadinha Penha — foi ela que investiu contra o filme do meu dia de estréia, história de um milionário que trocava de lugar com seu motorista para encontrar uma mulher sincera e acabava encontrando uma milionária que trabalhava como balconista pela mesma razão. Veio a papeleta para eu votar e botei 'Livre'. E dona Engraçadinha não gostou: 'Pois eu considero muito inconveniente, deviam cortar 20 metros daquele beijo, que está muito longo'. 'Ora, dona Engraçadinha', eu respondi, 'deixe o beijo que até é educativo'. E ela perguntou se eu não tinha reparado no fundo social. 'Um homem de família que se apaixona por uma empregadinha, uma milionária que se apaixona por um motorista'. Eu saí dali no maior abatimento, atravessei a rua e fui pedir demissão".

Veja — "Largou no primeiro dia?"

Prudente — *"Não, fiquei mais um ano porque o Drummond sempre argumentava que por isso mesmo eu deveria ficar. Essa conversa acabou tornando minha assinatura conhecida em todo o Brasil através do certificado de liberação de filmes, pois, como representante do Ministério da Educação, eu é que deveria assinar. Quando saí, porque meu pai veio trabalhar na Light e eu fiquei como seu assistente, indicamos para o lugar Vinicius de Moraes (e ele aceitou)."*

O QUE É A ABI

A Associação Brasileira de Imprensa — ABI — nasceu a 7 de abril de 1908, tendo apenas objetivos beneficentes. Depois, evoluiu passando a centro aglutinador de toda a Imprensa. Foram seus fundadores Gustavo Lacerda, Francisco Mazarredo Souto, Belisário de Souza, Alfredo Seabra, Luiz Honório, Arthur Marques, Noel Batista, Amorim Júnior e Mário Galvão. Eles, ao fundarem a caixa beneficente dos empregados do jornal carioca O Paiz, **estavam preocupados em mudar, também, a mentalidade que dominava nas redações, na época, que viam o jornalismo apenas como um degrau para subir na vida em outros campos. Prudente de Moraes, neto, é seu 17º presidente, sendo que Herbert Moses ocupou o cargo durante 34 anos, de 1930 a 1964.**

Glauco Rodrigues: o Brasil em samba-enredo

Glauco utiliza fotografias, feitas por sua mulher, para pintar seus quadros.

Por Angélica Moraes

— Sou uma escola de samba

O pintor, desenhista e gravador Glauco Rodrigues, gaúcho de Bagé, decididamente não contribui para aquela imagem estereotipada do artista plástico. Pinta suas telas em um vibrante verde-amarelo, ouvindo no radinho de pilha as dramatizações dos crimes da Baixada Fluminense. Ou os programas que atendem pedidos musicais dos moradores da zona norte do Rio, onde vive desde 1958.

—O artista é um barômetro, ele registra o que está acontecendo

Nas paredes do seu atelier, recortes de jornais, notícias econômicas, a Coluna do Castello, do Jornal do Brasil, entrevista das páginas amarelas da revista Veja. Tudo é fonte de inspiração na sua busca de uma realidade o mais brasileira possível.

—Desde Anchieta nós temos o problema do colonialismo cultural, da cópia do que se faz no hemisfério norte, quando as nossas raízes estão aí mesmo para serem descobertas e valorizadas.

Aos 48 anos, Glauco Rodrigues está retomando o caminho que abandonou na década de 50, quando pertencia ao *Clube de Gravura,* em Porto Alegre, desenhava corridas de cancha reta, trajes típicos, arreios e dizia: "Quanto mais particular, mais universal. Quanto mais gaúcho, mais brasileiro". Documentava tipos, costumes, paisagens do interior do Rio Grande do Sul, junto com seus companheiros do *Clube* — Carlos Scliar, Danubio Gonçalves, Glenio Bianchetti e Vasco Prado.

Produziam suas obras para vender a preços acessíveis aos sócios do *Clube,* que representava uma tentativa pioneira de divulgar a arte ligada às raizes culturais do estado junto a um público mais amplo do que os fechados círculos que freqüentam galerias.

Depois do *Clube,* "cada um foi buscar seu caminho, seu estilo". Glauco vai para o Rio de Janeiro e, a convite de Scliar, passa a integrar o Departamento de Arte da revista *Senhor.* A ilustração e a diagramação leva-o a abandonar aos poucos a figura, voltando-se cada vez mais para o abstrato. Estava na Europa há três anos quando se redescobriu:

— **A delegação norte-americana à Bienal de Veneza de 1964 mostrava a volta à figura. Mais do que isso: eles, com a** pop-art, **estavam retratando a realidade dos Estados Unidos, o chamado** american way of life. **Isso me abriu os olhos. E aquela vontade de retornar ao Brasil, que me acompanhava nos últimos tempos de Europa, se tornou uma necessidade.**

Os norte-americanos lembravam a Glauco o antigo caminho abandonado: "Quanto mais particular, mais universal". A necessidade de retomar a expressão da realidade brasileira devolve-o ao Rio de Janeiro, depois de três anos de Europa.

E começa sua descoberta do Brasil. Primeiro a realidade imediata, as paisagens cariocas, os banhistas de Copacabana e Ipanema. Logo a procura da brasilidade maior, do primeiro brasileiro. O índio. E esse elemento se tornaria uma constante em toda sua obra, até hoje. Outra característica adotada durante os cinco anos (1965-70) em que amadureceu sua nova linguagem artística: o contraponto entre duas épocas, o confronto da primitiva civilização indígena — ou a trazida pelos portugueses em 1500 — com a época atual do Brasil-Banda-de-Ipanema-Copa-do-Mundo-Milagre.

O banhista de Ipanema observado por um índio de cocar de penas na cabeça. E depois, o quadro *De Natureza Tão Sutil,* onde o pintor junta na mesma composição a porta-bandeira Neide, o mestre-sala Delegado e uma profusão de araras, bananas, arco-íris. Estava alcançada a síntese, a primeira ala da "Escola de Samba Glauco Rodrigues".

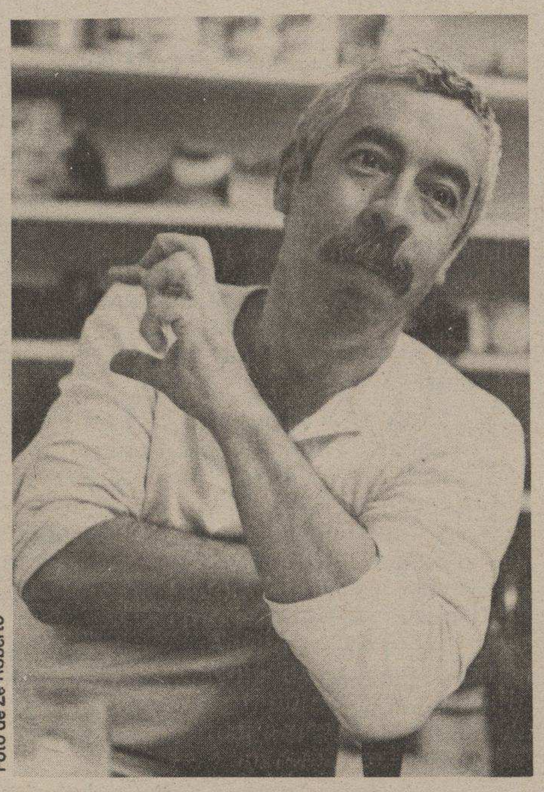


Foto de Zé Roberto

Glauco Rodrigues: um barômetro

— **Todos os anos apresento um tema-enredo diferente. Em 1970, foi** Terra Brasilis; **em 1971,** Carta de Pero Vaz de Caminha; **em 1972,** Os Olhos do Senhor Estão em Todo Lugar, Contemplando os Maus e os Bons; **em 1973**, Adivinhações; **em 1974,** Accuratissima Brasiliae Tabula **(Panorama muito exato do Brasil); em 1975,** Pau-Brasil **e, em 1976,** Tradições Gaúchas.

Como uma escola de samba, Glauco tem suas cores características: verde, amarelo, azul e branco. Cores que apenas foram abandonadas uma vez, para a realização da série *Tradições,* porque "o Rio Grande do Sul tem características muito especiais. A cor para retratá-lo teria que ser mais sóbria, mais neutra, longe do tropicalismo carioca".

Atualmente dedicado a pintar *Paisagens Brasileiras* — sua nova série para 1978, em que fixará a natureza do Brasil nas diferentes regiões do país — Glauco concluiu há pouco seu tema-enredo de 1977: *A Lenda do Coati- Puru.*

Exposta em maio deste ano no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, *A Lenda* integrou uma mostra coletiva, intitulada *Visão da Terra,* e que tinha também Millor Fernandes, Antônio Henrique Amaral, Frans Krajcberg e Antônio Maia, entre outros.

Exemplo vigoroso da profunda atualidade da obra de Glauco Rodrigues dentro do panorama brasileiro, *A Leda do Coati-Puru* conta — em 10 quadros de tinta acrílica sobre tela — a história dos índios Caxinauás. O argumento, recolhido pelo artista em um livro de Capistrano de Abreu datado de 1914, foi inicialmente adaptado por ele para um roteiro a ser filmado em super 8.

Os atores escolhidos (Cecil Thiré, Camilla Amado, Stepan Nercessian), "Glauco começou a enfeitar tanto a jogada que virou uma superprodução da Metro e não ia dar para fazer", conta sua mulher Norma.

O argumento seria depois transformado por Glauco em uma comédia musical, com o mesmo elenco e músicas de João Bosco e Aldir Blanc. Também foi impossível produzi-la.

O convite do crítico de arte Roberto Pontual para integrar a coletiva Visão da Terra — que procurou reunir artistas de trabalho nitidamente brasileiro — levou Glauco a desengavetar definitivamente o filme-peça musical e usá-lo como temática de seus quadros. "Mas ainda não desisti do filme", teima o artista.

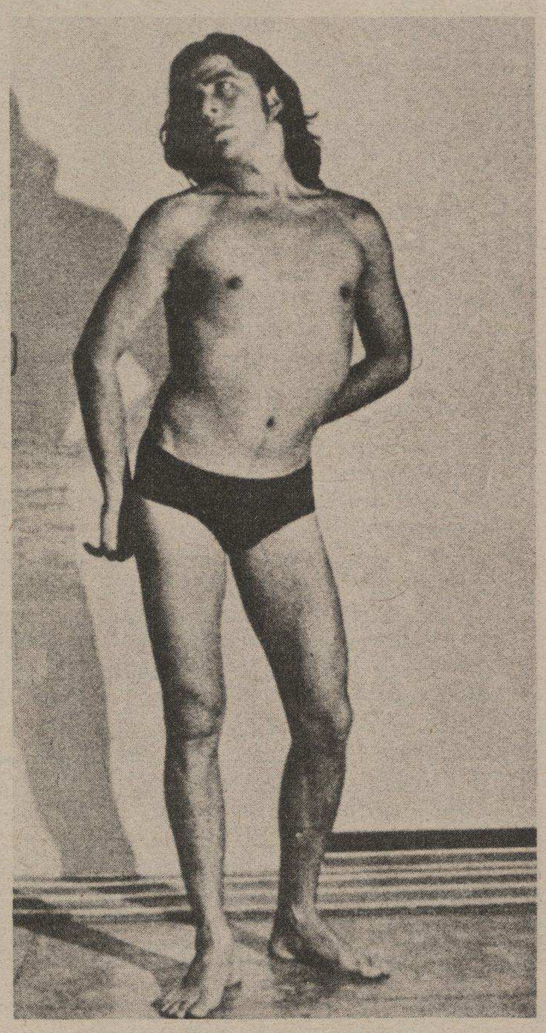
Todos os atores que iam participar da versão inicial voltaram a ser convidados, desta vez como modelos. "Foi como uma fotonovela", diz Norma Rodrigues. Ela se encarregou de fazer centenas de fotografias dos atores, nas poses exigidas pelo argumento da lenda indígena transfigurada em parábola por Glauco.

As fotos foram tiradas no atelier do artista, com os atores usando fantasias de índio compradas em uma loja de artigos carnavalescos. Essas fotos, junto com outras da Banda de Ipanema e da imagem de São Sebastião, serviram de referência, para a composição das telas, pintadas em verde-amarelo e com o fundo totalmente branco.

A história dos índios Caxinauás é a história de um povo que está morrendo de fome. Têm apenas terra para comer. Um dia, o coati-puru (uma espécie de esquilo brasileiro) transforma-se em homem e aparece para uma índia. Pede-lhe comida. Ela só tem um mingau de terra para oferecer-lhe. Então, através de um encantamento, o coati-puru cria do nada a fartura.

Nas telas, a fartura é representada por frutas extremamente coloridas, de brilho falso. E os índios são negros e brancos, usam relógios e sungas. É a Banda de Ipanema com penas de espanador.

Mas ninguém deve descobrir que tudo é resultado de uma mágica. Coati-puru perderia seu poder junto aos índios e a ilusão da fartura acabaria. Apesar das precauções instituídas pelo coati — e representadas por uma cenografia sinistra onde se alinham instrumentos de luta



como revólveres e tacapes — o segredo é descoberto. Os Caxinauás voltam a saber que comem apenas terra. Termina a metáfora sobre o milagre.

Glauco Rodrigues expõe a partir de 15 de agosto na Galeria do Instituto do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Vai mostrar duas séries de serigrafias, uma feita em 1953 ("Corrida de Cancha Reta") e outra no ano passado, em Bagé. Completam a exposição algumas telas da série "Tradições Gaúchas", também de 1976 e iniciada nas estâncias bajeenses.

Conte um, dois, três. Teixeirinha ganhou Cr$ 90

Unhas esmaltadas, cabelos tratados, uma plástica com Pitangui. Coisas pouco adequadas à imagem do gaúcho que ele canta, mas que não impedem Teixeirinha de continuar ampliando a fama e a fortuna.

Por André Pereira

Os personagens: um homem baixo, cabelos cuidadosamente penteados, unhas esmaltadas, sapatos com salto de 10 centímetros. E a mulher — morena, longos cílios postiços, muitos anéis, sapatos vermelhos combinando com a pintura das unhas.

O diálogo:

— **Meu colíriooo! Onde está meu coliriozinho?**

— **Estou aquiii!** responde a mulher no mesmo tom.

— **Pois então vem engrandecer a minha cena, meu colírio!**

Estamos no ex-cinema Gioconda, no bairro Tristeza em Porto Alegre e que hoje é o estúdio de filmagens da Teixeirinha Produções Artísticas e Cinematográficas. Mas a cena não é de nenhum filme, não. É uma cena comum do dia-a-dia de Victor Mateus Teixeira — o cantor-compositor-ator-empresário de 47 que há 16 anos e meio comoveu o interior brasileiro contando a história de sua mãe que morreu queimada — e a sua parceira Meri Terezinha, acordeonista-cantora-atriz que o acompanha infatigável nesses 16 anos, em discos, shows, *jingles* e outras atividades.

É, enfim, uma cena normal na rotina dessa equipe de filmagens que aqui está, quase todos parentes, amigos, conhecidos e funcionários de Teixeirinha, o ídolo maior, o ator principal e o patrão, em torno do qual gravitam essas pessoas.

Todos aqui obedecem rituais. Quando Teixeirinha faz uma piada, por pior que seja, a ordem é rir, gargalhar ou sorrir. Se ele está de bom humor, a dificuldade que tem para manter as calças na cintura pode ser motivo para igual hilariedade que ele mesmo incentiva.

Caso contrário, é bom deixá-lo lutar contra a barriga volumosa, respeitosamente. Fazer de conta que ele nem está dando aqueles puxões violentos na cinta que o torna avermelhado e nervoso. Boa tática é elogiar seu filho menor, Alexandre, um menino de 9 anos, que tem desempenhado o papel de Teixeirinha quando criança nos filmes do pai.

Certa vez, quando queria almoçar, o guri disse: "O artista está com fome". Alguém achou a frase extremamente espirituosa e a equipe a encampou como uma divisa. Na hora do almoço hoje todos relembram cansativamente o episódio, quando Teixeirinha está ao alcance das vozes. Pai orgulhoso, ele sorri contente diante dessa lembrança para gáudio geral da equipe.

Quem assistir um que outro beijinho furtivo entre ele e Meri Terezinha, nos intervalos das filmagens, já tem sua instrução: ignorar o fato. Afinal, casado com dona Zenaide Teixeira, pai de nove filhos, Teixeirinha tem a imagem do bom marido e do bom pai para zelar. Mas, aqui, diante da equipe que ele paga, tem seus privilégios bem determinados.

Coração de Luto desbanca O Ébrio

Filho de agricultores, nascido em um distrito de Santo Antônio da Patrulha chamado Mascarada (hoje o município gaúcho de Rolante), Victor Mateus Teixeira costuma explicar os privilégios atuais e o seu sucesso artístico como um pagamento divino à provação que passou quando criança.

— **Perdi meu pai quando tinha seis anos, perdi minha mãe aos nove. Fiquei sozinho no mundo, dormindo embaixo de pontes, dentro de bueiros, passando frio e fome. Até que um dia Deus olhou aqui para baixo e disse: "Chega de sofrimento, Teixeirinha. Agora tu vai ser feliz".**

Na época aludida, Teixeirinha não percebeu a atenção divina com clareza. Tinha 20 anos e uma barraca de tiro ao alvo em Passo Fundo quando recebeu resposta aos seus pedidos de participar de um programa tradicionalista da Rádio Gaúcha, de Porto Alegre.

Duas músicas suas, o *Xote Soledade* e *Briga de Batizado,* eram relativamente conhecidas. Uma gravadora de São Paulo interessou-se na gravação delas e Teixeirinha levou uma terceira de contrapeso.

Talvez aí o *dedo divino* tenha se manifestado. Pois quando voltou a Porto Alegre essa terceira música, chamada *Coração de Luto,* havia sido transformada em hino regionalista. Evidentemente a gravadora a tornou o carro-chefe do disco e eis que, então, Teixeirinha percebeu Deus:

— **Tinha rendido em menos de um mês Cr$ 2.700,00. Comprei uma casa com 12 cômodos, outra casa menor, uma kombi zerinho e ainda sobrou dinheiro para móveis.**

Desde então o sucesso e o dinheiro não lhe abandonaram mais. Era figura obrigatória nos programas de rádio e shows tradicionalistas — embora ele mesmo defina sua música como algo maior — uma mistura de gauchismo, sertanejo e caipira. Teixeirinha não precisava mais freqüentar bailes onde lançava desafios musicais para provocar atenção.

Era disputado, como ainda hoje, pelas gravadoras e em 1966 a Leopoldis Som achou que sua dramática história contada em *Coração de Luto* podia virar filme de muito sucesso. Teixeirinha foi colocado diante das câmaras e virou ator. Ao seu lado já estava Meri Terezinha, que mudou o prenome para Mary para ficar mais bonito nos cartazes.

Teixeirinha guarda com precisão e carinho a data que a encontrou: 4 de abril de 1961. O sucesso recém lhe bafejava a nuca e os bolsos. Mas já tinha um roteiro de 16 espetáculos na cidade de Bagé. O sanfoneiro que o acompanhava estranhamente não apareceu na cidade e lhe apresentaram uma menina que mal podia amparar o acordeon nos braços. Era fã do Teixeirinha. Ao fim dos 16 espetáculos, a menina ganhou um relógio de pulso e 10 mil réis de presente como pagamento.

Era pouco. A menina queria ir junto com o Teixeirinha, correr mundo, virar artista. Se a avozinha com quem morava pudesse ir... Teixeirinha aceitou as duas. Meri virou "a acordeonista mais bela do Brasil" tal e qual a Borralheira com seu sapatinho dourado.

Virou atriz no *Coração de Luto,* um filme em preto e branco que desbancou O Ébrio, de Vicente Celestino, correndo os cinemas do país. O disco com a música logo atingiria um milhão de cópias vendidas e Teixeirinha ganhava o primeiro dos seus três discos de ouro.

Por esta época o cantor conheceu o publicitário, jornalista e cineasta Clóvis Mezzomo, que trabalhava na Leopoldis Som, uma pequena firma de documentários cinematográficos, de Porto Alegre.

Mezzomo parecia um atento admirador do talento de Teixeirinha. Mas intimamente guardava uma ambição. Queria fazer com que aquele talento rendesse muito mais cifrões do que estava rendendo. Um dia expôs suas idéias a Teixeirinha e os dois se associaram criando a Teixeirinha Produções Artísticas.

Plástica com Pitangui

Teixeirinha começou a cuidar dos cabelos, tratando-os em cabeleireiros da moda. As unhas passaram a ser cortadas por manicures. O bigode grosso foi aparado. Fez plástica com Ivo Pitangui para retirar as bolsas dos olhos. Um dia Mezzomo foi até sua casa, abriu o guarda-roupa e deu ordens que se jogasse tudo no lixo. — **Era só daqueles terninhos comprados em confecções** — explica Mezzomo.

Teixeirinha comprou uma mansão na Glória, mandou construir uma piscina em forma de cuia de chimarrão, tinha três carros. As salas dos escritórios da Teixeirinha Produções ganharam tapetes e ar condicionado. Mezzomo tinha uma conta telefônica astronômica. Diariamente fazia ligações a todos os jornais do país, rádios, estações de tevê, tentando fazer Teixeirinha virar notícia.

Certa vez alugou a cobertura do Copacabana Palace, no Rio de Janeiro, quando o Copacabana era considerado o hotel mais luxuoso do país. Encomendou uísque estrangeiro e ofereceu um coquetel à imprensa. — **Os rapazes tomaram o que quiseram e o que não quiseram. No outro dia havia referências simpáticas a Teixeirinha em todos os jornais do Rio.**

Com o apresentador de Tevê, Flávio Cavalcanti, Mezzomo também acertou um esquema promocional. O dito apresentador deveria quebrar os discos do cantor, pisoteá-los, arrasá-lo e depois recebê-lo em seu programa *Um Instante, Maestro,* numa época de lançamento de um filme ou disco de Teixeirinha. Mezzomo explica: — **Isto ajudava a preservar a imagem de vítima que o Teixeirinha tinha, e que com Coração de Luto tinha dado a ele fama nacional.**

Esquema semelhante foi montado com o apresentador Carlos Manga, da TV Record, que tinha um programa de larga audiência em 1970. Chamava-se *Quem tem medo da verdade?* e nele Teixeirinha apareceu diante de um grupo de jurados acusadores. — **Era novamente o menino órfão lutando contra o mundo, entende?**

O público de Teixeirinha entendia.

Enquanto isso Teixeirinha produzia um filme por ano, realizado em 60 velozes dias, gravava dois discos anuais, um programa diário de rádio e viajava 10 mil quilômetros por mês apresentando-se em shows e circos. Em cada circo que se apresentava embolsava uma cota líquida de 10 a 20 mil cruzeiros sem ter que dar explicações ao Imposto de Renda ou ao INPS, o que lhe trouxe sérios problemas em seguida. Não seriam os mais graves, porém.

O pior sempre foi sua dificuldade para entender que alguns empreendimentos não funcionavam como uma apresentação em circo. Havia a necessidade de empréstimos, juros, investimentos, despesas, a percentagem de 15% que Mezzomo ganhava do total angariado.

Teixeirinha começou a desconfiar. O dinheiro que entrava era pouco em comparação com o que seu público, o povo que ele ama, podia lhe dar. O divórcio acabou acontecendo entre ele e Mezzomo em 1974. O estopim foi o posto de gasolina que ambos tinham comprado em sociedade. O Posto Teixeirinha era, entre os

re vendedores Shell, o segundo em vendas do país, com um milhão de litros por mês.

O filme *Motorista Sem Limites* e uma música que homenageava os camioneiros, utilizados como suporte publicitário para auxiliar as vendas do posto, faziam sucesso. Então Teixeirinha não compreendeu a proposta de Mezzomo para vender sua parte do posto.

Mezzomo tinha comparecido numa reunião dos revendedores Shell em que se previa um tempo de vacas magras para o combustível, conta hoje, e decidiu abandonar o negócio. Teixeirinha nunca aceitou esta saída, achou que havia tapeação na jogada. Razões que os dois se negam a debater teriam ajudado ao rompimento. De todo modo, Teixeirinha julgou-se capacitado a assumir a direção da empresa e começou a controlar seus negócios sozinho.

A experiência de Mezzomo, aparentemente, havia sido absorvida. Pois logo apareceria com uma novidade requisitada às duplas caipiras de São Paulo: o merchandaise. Unido ao publicitário Person Antonio Fontes, dono da Person Publicidade, que hoje só se dedica a produzir os programas de rádio merchandizados de Teixeirinha, o cantor resolveu ele próprio fazer anúncios em programas em que ele fosse o astro maior.

Trinta cruzeiros por segundo

Em 1973 assinou contrato com a Rádio Farroupilha, onde está até hoje, para apresentar dois programas diários, um matinal *Teixeirinha Amanhece Cantando,* de uma hora e meia de duração, e outro noturno *Teixeirinha Canta Para o Brasil,* de uma hora e quinze minutos.

Sessenta por cento do espaço publicitário desses programas pertence a Teixeirinha que o explora vendendo anúncios que ele mesmo faz. O mesmo ocorre no programa dominical *Grande Rodeio Coringa,* o único que ele não apresenta.

Usando uma tabela própria em que vende o "espaço determinado" mais caro do rádio gaúcho, Teixeirinha pode imaginar os 600 cruzeiros que escorrem para o bolso de sua bombacha cada vez que abre a boca para dizer um texto de vinte palavras, de vinte segundos de duração.

Isso matematicamente significa 30 cruzeiros por segundo.

Se parecer pouco e só contar: um, dois, três... e 90 cruzeiros já estão no bolso do Teixeirinha. Como em um dia normal, os dois programas dele dispõem de um espaço publicitário de 2.475 segundos, é fácil chegar à conclusão de que Teixeirinha amealha Cr$ 74.250,00 aproximadamente por dia.

Multiplicado pelos 20 dias do mês teremos o rendimento mensal de Teixeirinha, unicamente em rádio, de Cr$ 1.485.000,00. Sem se atrever a fazer esta conta, o publicitário Person (que ganha 35% disso tudo) diz que ainda tem que ser descontado 20% da Meri e mais as despesas do estúdio da Isaek onde são gravados os programas.

— Sobra livre para o Teixeirinha — assegura Person — pouco mais de 200 mil por mês.

"O povo é maravilhoso"

Para gravar uma semana de programas Teixeirinha não gasta mais do que as manhãs de sexta-feira, das 8h às 12h, e seus fãs mais crédulos nem imaginam que há um ano o ídolo sequer aparece na Farroupilha. Suas fitas com músicas, recados e *jingles* com excessivos ecos são enviadas em um envelope amarelo para a rádio pela Person Publicidade e aterrissam no balcão como qualquer correspondência.

Depois, como num milagre, os seus ouvintes ouvirão a voz alegre anunciando *Infalivina, Pó Pelotense, Erva-Mate Cultivada* em meio às canções louvando motoristas de caminhão, o presidente Médici, as moças desconsoladas, a Pátria amada.

Se o rádio vai bem, o cinema parece melhor ainda. Depois de brigar com Mezzomo e sofrer uma crise nervosa que o internou numa clínica especializada, Teixeirinha nomeou seu próprio filho Victor Mateus Teixeira Filho, um estudante de engenharia e ator de seus filmes, de 24 anos, como diretor da empresa.

— Agora eu tenho confiança, tá tudo nas mãos da família — diz Teixeirinha em meio a uma tomada do seu nono filme, de título *Meu Pobre Coração de Luto.*

Enquanto seu último filme, lançado este ano, *Na Trilha da Justiça,* já atingiu a renda líquida de Cr$ 3,5 milhões, ele caminha para concretizar um sonho antigo: quer fazer dois por ano, como os discos. Ele alugou o antigo cinema Gioconda, no bairro Tristeza, com a pretensão de construir uma pequena Hollywood cabocla para seus filmes. Mas o movimento da rua que atira ruídos para o estúdio fez com que mudasse de idéia. Talvez construa em local mais afastado "em breve".

Está planejando abrir filiais em São Paulo e Curitiba também "para breve". Por enquanto está vendendo algumas das 11 cópias do filme *Na Trilha da Justiça,* que percorre o estado para fora do Rio Grande do Sul com distribuição própria. Isso, segundo ele, lhe dá uma economia de 30% pois esta é a taxa cobrada pelos distribuidores.

Com essa renda somada ao lucro do filme, do rádio, dos discos e dos shows, Teixeirinha vai se ousar noutra área. Comprou uma fazenda em Capivari, perto de Porto Alegre, com 170 hectares de campo para criar gado.

— Questão de 400, 500 cabeças só para brincar.

A fazenda, comprada em sociedade com Meri Terezinha, foi batizada de *Onde Canta o Teixeirinha;* e veio somar-se às outras duas menores, uma em Passo Fundo e outra em Osório, de sua propriedade.

"Sou um touro na cama"

Teixeirinha costuma encher a boca quando diz meu povo. Aliás o nome do seu último disco é *Canta, Meu Povo.* É seu 45º *long-play* além de uma série de compactos que totalizam perto de 700 músicas gravadas, pelo menos 600 de sua própria autoria.

— O povo é a minha fonte e eu me comunico com ele porque sou povo como ele. Trabalho pela minha Pátria, pela minha família, passo por tristezas, perigos e alegrias como o povo todo. O povo é maravilhoso .

Fumando duas carteiras de Charm por dia, dirigindo um dos seus cinco veículos, tratando das unhas com esmero, Teixeirinha continua viajando muito. Uma média de seis a 10 mil quilômetros por mês para apresentação em shows. Hoje em dia porém não precisa trabalhar tanto quanto antigamente, quando fazia "até dois shows por dia".

Hoje faz quatro por mês, em média. Em compensação cobra de Cr$ 30 a Cr$ 50 mil por cada um deles, retirando uma renda mensal de cerca de Cr$ 150 mil nesses shows.

Não diz quanto ganha com os discos ("Vou lá na gravadora e pego Cr$ 500 mil para botar num filme quando quero") .Nem sua renda com o cinema, embora nenhum de seus filmes tenha dado lucro inferior a Cr$ 1 milhão. Atirando por baixo, pode-se dizer que Teixeirinha não ganha menos de Cr$ 500 mil líquido por mês e que existem perspectivas de aumentá-la ainda mais. No último dia 12 de agosto, Person encontrou-se com Nelson Sirotsky, filho de Maurício Sirotsky, dono da Rede Brasil Sul de Comunicações, para acertar o relançamento de Teixeirinha em histórias de quadrinhos. Foi feita uma tentativa de mostrar Teixeirinha também em desenhos em 1974, e em 15 dias se vendeu 10 mil exemplares da historieta que repetia o drama de *Coração de Luto.* Mas descontando-se as despesas de produção e distribuição,além da falta de estrutura, a iniciativa foi considerada um fracasso comercial, pois não deu o imenso lucro que Teixeirinha esperava. Agora contando com o apoio da RBS, a maior empresa de Comunicação do estado (rádio, TVs, Jornal) ele acredita que será bem sucedido. E quem duvida disso?

Nem mesmo Mezzomo, com quem brigou:

— O sucesso do Teixeirinha, apesar de toda sua pobreza de criação, é fruto da própria realidade social e cultural brasileira. Só isso. Ele surgiu no começo dos anos 60 quando florescia o mercado de discos, os velhos ídolos caipiras estavam acabando, nascia a televisão com telenovelas sentimentalóides e o Brasil inteiro chorava com O Direito de Nascer. Ele contou seu drama, o público se comoveu e foi conquistado definitivamente .

Uma simples troca: Teixeirinha dá o que seu público se acostumou a gostar e em retribuição ganha o prestígio e o dinheiro que sempre sonhou ter.

As ambições de Teixeirinha ainda vão longe:

— Ainda quero gravar umas 1.500 músicas e nos filmes ainda estou nos primeiros passos.

E enquanto Deus ajudar, como a história deste último filme que está sendo feito. Nele, Meri é atingida por uma doença incurável. O mocinho Teixeirinha procura o auxílio da medicina mais avançada do mundo, vai a especialistas nos Estados Unidos, nada resolve. Mas ao contrário de Love Story, de onde Teixeirinha parece ter retirado parte do argumento, a mocinha não morre. Ele apela para a ajuda divina e Meri salva-se milagrosamente.

Mas que não se pense que Teixeirinha agradece a Deus apenas pelo sucesso, pelo dinheiro ou pela vida de Meri Terezinha. Existem coisas mais importantes, segundo confidencia ele, em meio às filmagens:

— Tenho 9 filhos e quero mais. Até nisso Deus me ajudou. Sou um touro na cama. Esses dias fui fazer um check-up **e o doutor me deu carta branca. Disse que estou bom pra galope que nem cavalo novo. Isso é de família. Tenho um tio que com 70 anos ainda corre atrás de rabo de saia.**

Por mera coincidência, como dizem algumas introduções de filmes, ou apenas para aumentar a dramaticidade da história, em *Meu Pobre Coração de Luto* , além de uma doença incurável, Meri Terezinha carrega durante a fita uma imensa barriga de grávida.

Nem em filme, porém, Meri chegará a Ledorina, a mãe de Victor Mateus Teixeira, uma agricultora epilética que teve a desventura de certo dia sofrer um ataque enquanto avivava uma fogueira. Transportada para um hospital ela não resistiu muito tempo com vida. As queimaduras tinham sido intensas. Seu filho entretanto, imortalizou a tragédia em músicas, filmes, histórias em quadrinhos e com ela a tiracolo subiu na vida. Por uma questão de justiça, em vez de agradecer a Deus por tudo que tem, devia mesmo era dar graças à generosa Ledorina.

Eneida Serrano

Na cena do filme, cuidados com a aparência — como na vida real

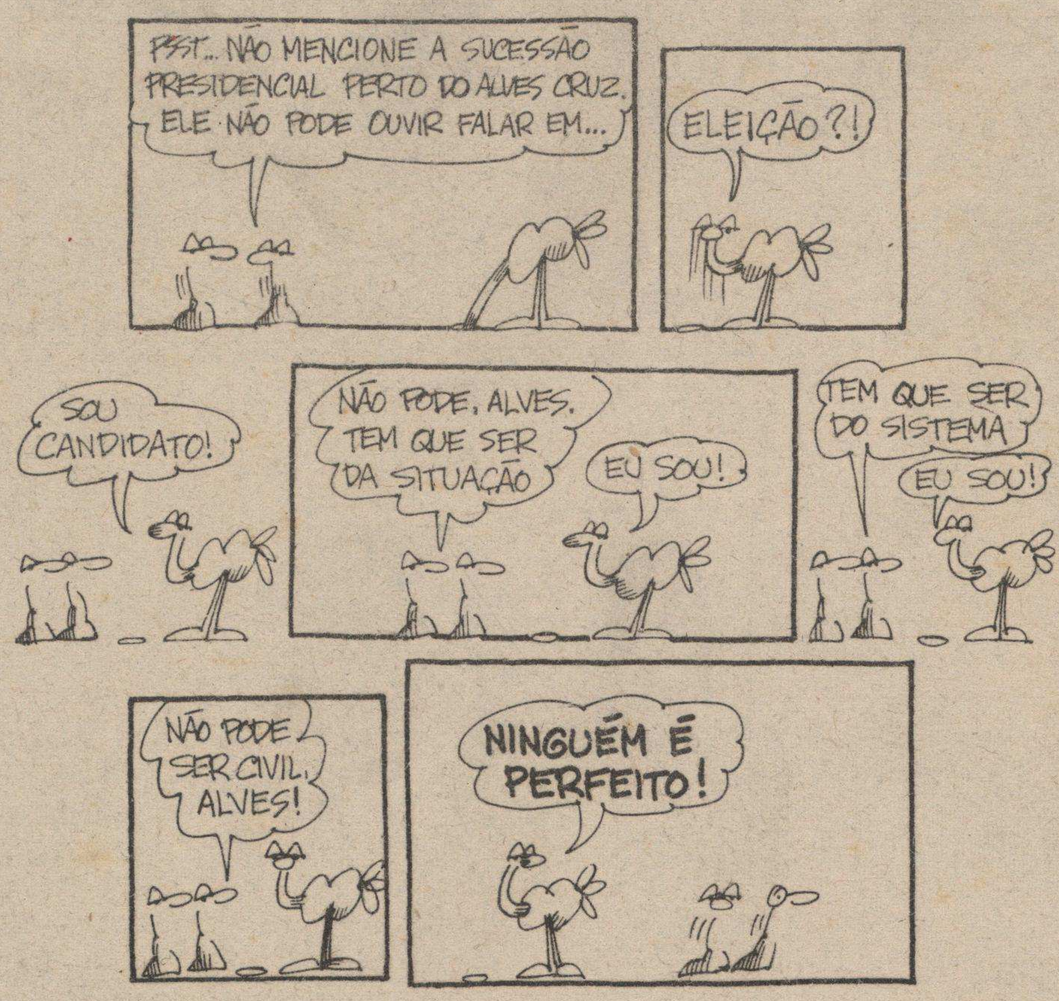
O lançamento de Coração de Luto, no cinema, em 67: um sucesso surpreendente

Como escolher um presidente

Luis Fernando Veríssimo

Entre os insetos, esse negócio de saber quem governa é biológico. A abelha-rainha já nasce rainha. Em outras espécies animais existe a seleção natural. Os mais fortes sobrevivem e o mais forte entre os mais fortes, manda. Na espécie humana também foi assim até que o homem desenvolveu a fala e o poder de se comunicar com seus semelhantes e apelar para a razão. Antes, o líder era quem abatia os seus opositores a golpes de tacape. Depois, o líder era quem reunia a tribo para todos trocarem idéias e buscarem um acordo, e só então abatia os seus opositores a golpes de tacape.

Seria fascinante se pudéssemos voltar no tempo e presenciar o primeiro debate político da humanidade. Numa caverna, os homens, vestidos com peles de animais, estão reunidos. A princípio eles parecem se comunicar apenas com grunhidos, mas aos poucos descobrimos que é uma linguagem articulada, que cada um espera a sua vez de falar, que há apartes e uma certa ordem regimental. Ao nos habituarmos ainda mais com a sua fala, podemos deduzir que eles estão reunidos para elogiar o Grande Líder e o seu Magnífico Porrete. Definitivamente, estamos presentes num momento histórico, que afetará o desenvolvimento social e político da espécie por todos os tempos. O nascimento do PSD!



A monarquia foi uma tentativa de adaptar, entre os homens, o sistema político dos insetos. Assim, rei já nascia rei. Ou príncipe. E este não precisava ser o mais forte entre os seus pares. Pelo contrário. Como era costume nobre só casar com nobre, os reis só casavam com suas primas, e tinham cada filho! Muitos príncipes não agüentavam o peso da coroa e não sobreviviam à cerimônia de coroação. Outros eram levados ao trono num balaio e houve um caso, na Baixa Saxônia, de um pé — a única coisa aproveitável que nascera do casamento do velho rei com sua sobrinha — que foi coroado e governou durante 17 anos, até com uma certa sabedoria. Assim como é a genética que determina a condição de abelha-rainha, é a hereditariedade que determina quem é o dono do poder numa monarquia. É um sistema simples e prático. Todo o dinheiro que seria gasto na manutenção de governantes escolhidos de outra maneira pode ser utilizado em coisas socialmente mais proveitosas, como a manutenção dos faisões do rei, por exemplo.

Ninguém sabe de quem era a mente doentia que inventou essa história de república. Está provado que o nosso povo — nosso, que eu digo, é do planeta — não está preparado para isso. Mas como a monarquia está um pouco desacreditada desde que o rei Farouk mandou uma fotografia dele mesmo, nu, para a então princesa Juliana da Holanda com a inscrição "Como é, topas?", as pessoas vivem procurando uma maneira de combinar a idéia do poder pela genética, como o das abelhas e das monarquias, com formas mais flexíveis. O Brasil experimenta, há algum tempo, com um modelo próprio que recuperou algumas idéias antigas. O poder foi tomado a tacape mas em vez de instaurar-se uma monarquia, ficou decidido que haveria um grupo de pessoas — estas sim, distinguidas pelo Destino para liderarem — que se sucederiam no governo. Este sistema não é tão prático quanto a monarquia, onde só existe um pretendente e pronto, mas também não é tão dispersivo e complicado quanto os outros. Existe um candidato natural e três ou quatro presumíveis e no fim eles se entendem. Se o modelo funciona ou não, é cedo para saber. Ele ainda deve durar mil anos. Paciência, portanto.

Existem outras experiências, igualmente válidas, para decidir quem governa um país. Por exemplo:

PAUZINHO — Toda a população adulta do país é dividida em grupos de três pessoas, cada uma com três palitos. Nas suas horas vagas, as pessoas jogam Pauzinho, ou Basquete de Bolso. Os vencedores de cada grupo reúnem-se em novos grupos de três e assim progressivamente, até que um jogo final, transmitido para todo o país pela TV decide-se quem será o presidente. Qualquer cidadão pode chegar a presidente, desde que tenha alguma noção de matemática (como contar até nove) e domine o vocabulário político, como:

— Três pau!
— Dois pau!
— Lona!

Num país de grande população este torneio, claro, leva anos e é recomendável que, enquanto não se chegar à finalíssima, o país seja governado por militares. Nenhum militar pode jogar pauzinho, no entanto, para não dizerem que ele está se metendo em política.

PELO TAMANHO DO COMO DIREI — Todos os homens adultos do país competem para se saber quem tem o, como direi, maior. O vencedor é nomeado presidente. Este método seria exatamente o oposto do pauzinho, portanto. Mas é pouco prático. E seria absolutamente inviável a transmissão da final pela tevê.

NA QUEDA DE BRAÇO — Um retorno à lei do mais forte da pré-história. Só que agora o cargo de primeiro mandatário da tribo inclui outras responsabilidades além de levantar o tacape. Imagine se o sistema da queda-de-braço fosse adotado no Brasil e o vencedor fosse o Kurt (Mão-de-Mamute) Weinsesseler de Tu-me-Paga, ex-Tripa Grossa, Rio Grande do Sul. Como é que, na presidência da nação, ele receberia um visitante oficial como a Rosallyn Carter, por exemplo? Na certa, na falta do que dizer e por pura inibição, atiraria a senhora Carter e sua comitiva dentro do lago de Brasília. Inviável também.

POR CONCURSO — Imagine só. "Candidatos à Presidência da República queiram comparecer ao ginásio da Brigada Militar munidos de carteira de identidade, CPF, certificado de reservista e lápis preto". E no fim o escolhido seria alguém com pistolão, haveria protestos, etc.

POR ACLAMAÇÃO:

— É este, auditório?
— Nããããããão!
— É este?
— Nããããããão!
— É este?
— Éééééééé!
— Muito bem! Já escolhemos o Presidente da República. Agora vamos ver quem vai para o trono de Melhor Cantor da Noite. É este?

ELEIÇÕES POPULARES — Difícil. É preciso haver partidos representativos. Convenções partidárias. Escolha de candidatos de cada partido. Os candidatos falam para o povo, dizem o que representam e o que pretendem. Cada cidadão vota no candidato que quiser, secreta e livremente. Quem recebe mais votos é o presidente. Em suma, é como escolher por aclamação, só que muito mais complicado. Esqueça, auditório.

POR SORTEIO — É lançado um carnê em todo o país com muita publicidade. Quem mantiver o seu pagamento em dia concorre pela extração de Natal da Loteria Federal a:

— Dezessete Maverick!
— 114 Chevette!
— 200 Fiat!
— 800 patinetes!
— Mil televisores a cores!
— Três máquinas de costura e um caminhão Scania Vabis!
— A presidência da República!
— 560 fins de semana no Motel das Endemias, Teresina, Piauí!
— A ilha da Pintada!
— Um milhão de clips de papel!
— Uma viagem só de ida ao Suriname!